

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Profissionalizante

**PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

JOANA MARGARIDA BORGES DE AZEVEDO

MANAUS

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Profissionalizante

JOANA MARGARIDA BORGES DE AZEVEDO

**PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivani Ferreira de Faria

MANAUS
2009

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Azevedo, Joana Margarida Borges de

A994p Práticas Educativas Ambientais na Perspectiva da Educação do Campo / Joana Margarida Borges de Azevedo. - Manaus: UFAM, 2009.

124 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientadora: Prof. Dra. Ivani Ferreira de Faria

1. Educação ambiental 2. Práticas educativas 3. Educação de campo I. Faria, Ivani Ferreira de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 37:504.03(043.3)

JOANA MARGARIDA BORGES DE AZEVEDO

PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA
EDUCAÇÃO DO CAMPO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia; área de concentração Política e Gestão Ambiental.

Aprovada em 26 de junho de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ivani Ferreira de Faria
Universidade Federal do Amazonas – UFAM/CCA
Presidente

Prof^a. Dr^a. Terezinha de Jesus Pinto Fraxe
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Leandro Luiz Geatti
Fundação Leônidas e Maria Deane - Fiocruz Amazônia

Ao meu pai com muita saudade. Aos meus filhos Rogério, Renato e em especial ao Raphael, que pela sua condição de deficiente fez com que eu fosse à luta, visse a vida e as pessoas com olhar diferente. Aos meus netos Renato Filho, Filipe, Wanderlei Junior e Renata sem poder mensurar amor de avó.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, que é vida, a força e a esperança. Porto seguro da minha existência.

À Professora Ivani, que foi minha orientadora, pelo carinho, atenção e incentivo no decorrer de todo processo de estudo, pelo fortalecimento de uma amizade que nasceu de seu perfil como educadora a quem expressei toda minha admiração.

A Universidade Federal do Amazonas, aos professores que fizeram parte do Programa de Pós-Graduação pela oportunidade no acesso a este estudo o qual processa a diferença na minha vida como profissional e como ser humano.

A FECOLINAS pelo empenho e oportunidade em fazer parte do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, proporcionando-me novos horizontes na área do conhecimento, em especial a ex-presidente Dra Mirian Nydes Monteiro da Rocha.

Ao Coordenador Local do Mestrado Prof. Ms. Marcos Rafael Monteiro e ao Secretário do Mestrado Sr. Emitério, pelo companheirismo, pela torcida e abnegação no trabalho desenvolvido em prol do mestrado.

A D. Ana Maria, líder do projeto de assentamento REAL, pela acolhida, carinho e disponibilidade em orientar as visitas para coleta de dados.

Às famílias, professores, merendeira e alunos da Escola Rui Barbosa pelo carinho e disponibilidade em auxiliar na coleta de dados, instrumentos da minha pesquisa.

Ao Nilton, pelo carinho e dedicação para com meu filho Raphael que é especial, permitindo assim minha ausência e tranquilidade para executar as tarefas no processo da construção do trabalho de pesquisa.

A minha família, mãe, esposo, filhos, netos, por tantos momentos que os excluí de minha vida em prol deste mestrado e foram tantos...

A Maria Helena, nossa ex-prefeita, que me oportunizou esta capacitação, acreditando que a educação faz a diferença e mostrando o seu lado sensível de mulher que acredita no ser humano.

Aos colegas de trabalho da APAE de Colinas pelo incentivo e apoio em especial para nossa Secretária Sueli.

Aos colegas que participaram das minhas inquietações na busca e realização desta pesquisa, em especial à Ana Paula, Miriam Dorneles, Aurélia Martins, Vonínio, Ioná e Layanna.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

PALAVRAS DE UM GENERAL

General, teu tanque é um carro forte.

Ele derruba uma floresta

E esmaga cem homens.

Tem, porém, um defeito:

Precisa de um motorista.

General, teu bombardeiro é poderoso.

Voa mais depressa que a tempestade,

Carrega mais que um elefante.

Tem, porém, um defeito:

Precisa de um piloto.

General, o homem é muito útil.

Sabe voar, sabe matar.

Tem, porém um defeito:

Ele sabe pensar.

(BRECHET, Bertold. Antologia Poética)

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as práticas educativas ambientais na Escola Rui Barbosa na proposta da Educação do Campo–Escola Ativa. Utilizou-se a pesquisa participante e o método dialético como proposta metodológica. A análise foi fundamentada em dados secundários, na LDB-Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) e ainda nas diretrizes para implantação e implementação da estratégia metodológica Escola Ativa (BRASIL, 2007) da Educação do Campo. Os sujeitos da pesquisa foram 09 famílias da comunidade escolar, os 16 alunos e dois professores num total de 27 atores sociais, numa unidade escolar do campo que atende alunos do pré ao 4º ano do Ensino Fundamental e que funciona no período vespertino. Como instrumento de investigação e coleta de dados utilizou-se diário de campo, entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, reuniões com familiares dos alunos, e visitas programadas nos lares, observação participante e aula ministrada para os alunos. Consideramos relevante que seja incentivado na escola um trabalho coletivo, capaz de desencadear reflexões e ações, levando a conscientização do sujeito para que possa compreender a importância das questões relativas ao ambiente. A educação ambiental é uma das alternativas das políticas públicas, num trabalho de conscientização de forma interdisciplinar podendo assim sensibilizar os atores sociais numa contribuição nas mudanças de valores e atitudes que propiciem a relação de equilíbrio entre homem e natureza. O trabalho enuncia a falta de perfil dos professores que trabalham na unidade escolar pesquisada para se valer da metodologia da Educação do Campo-Escola Ativa. Há falta de preparação da comunidade para que se conheça a metodologia Escola Ativa e de projetos para educação ambiental que contemplem os objetivos da metodologia da escola ativa no que se refere à interação entre a escola-família-comunidade com o ambiente. A metodologia da Educação do Campo não é seguida pelos professores que tem resistência quanto às técnicas metodológicas, para tanto não há a interação entre escola/família/comunidade para viabilização de projetos ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Educação do Campo, Práticas Educativas.

ABSTRACT

The present work aims the analysis of environmental education practices at Rui Barbosa School, and the proposal of Rural Education – Active School. A participating research procedure and dialectics as methodological technique were used. The analysis was based on secondary data, the LDB - Law of Directives and Bases (BRASIL, 1996), and National Curricular Parameters (BRASIL, 1997) and also on directives for introduction and implementation of the methodological strategy Active School (BRASIL, 2007) for Rural Education. As subject of this research a participating inquiry was allocated to 09 families belonging to school community, 16 students and two teachers in a total of 27 people, at a Rural School Unit that attend students up to the 4th. year in basic school operating in the afternoon school time. To register all investigation results and gathered data, a survey notebook was used. To register all investigation results and gathered data, a survey notebook was used semi structured interviews with open questions, meetings with the parents of the students and planned home visits, participating observation and class lessons with students had place. It is considered relevant that at school collective work should be encouraged, able to unleash and actions, guiding to awareness about relevance of environmental questions. Environmental education is one alternative in public policy to improve awareness in a interdisciplinary way turning possible to influence social actors as a contribution to change evaluation and attitudes to provide balance between mankind and nature. This work shows that the teachers who teach in the researched rural school unit are unable to use the methodology of Rural Education – Active School. The communitarians have not been sufficiently cleared up to learn about the methodology of Active School and also about projects in environmental education that comprise the targets of the methodology of active school concerning interaction between school-family-community with the environment. The methodology of Rural Education is not being followed due to resistance concerning methodological techniques. Therefore, there is no interaction between school/family/community to make feasible environmental projects.

Key words: Environmental Education, Rural Education, Educational Practices.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma das Políticas Públicas para a Escola do Campo _____	46
Figura 2 – O arco de Maguerez _____	55
Figura 3 – Organograma da metodologia da educação do campo _____	57
Figura 4 – Visita no assentamento Real (roça) _____	71
Figura 5 – Atividades de sondagem _____	72
Figura 6 – Reunião com as famílias dos alunos _____	72
Figura 7 – Observação do trabalho pedagógico _____	73
Figura 8 – Trabalho realizado em sala de aula _____	73
Figura 9 – Alunos em trabalho direcionado _____	74
Figura 10 – Alunos em trabalho pedagógico _____	74
Figura 11 – Alunos fazendo trabalho de arte _____	75
Figura 12 – Aluna em atividade de arte _____	75
Figura 13 – Trabalhos das crianças com representatividade ambiental _____	76
Figura 14 – Escola Rui Barbosa _____	78
Figura 15 – Escola Rui Barbosa _____	79
Figura 16 – Escola Rui Barbosa _____	79
Figura 17 – Localização da área de estudo _____	80
Figura 18 – Assentamento REAL _____	82
Figura 19 – Visão da vila comunitária do assentamento _____	82
Figura 20 – Rio Capivara da Bacia Hidrográfica _____	83
Figura 21 – Rio Capivara da Bacia Hidrográfica do assentamento _____	83
Figura 22 – Croqui: Uma visão atual do assentamento _____	91
Figura 23 – Vista dos pastos _____	94
Figura 24 – Pastos do assentamento _____	94
Figura 25 – Evidencia do gado _____	95
Figura 26 – O gado nas propriedades _____	95
Figura 27 – A bomba de pulverizar veneno nas roças _____	96
Figura 28 – Agricultor pronto para seu trabalho de pulverização _____	96
Figura 29 – Alunos da escola Rui Barbosa _____	99
Figura 30 – Alunos no pátio da escola _____	99
Figura 31 – Pátio da escola Rui Barbosa _____	100

Figura 32 – Pátio da escola Rui Barbosa	<u>100</u>
Figura 33 – Os banheiros da escola	<u>100</u>
Figura 34 – Os banheiros da escola	<u>100</u>
Figura 35 – Cajueiro do quintal	<u>101</u>
Figura 36 – Saco de polpa industrializada	<u>101</u>
Figura 37 – Transporte utilizado pelos alunos	<u>103</u>
Figura 38 – Alunos na espera do transporte escolar	<u>103</u>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 _Procedimentos Metodológicos _____	70
Quadro 2 – Identificação do assentamento – individual _____	88
Quadro 3 – Identificação do assentamento – coletivo _____	89
Quadro 4 – Identificação das famílias _____	93
Quadro 5 – Atividades realizadas no assentamento _____	94
Quadro 6 – Interação com o ambiente _____	96
Quadro 7 – Relação associação e ambiente _____	97
Quadro 8 – Alunos matriculados em 2008 _____	98
Quadro 9 – Distância entre escola/residência dos alunos _____	102

LISTA DE SIGLAS

EDUCON – Sociedade Civil de Educação Continuada - Ltda.

FIESC – Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

RURALTINS – Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNA - Programa Nacional de Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PA- Projeto de Assentamento.

PRONEA- Programa Nacional de Educação Ambiental

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

SEMA- Secretaria do Meio Ambiente

ONGs- Organização não-Governamental

MST- Movimento dos Sem Terra

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CNE- Conselho Nacional de Educação

GPT - Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo

UFPA - Universidade Federal do Pará

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PA-REAL – Projeto de Assentamento REAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPITULO I	
1. AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	21
1.1. Educação sociedade	23
1.2. Educação e Pressupostos Legais	27
CAPITULO II	
2. EDUCAÇÃO DO CAMPO	41
2.1. Escola Ativa	49
2.2. Escola Ativa: uma década de discussão participativa	51
CAPITULO III	
3. PRÁTICAS AMBIENTAIS E EDUCATIVAS NA ESCOLA RUI BARBOSA	64
3.1. Área de Estudo: Escola Rui Barbosa	78
3.1.1 Assentamento Real	81
3.2. Metodologia Escola Ativa e participação das famílias	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	124
Anexo A: Termo de Aprovação do Conselho de Ética	
Anexo B: Questionários da Pesquisa	
Anexo C: Formalização da autorização para pesquisa	
Anexo D :Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	

INTRODUÇÃO

"Não só por suas relações e suas respostas o homem é criador de cultura. Ele é também "fazedor" de história. Na medida em que o ser humano cria e decide, as épocas vão se formando e reformando".

Paulo Freire

O presente trabalho busca uma investigação, interpretação e estudo da política da educação do campo que vem sendo implantada pelo ministério da educação numa nova visão do rural que até então isolada era uma facção territorial definida como rural contrapondo ao urbano e isto trouxe uma inquietação para através de pesquisa melhor conhecer como a escola nova pode trazer perspectiva para as comunidades que estão às margens da exclusão, quando o mundo se preocupa com a globalização e se faz necessário o resgate, a perpetuação dos conhecimentos, tradição e história que cada povo traz através de anos a fio.

O programa destinado à educação do Campo foi iniciado nas escolas do campo há dez anos tendo como técnica metodológica a Escola Ativa, que possibilita ações conjuntas da comunidade onde a escola está inserida definindo as necessidades conjuntas para prioridades que farão parte do currículo da escola na comunidade, tendo assim abertura para discussões ambientais, as quais fazem parte do dia a dia daquela comunidade específica.

As funções da modalidade de ensino para o campo é o resgate das peculiaridades de cada comunidade, seus costumes e a consciência de fazer uma educação para o campo, no campo e com os atores sociais que fazem a própria história social e local, através de seus costumes e tradições culturais, sem perder a essência da tradição vivida a longos anos sem se deixar levar pela política capitalista da sociedade globalizada e respeito ao ambiente.

A política de Educação do Campo tem sido analisada á luz das experiências vividas pelas comunidades escolares e os demais moradores em que está inserida a escola. Ela traz na sua estrutura metodológica a Escola Ativa sendo uma questão de construção do conhecimento partindo do empírico para efetivação pela ciência. È o repensar da crise que assola a sociedade no âmbito sociocultural de paradigmas de dimensão global e que requer um repensar nas ações em relação ao ambiente

A formação do conhecimento não é responsabilidade e exclusividade da escola. É resultado de um conjunto de outras ações educativas, a escola desempenha um papel de destaque na tarefa de possibilitar o acesso do conhecimento e reflexões sobre o desenvolvimento sustentável, onde as demandas históricas e urgentes do campo atravessam o ensino-aprendizagem, através de suas várias relações e ramificações entre os diferentes saberes, exige distintas formas de organização do trabalho pedagógico, do trato com o conhecimento, da organização escolar, dos processos de ensino-aprendizagem e da participação da comunidade escolar e a especificidade do campo: sua cultura, valores, tradições, sociabilidade e formas de organizar a produção e a vida.

O campo é o lugar de vida no qual se pode viver com dignidade e inclui questões de gênero, raça, diversidade, de gerações, de soberania alimentar, agricultura e do desenvolvimento de um projeto sustentável que se contraponha ao latifúndio e ao agro-negócio.

Ultimamente, as questões ambientais vêm sendo discutidas com maior profundidade, devido à preocupação dos diversos grupos sociais em alertar os seres humanos sobre os principais problemas ambientais e o quanto esses problemas afetam suas vidas. Dessa forma, a Educação Ambiental vem sendo uma alternativa como meio de sensibilizar os sujeitos de que suas ações são diretamente responsáveis pelo meio em que vivem e a Escola Ativa propõe ações que podem levar ao processo efetivo de atitudes conscientes para com o ambiente

através de sua estrutura metodológica enfatizando a educação como processo contínuo na vida do ser humano que se dá no dia a dia, na formação de valores éticos e morais dos atores sociais de determinado local no campo.

A Política Nacional de Educação assegura aos moradores da zona rural uma educação de qualidade, com respeito à diversidade e sua realidade no contexto do ambiente em que vivem e retiram o seu próprio sustento, com práticas educativas de questões ambientais adequadas ao desenvolvimento sustentável

Segundo Minc (2005, p. 71-74) “as escolas devem funcionar como pólos irradiadores de consciência ecológica, envolvendo as famílias e a comunidade”. A prática da Educação Ambiental depende da concepção de ambiente que se tem e o ponto de partida é conhecer as representações do mesmo, das pessoas envolvidas no processo pedagógico, partindo do pressuposto do diálogo entre escola, aluno e comunidade, sendo esta a proposta da educação do campo

A prática pedagógica em Educação Ambiental, através de suas metodologias, se torna relevante como instrumento para tomada de decisões a cerca de questões sobre qualidade de vida, na solução de problemas concretos do dia-a-dia dos alunos, de suas famílias e da comunidade devendo-se com isso romper práticas de ensino reduzidas ao sistema ecológico, passando, ao contrário, a englobar questões político-sociais e sócio-culturais, não mais permanecendo restrito ao aspecto biológico da questão ambiente.

Assim, a demarcação da investigação deste trabalho é a Escola Municipal Rural Rui Barbosa do Município de Colinas do Tocantins, com objetivo de verificar a efetivação da metodologia do Programa Escola Ativa proposta pela educação do campo, utilizada na escola Rui Barbosa no PA REAL e, ainda, se a mesma tem contribuído na prática educativa em questões ambientais.

O problema da pesquisa está voltado na Interação escola/comunidade através das metodologias da Escola Ativa utilizadas na prática educativa sobre questões ambientais. Assim temos como princípio básico a educação do campo com metodologia escola ativa.

O objetivo geral é Analisar as metodologias da Escola Ativa, proposta pela Educação do Campo, nas práticas educativas ambientais na escola Rui Barbosa em Colinas do TO.

Como objetivos específicos a identificação dos conteúdos/temas abordados e projetos desenvolvidos nas práticas educativas sobre as questões ambientais na Escola do Campo Rui Barbosa, identificar e analisar a importância das práticas educativas sobre as questões ambientais para a escola e a comunidade, e ainda, analisar a interação escola/família/comunidade a partir das metodologias utilizadas nas práticas educativas ambientais desenvolvidas pela escola.

Esta pesquisa tem o intuito de buscar resposta à hipótese delimitada que é se as metodologias utilizadas pela escola na prática educativa em questões ambientais promovem a interação entre escola, família e comunidade.

A metodologia utilizada no decorrer da pesquisa foi dialética. A dialética é "a grande idéia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas" (POLITZER,1979, p.214 *apud* LAKATOS, 2007)." Quem diz dialética, não diz movimento, mas também, autodinamismo". (POLITZER,1979, p.205 *apud* LAKATOS, 2007).

Loureiro (2006) enfatiza que a tradição científica do método dialético é a melhor forma de pensar e transformar o mundo e qualifica o conhecimento e uso desse método como algo "indispensável para a educação ambiental e todo debate inserido na complexidade"

Para o desenvolvimento desta pesquisa, trabalhamos com a pesquisa participante na realização da pesquisa de campo, essencial para alcançar os resultados postulados, utilizando fontes primárias e secundárias e aportes teóricos para análises dos dados no método dialético.

Foram feitas visitas na escola, entrevistas com aos atores sociais da pesquisa, visitas nas residências, momentos de discussão sobre a temática ambiental através de seminários com as famílias dos alunos e professores. Houve intervenção pedagógica com os alunos para aquisição de dados para a pesquisa.

As categorias de análise são: Educação do campo; Escola Ativa; Práticas educativas ambientais.

Os sujeitos da pesquisa são dois professores que atuam na escola Rui Barbosa, educadores com formação de nível superior e que residem na comunidade do assentamento, as 09 famílias que fazem parte da comunidade escolar e 16 alunos da Escola Rui Barbosa do Assentamento - REAL.

A pesquisa foi dividida em dois momentos. O primeiro consistiu no estudo de fontes secundárias, obtidas a partir de levantamento bibliográfico com pesquisa na literatura proposta, bem como pesquisa documental, analisada e interpretada à luz do enfoque do estudo sugerido, que é interdisciplinar. O segundo momento foi através de trabalho de campo, com levantamento de dados por meio da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, com observação participante e reuniões com a comunidade escolar (professores, alunos e demais funcionários, e famílias), visando desenvolver um olhar técnico, não apenas da pesquisadora enquanto observadora, mas também dos profissionais da educação entrevistados enquanto sujeitos ativos e integrantes do processo investigado, dentro de um diálogo constante.

A estrutura do trabalho ficou assim definida: primeiro capítulo, intitulado “Educação ambiental e sociedade” realizando um levantamento bibliográfico sobre o tema educação ambiental com suas manifestações na sociedade. O segundo capítulo, “Educação do campo” trata das diretrizes da educação do campo, englobando a Escola Ativa sua estruturação e estratégias metodológicas e seus primeiros dez anos de implantação. O terceiro capítulo

intitulado “Práticas Educativas Ambientais e Escola Ativa” configurando a metodologia empregada, caracterizando a Escola Rui Barbosa, com ênfase nas Práticas Educativas em Educação Ambiental tendo como parâmetro a metodologia Escola Ativa para educação do campo e escola multisseriada. As Considerações Finais tem a discussão dos resultados encontrados durante a execução da pesquisa em consonância aos objetivos propostos pautados nas Referências Bibliográficas que subsidiaram a pesquisa. A consideração final, além de discorrerem as conclusões, faz proposições com a finalidade de contribuir para a melhoria da execução do programa da metodologia da Escola Ativa voltada para o campo, especificamente para Escola do Campo Municipal Rui Barbosa.

CAPITULO I

*“O método é letra morta”; a ele o professor deve acrescentar à cor, o movimento, a vida. Para um professor existem dois sujeitos a serem estudados: as crianças e ele mesmo. “Duas coisas para sua realização: a educação delas e a sua própria.”
Marie Carpentier*

1. AMBIENTE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

As questões ambientais apresentam, nos dias de hoje, grande relevância na sociedade em virtude das transformações ocorridas nos últimos séculos, sobretudo em função das conquistas tecnológica, as quais, ao mesmo tempo em que propiciam maior conforto, também podem gerar danos irreversíveis ao ambiente.

A amplitude dos efeitos de nossas decisões impõe uma nova dimensão à responsabilidade, nossas ações mais cotidianas podem gerar conseqüências que vão além do círculo de pessoas próximas e até mesmo influenciar, mesmo que indiretamente, na qualidade de vida das futuras gerações.

A partir da segunda metade do século XX, o aumento sem precedentes das atividades produtivas passou a provocar mudanças irreversíveis na sociedade. E não apenas a intensidade, mas também, a maneira com que tais atividades passaram a serem realizadas é responsável pelo aparecimento de situações que põem em risco a própria sobrevivência da espécie humana.

A globalização e suas demandas na aceleração do consumo e da monocultura tem sido um dos responsáveis pela degradação do ambiente em larga escala, na corrida em busca da produtividade pela *expansão econômica*, pondo em risco a renovação dos recursos elementares para a vida como tem sido a água. As derrubadas estão acontecendo à revelia,

assim como a alta produção de lixo e os detritos industriais contaminando o ambiente. O agigantamento da produção em nome do desenvolvimento não favorece o impedimento do aumento da miséria, da fome, da pobreza que conseqüentemente tem produzido violência e degradação do ambiente e da vida humana.

Vale uma reflexão sobre as conseqüências dos atos de destruição dos ecossistemas, tendo em vista que o planeta nos seus milhões de anos de existência se adéqua à realidade e às necessidades de mudanças que lhes são impostas, renovando seus componentes bióticos e abióticos de acordo com sua adaptação, cabendo a nós, seres humanos decidirmos o rumo da nossa própria história.

As comprovações científicas em relação ao ambiente impulsionam os movimentos sociais para realização de eventos mundiais para se discutir estratégias que devemos dar para que a humanidade possa entender e se conscientizar dos problemas que a mesma está impondo a si mesma e ao mundo, compreendendo que somos parte da natureza e não *donos*, ou centro da mesma.

Essas constantes preocupações e discussões que a sociedade pós-moderna tem contribuído para arrefecer o debate e enfatizar a necessidade de se alcançar o desenvolvimento sustentável. Em decorrência, com o passar dos tempos, a idéia de se associar questões ambientais com desenvolvimento econômico foi amplamente difundida na grande maioria dos segmentos da comunidade científica.

Por outro lado, as novas questões da sociedade atual, nos colocam complexos desafios no sentido de que cada vez mais nos deparamos com a necessidade de estabelecer certos padrões a partir dos quais as expectativas de comportamentos diferenciados das pessoas na sociedade possam ser formadas, no sentido de garantir equilíbrio e qualidade de vida.

Qualquer justificativa que coloque o homem como centro do mundo e justifique quaisquer ações destinadas a atender suas necessidades, mesmo que elas signifiquem

mutilação da natureza da qual faz parte, será por princípio antiético. O estágio do desenvolvimento tecnológico em que nos encontramos torna o homem cada vez mais frágil diante do excesso de poder e da onipotência da técnica.

1.1-Educação e sociedade

Segundo Gadotti (1985, p. 58) “não existem receitas mágicas, nem métodos ou técnicas que garantam que estamos realmente reaprendendo a educação ou reproduzindo a educação”. Essa afirmação é um indicativo daquilo que pretendemos realizar com essa dissertação, tendo a consciência de que não existem receitas mágicas para o campo educacional, é preciso experimentar, ir a campo, explorar, e dentro do possível encontrar as respostas que são pertinentes às perguntas que elaboramos.

“O educador, o filósofo, o pedagogo, o artista, o político têm e tiveram, historicamente, um papel eminentemente crítico: o papel de inquietar, de incomodar, de perturbar” (GADOTTI, 1985, p. 58). À contradição inerente à sociedade, o educador acrescenta a consciência da contradição, sua tarefa, em suma, é a de quem incomoda e ativa conflitos para a sua superação. Essa prática consciente de uma pedagogia, Gadotti (1985) denomina de Pedagogia do Conflito.

A pedagogia do conflito, portanto, pretende mostrar, que não existe uma educação neutra e que toda vez que o educador evita a questão política da educação, a vinculação entre o ato político e o ato educativo, está defendendo uma certa política, camuflando, ingenuamente ou conscientemente, essa vinculação. Partimos da hipótese de que toda educação, numa sociedade de classes, é uma educação de classes, ou mais precisamente, da classe dominante, da classe economicamente dominante. (GADOTTI, 1985, p. 60)

Educar em uma sociedade em conflito é uma *tarefa de partido*, segundo Gadotti (1985), pois aquele que ignora o momento histórico que vive aquele que pensa estar alheio ao conflito que a cerca não é capaz de educar. Essa afirmativa do autor acontece em função do entendimento de que não é possível ao educador permanecer neutro frente às questões postas

pela sociedade, para ele “se educar é conscientizar, a educação é um ato essencialmente político. Portanto ninguém educa ninguém sem uma proposta política, seja qual for” (GADOTTI, 1985, p. 78).

No ano de 1999, a UNESCO solicitou ao Filósofo Edgar Morin que sistematizasse um conjunto de reflexões para servir como ponto de partida para repensar a educação do século XXI. Este autor indica sete saberes, como os caminhos que devem ser percorridos por aqueles que pensam e se preocupam com a educação, são eles: 1. As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão; 2. Os princípios do conhecimento pertinente; 3. Ensinar a condição humana; 4. Ensinar a identidade terrena; 5. Enfrentar as incertezas; 6. Ensinar a compreensão e 7. A ética do gênero humano.

Segundo Morin (2007) existe uma problemática central que na maioria das vezes, é ignorada pelos educadores. Trata-se da necessidade de promover o conhecimento capaz de apreender problemas globais. A hegemonia do conhecimento fragmentado em disciplinas específica evita, repetidas vezes, de operar o vínculo entre as partes e o todo, desta forma, esse conhecimento compartimentado deve ser substituído por um conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, em seu conjunto e em sua complexidade.

A educação do futuro tem a missão de promover a inteligência total e geral dos sujeitos, necessita utilizar, ao mesmo tempo, os conhecimentos já existentes, antinomias¹ que decorrem do progresso nos conhecimentos especializados e ainda, identificar a falsa racionalidade. Em outras palavras Morin acrescenta que:

O desenvolvimento de aptidões gerais da mente permite melhor desenvolvimento das competências particulares ou especializadas. A compreensão de dados particulares também necessita da ativação da inteligência geral. A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e, de forma correlata, estimular o

¹ Para Morin, nos dias atuais, os sistemas de ensino portam antinomias - contradições - criando e alimentando separação entre as ciências e as humanidades, assim como a separação das ciências em disciplinas hiperespecializadas, fechadas em si mesmas. O enfraquecimento da percepção global conduz ao enfraquecimento da responsabilidade, pois cada um passa a responder somente por sua tarefa específica, assim como ao enfraquecimento da solidariedade, tendo em vista que as pessoas não sentem mais os vínculos com o próximo e com o meio em que vivem.

uso total da inteligência geral. Este uso total pede o livre exercício da curiosidade, a faculdade mais expandida e a mais viva durante a infância e a adolescência, que com frequência a instrução extingue e que, ao contrário, se trata de estimular, caso esteja adormecida, despertar (MORIN, 2007, p. 39).

Nessa conjuntura a inteligência compartimentada, parcelada desfaz a complexidade do mundo em fragmentos, divide os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o que era multidimensional. É uma inteligência denominada por Morin (2007) de míope, que evolui para a cegueira, reduzindo as probabilidades de apreciação corretiva ou ainda, de uma visão em longo prazo.

Se considerarmos as palavras de Morin (2007) que o ser humano é ao mesmo tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico, entendemos que a função primordial da educação seria ensinar a condição humana, doravante que a natureza humana é inteiramente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo na verdade imensa dificuldade em elucidar, esclarecer, aprender o que significa ser humano. Ficam expressas as prerrogativas de que é possível “reconhecer a unidade e a complexidade humanas, reunindo e organizando conhecimentos dispersos nas ciências da natureza, nas ciências humanas, na literatura e na filosofia, pondo em evidência o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano” (MORIN, 2007, p. 15).

Todo desenvolvimento humano significa antes de tudo, o desenvolvimento unido das autonomias singulares, das participações na comunidade e do sentimento de pertencer a um grupo, à espécie humana. Reconhecer o humano é situá-lo no universo e não separá-lo dele, perguntar sobre nossa condição humana implica examinar nossa posição no mundo. Para a educação que virá, é relevante promover a solidificação dos conhecimentos advindos das ciências naturais, tendo em vista situar à condição humana no mundo, para evidenciar a dimensão multidisciplinar que engendra esta condição.

Em suma, o objetivo maior da educação é de contribuir para a tomada de consciência daquilo que Morin (2007) denomina de “Terra-Pátria” e assim permitir que essa consciência

se manifeste como um desejo de realizar a cidadania terrena. O autor defende que para isso não é necessário destruir disciplinas e sim integrá-las, reuní-las em uma ciência, articulando-as em uma concepção sistemática da terra. Quando as coisas permanecem integradas é possível vislumbrar uma visão total da realidade, pois quando a visão aparece fragmentada faz com que os problemas permaneçam invisíveis para muitos, inclusive para os governantes.

Conforme enuncia Penteado (2007, p, 16) a escola seria o local ideal para que este processo de tomada de consciência ocorra. São as disciplinas escolares que utilizadas como recurso didático por meio “dos quais os conhecimentos científicos de que a sociedade já dispõe são colocados ao alcance dos alunos. As aulas são os espaços ideais de trabalho com os conhecimentos e onde se desencadeiam experiências e vivências formadoras de consciências mais vigorosas porque alimentadas no saber”.

Cabe ressaltar, entretanto, que a tarefa de construção de uma democracia pertence a várias esferas de atuação da sociedade, e a escola é apenas uma delas. A escola tem um papel insubstituível quando se trata de preparação das novas gerações diante das novas exigências postas pela sociedade moderna (LIBÂNEO, 2006).

Para compreender as questões ambientais, em uma análise que vai além da dimensão biológica, química ou física e sim entendida enquanto questões sócias-políticas é necessário a formação de uma consciência ambiental, por meio do exercício da cidadania.

Segundo Penteado (2007) a cidadania diz respeito a um

Estado de Direito que ganha corpo nas sociedades em que a organização política (o poder de tomar decisões e de administrar a vida pública) se orienta por princípios democráticos. De acordo com tais princípios, a população como um todo, compreendida nos seus mais diferentes segmentos, tem o direito de participar da tomada de decisões e da administração da vida pública, seja indiretamente por intermédio de representantes por ela própria escolhidos, seja diretamente através de formas organizadas de participação coletiva nestas tarefas. Nas sociedades democráticas contemporâneas, tais direitos e deveres encontram-se expressos e registrados na Constituição que rege a vida dessas sociedades, elaborada pelos representantes dos agentes sociais, por estes eleitos pelo voto direto para atender às necessidades expressas pro seus representados (PENTEADO, 2007, p. 23-24).

Por conseguinte, o desenvolvimento da cidadania e conseqüentemente a constituição de uma sensibilidade ambiental possui na escola um local apropriado para sua realização por meio de um ensino que seja ativo e participativo ao mesmo tempo, apto a superar os impasses e descontentamento vivido pela escola nessa época presente.

É preciso diferenciar que ler sobre o meio ambiente, ficar informado sobre ele, é distinto de observar diretamente o meio ambiente, conhecer os diferentes grupos sociais que o compõem, observar como as relações sociais permeiam o meio ambiente e o exploram, coletar junto às pessoas da comunidade informações sobre as relações que mantêm com o meio ambiente em que vivem, enfim, apreender como a sociedade lida com ele. Agir assim é experimentar comportamentos sociais em relação ao meu meio ambiente que permitem constatar suas características e as reações dele à nossa atuação (PENTEADO, 2007).

A mesma autora aponta a necessidade de dar um passo transformador, que aponte na direção de se orientar os trabalhos escolares por uma lógica ambiental, “a fim de que passemos da escola informativa para a escola formativa. É preciso e possível contribuir para a formação de pessoas, capazes de criar e ampliar espaços de participação nas tomadas de decisões de nossos problemas sócio-ambientais” (PENTEADO, 2007, p. 56).

1.2 -Educação e Pressupostos Legais

O planejamento para o enfrentamento da problemática ambiental, que traga efeitos significativos para a sociedade, envolve certamente o trabalho coordenado entre política, economia, ambiente e a comunidade escolar.

Fala-se constantemente da grande importância das escolas sensibilizarem os alunos sobre a questão ambiental, mas as atividades relacionadas são desvinculadas da sala de aula, e ficam às margens dos programas das diferentes disciplinas. A educação ambiental nas escolas

geralmente acontece em momentos esporádicos, nas semanas do meio ambiente, semanas da água, reciclagem de lixo e papel, plantio de mudas, e outros.

Estas atividades deveriam estar inseridas no conteúdo específico de todas as disciplinas, devendo ser trabalhadas de maneira interdisciplinar. Assim, o aluno teria melhores condições de adquirir uma perspectiva global sobre o ambiente.

Segundo Gadotti (2000) "os conteúdos curriculares têm que ser significativos para o aluno e só serão significativos para ele se esses conteúdos também forem significativos para a saúde do planeta" (GADOTTI, 2000, p. 236). Os seres humanos precisam entrar em harmonia com o meio em que vivem, uma vez que também constituem este mesmo meio. Daí a importância de abordar na sala de aula os conflitos, as dúvidas, as curiosidades dos alunos, tentando articular a escola com a vida, resolvendo problemas, buscando uma harmonização planetária. Quando se trabalha das necessidades, das curiosidades que surgem na vida infantil nos deparamos com questões existenciais, com idéias e pensamentos. Entendemos que só existe sensibilização e aprendizado quando o sujeito conseguir sentir, entender e se relacionar de forma saudável com o meio em que vive e se ver parte integrante do mesmo.

A luta pela preservação do ambiente passou a ser uma luta em defesa da vida, e levou ao aparecimento de novos investimentos em ciência, pesquisas e tecnologias que sejam compatíveis com a preservação ambiental. Aqui entra, por conseguinte, o papel das indústrias e escolas na estruturação de um desenvolvimento sócio econômico para a dispersão de idéias e ações inovadoras.

No ano de 1999 foi elaborado um documento que apresenta as diretrizes e os princípios que orientam as ações do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, com o objetivo de solicitar a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, e, ainda, potencializar a função da educação para as mudanças culturais e sociais.

As ações deste Programa Nacional de Educação Ambiental destinam-se a assegurar a integração das múltiplas dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, ética, cultural, econômica, política) ao desenvolvimento do país, tendo como resultado uma melhor qualidade de vida para toda a população brasileira.

Os objetivos do ProNEA estão de acordo com os objetivos fundamentais da Lei nº. 9.795/99 “estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social”, Artigo 5 § III. Da Política Nacional de Educação Ambiental.

A educação ambiental é um processo permanente e participativo de explicação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que motivem o comportamento de defesa, preservação e a sua melhoria. Em outras palavras, a educação ambiental deve levar o homem a viver em harmonia com a natureza, passando pela participação de todos os cidadãos na solução dos problemas ambientais, o que significa compreender o ambiente, a relação dinâmica que existe entre os ecossistemas e os sistemas sociais.

Medina (1998 p.4) define Educação Ambiental como um processo que possibilita às pessoas uma compreensão global do Ambiente, proporcionando os instrumentos para esclarecer valores e desenvolver atitudes que lhes permitem adotar uma posição crítica e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada à utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida, a eliminação da pobreza extrema, do consumismo desenfreado, visando a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças, (minorias étnicas, populações tradicionais, a perspectiva da mulher) e a liberdade para decidir os caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável, respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie.

A educação ambiental nas escolas é o meio mais coerente de prevenir os danos ao meio ambiente, de sair do discurso e partir para a prática, para que interados, possamos seguir em busca de soluções. Porém, a educação ambiental não deve ficar restrita apenas às escolas, ela precisa caminhar intrinsecamente com os seres humanos e fazer parte de suas ações cotidianas.

Considerando que a formação do ser humano não é tarefa exclusiva da escola, pois é resultado de um conjunto de outras ações educativas, a escola desempenha um papel de destaque na tarefa de possibilitar o acesso ao conhecimento.

È no contexto escolar que são promovidas as reflexões sobre o desenvolvimento sustentável, onde as demandas históricas e urgentes atravessam o ensino-aprendizagem, através de suas várias relações e ramificações entre o saber popular e o conhecimento científico.

Para alcançar equilíbrio e melhores condições de vida é fundamental o papel da educação e com isso o papel da escola nos processos de sensibilização ambiental, apesar das ações existentes, infelizmente ainda tem muito que se fazer, sendo as mesmas insuficientes para impedir o processo de degradação ambiental. De acordo com Guimarães (2004, p. 41):

O crescimento da consciência da importância da preservação da natureza, que vem se dando nos últimos 30 anos em todo mundo, não fez com que a sociedade atual viesse progressivamente diminuindo a destruição do meio ambiente. Portanto, a conscientização, por parte de um grande número de pessoas no mundo todo acerca da importância da preservação do meio ambiente-conscientização que certamente o trabalho dos professores tem ajudado a difundir por toda a sociedade não tem sido suficiente para reverter o processo crescente de degradação do meio ambiente, causado pela sociedade moderna urbano-industrial.

A questão ambiental vem sendo analisada com cada vez mais urgência e relevância pela e para a sociedade, tendo em vista que o futuro da humanidade está sujeito às relações estabelecidas entre a natureza e o uso que os seres humanos fazem dos recursos naturais que se encontram disponíveis. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 19) “à medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos em função da tecnologia disponível”.

As grandes reuniões mundiais, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) na cidade de Estocolmo (1972) e no Rio de Janeiro (1992). Sobre o tema concluem que devem ser assumidas as recomendações de se investir em uma mudança de mentalidade, procurando conscientizar os seres humanos para a necessidade de se adotar novas posturas diante do meio em que vivem.

É evidente que a educação por si só não é suficiente para mudar os rumos do mundo, mas provavelmente é uma das condições necessárias para essa empreitada. Se considerarmos as palavras proferidas na Conferência Internacional Rio/92, é pertinente apontarmos o reconhecimento do papel educacional para a conscientização do cidadão em relação ao meio ambiente.

Nessa perspectiva os PCN's afirmam que:

Fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social (BRASIL, 1997, p. 25/6).

Há uma preocupação crescente em relacionar a educação com a vida do aluno, o meio em que vive e sua comunidade, já que o comportamento das famílias exerce influência sobre o comportamento dos alunos. Conforme as indicações dos PCN's a função de se trabalhar com o tema Meio Ambiente é colaborar para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, capazes de atuarem na realidade socioambiental. Nessa perspectiva, “é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos” (BRASIL, 1997, p. 29).

Pretende-se mostrar que referente à área ambiental, existem muitas informações, valores e procedimentos que são transmitidos aos alunos por meio das atitudes dos pais e pelo que dizem em casa. Torna-se necessário que esse conhecimento seja considerado e inserido

nas atividades da escola, para que seja possível o estabelecimento de relações entre esses dois universos, o escolar e o familiar. A atitude do professor nesse contexto é fundamental:

É importante que o professor trabalhe com o objetivo de desenvolver, nos alunos, uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa. Para tanto, o professor precisa conhecer o assunto e, em geral, buscar junto com seus alunos mais informações em publicações ou com especialistas. Tal atitude representará maturidade de sua parte: temas da atualidade, em contínuo desenvolvimento, exigem uma permanente atualização; e fazê-lo junto com os alunos representa excelente ocasião de, simultaneamente e pela prática, desenvolver procedimentos elementares de pesquisa e sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação e discussão de resultados, etc. (BRASIL, 1997, p. 30)

Não se pode negar a importância da educação e conseqüentemente, do papel dos professores para o desenvolvimento de uma sensibilização e a partir desta, uma mudança de atitude e construção de valores necessários para que o processo tome outra direção. Para tanto, a busca de procedimentos didáticos que sejam capazes de contribuir para o processo pedagógico da educação ambiental passa a ser fundamental, o que por sua vez, enseja uma superação da prática de ensino sustentada por simples processos de transmissão - assimilação de conhecimentos, tendo em vista não ser esta suficiente ou adequada nas práticas da educação nas questões ambientais..

Segundo Reigota (1994, p. 9), “não se trata de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais e dos recursos naturais, embora essas questões sejam importantes. O que deve ser considerado prioritariamente são as relações econômicas e culturais entre a humanidade e a natureza e entre os homens”, possibilitando a ampliação da participação política dos cidadãos.

A educação ambiental é uma das alternativas políticas, conscientizadora e, interdisciplinar que pode contribuir na sensibilização e transformação dos atores sociais para alterações significativas de comportamento, levando-os a novos hábitos e atitudes, pautados em valores que propiciem a relação de equilíbrio entre homem e natureza.

As práticas educativas de questões ambientais se constituem numa dimensão essencial desse processo educativo, partindo-se da concepção de que a mesma não pode ser considerada

tão somente como uma disciplina isolada, porém como uma proposta interdisciplinar e transversal no sentido de se transformar no eixo norteador do processo educacional como um todo, tendo em vista ser a mesma uma complementação da educação em geral, abordando pontos de vista e áreas de conhecimento.

A noção de interdisciplinaridade, para Libâneo (2006, p.31) é a de “interação entre duas ou mais disciplinas para superar a fragmentação, a compartimentalização de conhecimentos, implicando uma troca entre especialistas de vários campos do conhecimento na discussão de um assunto, na resolução de um problema, tendo em vista uma compreensão melhor da realidade, incorporar os resultados de várias especialidades, tomando-lhe de empréstimo esquemas conceituais de análise, instrumentos e técnicas metodológicas, a fim de fazê-los integrar-se”.

Falar em interdisciplinaridade implica em uma mudança de atitudes dos professores diante da rigidez da organização disciplinar, no sentido de compreender a prática da interdisciplinaridade em três sentidos: como atitude; como forma de organização administrativa e pedagógica da escola e como prática curricular. Para Libâneo (2006, p. 34) afirma “a atitude interdisciplinar requer uma mudança conceitual no pensamento e na prática docente, pois seus alunos não conseguirão pensar interdisciplinarmente se o professor lhes oferecer um saber fragmentado e descontextualizado”.

Ademais, essas práticas constituem uma estratégia importante no processo de construção da cidadania, a partir do qual o sujeito e comunidade passam a ter atitudes, compromissos e conscientização acerca da questão ambiental. O ambiente escolar apresenta-se como ambiente privilegiado para o desenvolvimento da educação ambiental, tendo em vista possibilitar a realização de vários estudos, bem como a organização e desenvolvimento de projetos envolvendo a escola e seu entorno.

A Educação Ambiental deve ser desenvolvida e consolidada em seus pressupostos legais a fim de amparar os alunos a construírem uma consciência integral das questões referentes ao meio para que possam assumir atitudes de proteção e melhoria. Para que esse processo se efetive é relevante que os alunos possam conferir significado àquilo que aprendem sobre as questões ambientais. Nessa perspectiva, os PCN's (1997, p. 48) indicam que tal significado “é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações”.

Trabalhar com a realidade que circunda o aluno é muito significativo, pois oferece um universo acessível, próximo e conhecido e, portanto, apto a ser campo de aplicação do conhecimento adquirido. E isso faz com que, para a Educação Ambiental, o trabalho com a realidade local seja de importância essencial.

A prática da Educação Ambiental é algo recorrente nas escolas municipais de Colinas do Tocantins de um modo geral e se torna necessário mapeá-las no tempo e no espaço para analisar sua real efetivação, pois há uma política educacional para que seja praticada nas escolas fundamentadas nos PCN's proposto por “Temas Transversais”. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) deve servir de parâmetro para efetivação de uma educação ambiental na zona rural dentro da realidade da comunidade onde se encontra a unidade escolar e seus atores sociais.

A educação formal tem sua parcela de responsabilidade no seu fazer para com a educação ambiental, ou educação com criticidade, responsabilidade, promovendo mudanças, atitudes responsáveis com a natureza e sua preservação, respeitando as culturas das comunidades onde se insere o processo educativo, os professores devem possuir conhecimento multidisciplinar e formação nas diversas áreas para executar o trabalho da educação ambiental com os alunos da zona rural em um diferencial da realidade por eles

vivido, construindo ciência e cultura voltadas para preservação do seu meio e realizando um fazer pedagógico interdisciplinar.

A Constituição Federal Brasileira em seu artigo 225 dispõe sobre o “direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e estabelece as incumbências do Poder Público para garantir a efetividade desse direito” Dentre essas incumbências consta a Educação Ambiental, no § 1º, Inciso VI.

A lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no seu artigo 28 estabelece “adaptações adequadas conforme realidade de vida, costumes, localidade e história de cada povo “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”.

As políticas da educação básica do campo estão intrínsecas nas três esferas governamentais (Federal, Estadual e municipal) e que essas políticas possam efetivar a inclusão social dos sujeitos do campo, sua educação de forma interdisciplinar voltada ao conhecimento amplo e geral que propicie geração de emprego e renda e o desenvolvimento sustentável nas diferentes regiões com suas peculiaridades a ser realizada.

A educação ambiental não se constitui em uma disciplina específica, trata-se de um campo de investigação participativa (contando com todas as pessoas da escola) e que deve ser realizada unindo esforços internos e externos, incluindo a comunidade. Nas definições de Medina (2002, p.73):

A educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Reigota (1995, p.14) ressalta que “a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como conhecemos, não sendo necessariamente uma prática

pedagógica voltada para a transmissão de conhecimento sobre ecologia”. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos naturais, mas também a participação dos cidadãos na discussão e decisões sobre a questão ambiental.

Os professores dificilmente se comprometem com o tema transversal Meio Ambiente, normalmente eles enfrentam dificuldades em pensar educação fora do clássico espaço da sala de aula e por isso encontram barreiras para estabelecer parcerias com outros alunos, professores, pais e a comunidade em geral.

Em 1997 foram divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais. Esses parâmetros deram orientações de como incorporar a dimensão ambiental na forma de tema transversal nos currículos de ensino fundamental. Os PCN's sugerem que o tema Meio Ambiente seja trabalho transversalmente na Educação, em outras palavras, propõem que as questões ambientais permeiem os objetivos e conteúdos de todas as outras disciplinas, abarcando o período da escolaridade obrigatória.

A Lei 9.795/99 elenca suas diretrizes, os princípios e os objetivos da Educação Ambiental no Brasil, destacam-se os artigos 1º e 2º que definem o que o governo entende por Educação ambiental e, portanto torna-se importante para nossa pesquisa:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, lei 9.795/99).

Os princípios educacionais contidos nessa lei indicam um trabalho visando a interdisciplinaridade. Além disso, está presente nas abordagens da Educação Ambiental, o caráter participativo, democrático e amplo, abrindo espaço para a participação efetiva da comunidade na construção de novos conhecimentos.

Esses aspectos da lei têm como objetivo estimular a participação individual e coletiva na solução dos problemas ambientais estimula ainda a cooperação entre as regiões e a

participação da comunidade nos processos de Educação Ambiental, levando em consideração o desenvolvimento sustentável do país. A Educação Ambiental, nessa visão, deve ter um caráter interdisciplinar, sua abordagem deve ser integrada e continua em todos os níveis e modalidades de ensino. Isso fica mais evidente no artigo 10 da referida lei, “a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidade de ensino [...] § 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino” (BRASIL, lei 9.795/99)

Destacamos o estudo de Dias (2004) que em seu trabalho *Educação Ambiental princípios e práticas*, esquematizou as informações básicas conceituais sobre a Educação Ambiental. Segundo ele, o papel da Educação Ambiental torna-se cada dia mais urgente, é preciso oferecer mais formação, pois “a educação ainda treina a (o) estudante para ignorar as conseqüências ecológicas dos seus atos” (DIAS, 2004, p. 16).

Na tentativa de esclarecer melhor o percurso da Educação Ambiental, Dias (2004) traz alguns elementos da História da Educação Ambiental, destacamos o ano de 1977 com a realização na cidade de Tbilisi (Geórgia) a I Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO. Trata-se de um prolongamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em Estocolmo, em 1972. É nesse contexto que o autor define os objetivos da Educação Ambiental:

A educação ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade; proporcionar a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias para proteger e melhorar a qualidade ambiental; induzir novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta a agir em busca de alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação da sua qualidade de vida (DIAS, 2004, p. 83).

É importante ressaltar que, conforme Dias (2004) a Conferência de Tbilisi constituiu-se um ponto de partida de um programa internacional de Educação Ambiental, colaborando para precisar a natureza da Educação Ambiental, definindo seus objetivos e suas características, bem como suas estratégias pertinentes no plano nacional e internacional. É

ainda hoje considerado o evento determinante para os rumos da Educação Ambiental em todo o mundo.

Antes disso, por volta da década de 1960, iniciou a percepção de que a humanidade estava caminhando rapidamente para a destruição de recursos não renováveis e, portanto, imprescindíveis para a vida humana.

No Brasil notava-se a inexistência de Educação Ambiental formal, até a década de 1970 e somente no ano de 1972, com a Conferência de Estocolmo, o país resolveu tomar iniciativas para uma política para gerenciar o meio ambiental, criando, dessa maneira, em 1973 a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, que tornou o marco inicial da Educação Ambiental Brasileira.

Em 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – ECO-92, sediada no Rio de Janeiro com a participação de 170 países, chefes de Estados e de Governo, além de Organizações não Governamentais – ONG's. Essa Conferência ficou conhecida como Rio-92 e teve dentre seus objetivos, examinar a situação ambiental do mundo e recomendar medidas a serem tomadas referentes à proteção ambiental por meio das políticas de desenvolvimento sustentável, a humanidade deveria rever seus hábitos de consumo e atitudes consideradas prejudiciais à vida de forma geral no planeta Terra. Foi aí que se estabeleceu a Agenda 21.

A observação das necessidades de nosso meio e o interesse pelos problemas locais deve ser o início do trabalho com a Educação Ambiental. Em outras palavras significa que o educador deve partir da realidade local, estudando as necessidades, os interesses e os problemas vividos, para em seguida, estabelecer as atividades que desenvolverão a aprendizagem de seus alunos.

Na proposta dos PCN's, os conhecimentos de Meio Ambiente auxiliariam os alunos a construir “uma consciência global das questões relativas ao meio, para que possam assumir

posições afinadas com os valores referentes a sua proteção e melhoria” (BRASIL, 1997, p. 47-48). Assim os educandos aprenderiam a reconhecer fatores que produzem o real bem estar, desenvolver espírito de crítica às induções e consumismo e senso de responsabilidade e de solidariedade no uso dos bens comuns e recursos naturais de modo a respeitar o ambiente e as pessoas da comunidade.

Os conteúdos dentro da temática meio ambiente devem levar o aluno à construção de efetiva aprendizagem e conhecimento nas diversidades territoriais, culturais, históricos e sociais de nosso país. Para tanto, seguindo essas preocupações, foram selecionados os conteúdos que:

- contribuam com a conscientização de que os problemas ambientais dizem respeito a todos os cidadãos e só podem ser solucionados mediante uma postura participativa;
- proporcionem possibilidades de sensibilização e motivação para um envolvimento afetivo;
- possibilitem o desenvolvimento de atitudes e a aprendizagem de procedimentos e valores fundamentais para o exercício pleno da cidadania, ressaltando-se a participação no gerenciamento do ambiente;
- contribuam para uma visão integrada da realidade, desvendando as interdependências entre a dinâmica ambiental local e a planetária, desnudando as implicações e causas dos problemas ambientais. (Brasil, 1998, 202-203)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam diretrizes para que o professor possa trabalhar com os temas transversais. Por exemplo, devem-se solucionar prioridades e conhecimentos levando em conta o contexto social, econômico e cultural no qual se insere a escola e também elementos da cultura local, sua história e seus costumes determinando as várias possibilidades no trabalho com o tema Meio Ambiente nas escolas.

Nas escolas, o tema Meio Ambiente, como orientação para as atividades transversais no currículo tem sido trabalhada, sobretudo nas áreas de Ciências e Geografia e essa tendência precisa ser ampliada fugindo da prática solitária de projetos.

CAPÍTULO II

O homem assumiu, em todo o decorrer da História, o papel de um temível fazedor de desertos.

(Euclides da Cunha)

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO

A História da Educação do Campo cabe uma retrospectiva tendo em vista que era tratada como educação rural numa discussão onde possuía características que facilmente podia se reconhecer por serem em salas multisseriadas cuja educação era oferecida como instrumento de reprodução e expansão da estrutura agrária vigente. Ela tem sido criticada e o argumento para tal é que predomina uma concepção urbana de vida, não havendo “a valorização da cultura, do modo de vida, dos valores e da concepção de que o homem do campo e sua cultura estivessem condenados a extinção ou fosse de inferior qualidade” (SILVA, 2006, p.73).

As questões educacionais referentes à zona rural não podem ser analisadas dissociadas das lutas dos Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Para esse grupo “a escola é uma exigência imposta pela realidade dos alunos em idade escolar que acompanham seus pais nas ocupações de terra. A educação é defendida não como um fim de si mesmo, mas como instrumento de luta pela terra e por condições da vida, de afirmação de identidade” (SILVA,2006 p,73).

Pode-se afirmar que a partir de movimentos como o MST, que emergiu a concepção de Educação do Campo em contra partida com a visão tradicional de Educação Rural. Segundo Silva (2006) o campo é idealizado como espaço social com identidade cultural própria. Nessa conjuntura, “a educação do campo deve refletir a vida, os interesses e as

necessidades de desenvolvimento desses indivíduos e não meramente reproduzir os valores do desenvolvimento urbano” (SILVA, 2006, p.73).

Assim as escolas rurais são precárias nas suas estruturas, tanto física quanto pedagógica, e do profissional e para tanto, surge desta luta a reformulação da educação rural para educação do campo.

Quando analisados os dados da Educação do Campo, identificam-se desigualdades históricas no que se refere ao direito à educação dos povos do campo (...) Dada a precariedade da educação oferecida às populações do campo se apresenta de forma mais visível nas escolas com turmas multisseriadas, uma vez que estas constituem a maioria das escolas do campo. O Censo Escolar 2006 apontou a existência de cerca de 50 mil estabelecimentos de ensino nas áreas rurais com organização exclusivamente multisseriada, com matrícula superior a um milhão de estudantes, configurando uma urgente necessidade de apoio técnico e financeiro por parte da União e Estados. (Brasil: MEC, 2008, p.10).

Inicia-se uma nova proposta para Educação do Campo, nas suas várias instâncias, principalmente numa nova metodologia de ensino, Escola Ativa.

A portaria n. 1374 de 03/06/03 institui o Grupo Permanente de Trabalho – GPT de Educação no Campo, com o intuito de articular as ações do Ministério relacionado à Educação do Campo, para divulgar e debater a implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Este grupo procura realizar, desde 2003, um diagnóstico da Educação do campo e também “levantar instrumentos para a construção de uma política pública de educação que atenda às demandas dos sujeitos do campo, compreendendo-a como instrumento imprescindível para o desenvolvimento sustentável das populações do campo” (RAMOS, *et al*, 2004, p.5).

As Referências para uma Política Nacional de Educação no Campo é um documento que oferece um conjunto de informações e reflexões que visam dar subsídio à formulação de políticas de Educação do Campo em âmbito nacional respaldadas nos interesses e aspirações dos sujeitos que vivem no campo e nas questões dos movimentos sociais. É importante ressaltar que:

É consenso que a análise e o encaminhamento adequado das demandas educacionais das comunidades do campo passam necessariamente pela reflexão e entendimento

do seu modo de vida, dos seus interesses, das suas necessidades de desenvolvimento e dos seus valores específicos. É fundamental que seja levada em conta a riqueza de conhecimentos que essas populações trazem de suas experiências cotidianas (RAMOS *et al*, 2004, p. 8).

A contento deve-se lembrar da diferença de conceito estabelecida entre educação do campo e educação rural, pois a expressão “do campo” é empregada para nomear um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias. O campo é concebido enquanto ambiente social com história, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem.

Nessa perspectiva não basta só melhorar o ambiente físico das escolas ou a qualificação dos professores. A modificação da educação do campo implica, fundamentalmente, um currículo escolar baseado na vida e nos valores de sua população, de sua comunidade, para que o aprendizado seja também um meio para o desenvolvimento do ambiente em que convivem.

O documento que trata das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo apresenta algumas premissas para pensarmos e discutirmos as questões referentes a essa temática, tais como a educação básica no meio rural deve ter por objetivo principal a oferta de uma educação de qualidade que assegure o direito ao acesso e permanência na escola; a educação a ser oferecida no campo deve ter o caráter universal, porém contextualizada de acordo com as especificidades do meio, na perspectiva de sua valorização cultural; a educação no meio rural deve proporcionar aos alunos oportunidade de prosseguimento dos estudos, inserção no mundo do trabalho e ampliação dos padrões de cidadania da população rural.

O funcionamento da escola no campo conforme o Panorama da educação do Campo ocorre de forma precária, devido à infra-estrutura e espaços físicos que são inadequados. As escolas são mal distribuídas geograficamente e falta uma formação adequada ao docente para o trabalho nas escolas do campo. Segundo Ramos *et al* (2004) no Brasil as escolas no campo

surtem tardiamente, ainda que fosse um país de procedência agrária, a educação não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891. Retrata ainda que:

Em 2003, o Ministério da Educação institui, pela Portaria nº 1374 de 03/06/03, um Grupo Permanente de Trabalho com a atribuição de articular as ações do Ministério pertinentes à educação do campo, divulgar, debater e esclarecer as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo a serem observadas nos projetos das instituições que integram os diversos sistemas de ensino, estabelecidas na Resolução – CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, e apoiar a realização de seminários nacionais e estaduais para a implementação dessas ações. É consenso que a análise e o encaminhamento dessas questões passam necessariamente pela reflexão e entendimento da vida, dos interesses, das necessidades de desenvolvimento e dos valores do homem do campo. Assim, é fundamental a consideração da riqueza de conhecimentos que essa população traz de suas experiências cotidianas (RAMOS *et al*, 2004, p. 8/9).

Dados divulgados pelo IBGE (Censo Demográfico, 2000) mostram que 30% da população na região norte vivem na zona rural e isso justifica nosso olhar para essa população, tendo em vista a sua representatividade na região e no Estado do Tocantins..

É por essa via que entendemos que uma “política de educação do campo precisa conceber que a cidade não é superior ao campo, e só assim estabelecer relações de solidariedade entre campo e cidade seja nas formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de conhecimento” (RAMOS *et al*, 2004). O campo caracteriza-se como um espaço rico e diverso, que produz sua própria cultura, não pode ser reduzido meramente a um espaço de produção agrícola, de atraso.

Segundo Ramos (2004) a identidade do campo é definida pelos sujeitos sociais a quem se destina, como exemplo temos os agricultores, assentados, ribeirinhos, pescadores, indígenas. Essa mesma concepção está expressa no parecer das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, afirmando que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

O currículo da escola do campo precisa aliar-se a diversidade e entender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, têm nomes e rostos,

lembranças, gêneros e etnias diferenciadas. Nas palavras de Ramos *et al* (2004, p. 37) “cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença a terra e nas formas de organização solidária. Portanto, os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do meio físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do ambiente”. O campo é heterogêneo, diverso, e dessa forma, não se pode construir uma política de educação única para todos os povos do campo, deve atender às demandas específicas de cada região.

O que enriquece a Educação é a troca de conhecimento, pois conhecimento todas as pessoas possuem. A escola precisa levar em consideração os conhecimentos dos vários saberes engendrados na escola (pais, alunos, comunidade) e resgatá-los no interior da sala de aula em uma conversa constante com os saberes e os fazeres produzidos nas diferentes áreas de conhecimento. Os moradores do campo “podem e têm condições de pensar uma educação que traga como referência as suas especificidades para incluí-los na sociedade como sujeitos de transformação. Para isso, o projeto educativo que se realiza na escola precisa ser do campo e no campo e não para o campo” (RAMOS *et al*, 2004, p. 38). Detalhando mais esse aspecto, o mesmo autor continua:

Construir uma educação do campo significa pensar numa escola sustentada no enriquecimento das experiências de vida, obviamente não em nome da permanência, nem da redução destas experiências, mas em nome de uma reconstrução dos modos de vida, pautada na ética da valorização humana e do respeito à diferença. Uma escola que proporcione aos seus alunos e alunas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver. Isso significa em última análise, inverter a lógica de que apenas se estuda para sair do campo (RAMOS *et al*, 2004, p. 39).

Medina (*apud* Pedrini, 2002, p. 69) afirma que a visão que fundamenta o processo de ensino-aprendizagem na Educação Ambiental, é uma visão complexa e sistemática das realidades ambientais, “visando a compreensão de suas inter-relações e determinações, ao mesmo tempo em que considera o papel e as características das instituições e agentes sociais envolvidos localizados em um tempo e espaço concreto”.

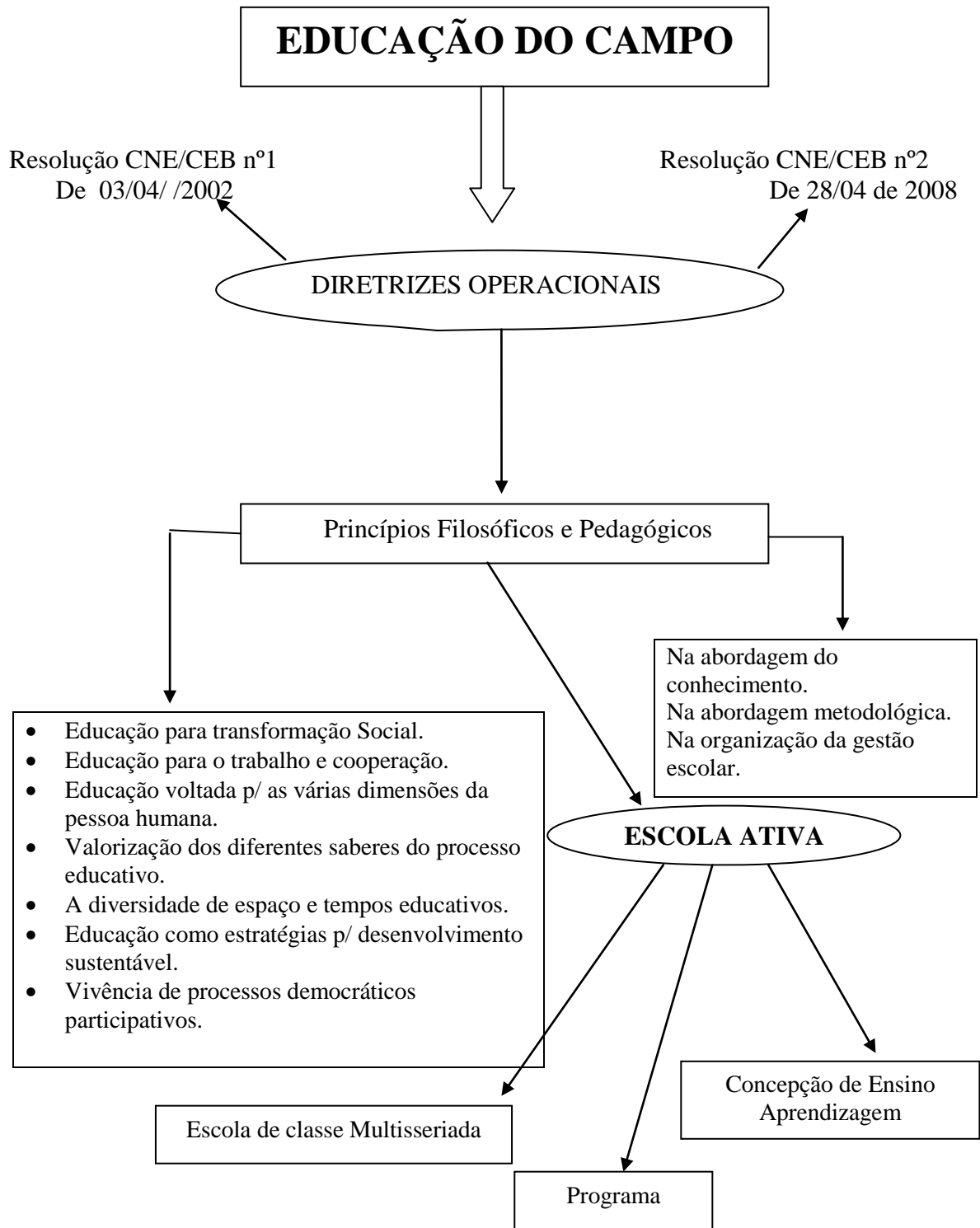


Figura 01 - Diretrizes educacionais para a Escola do Campo.
Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Todo o processo se dá à luz das concepções apresentadas nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução cne/ceb nº 1 de 03 de abril de 2002 e das Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento à Educação Básica do Campo – Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

As classes multisseriadas nos desafiam a repensar a escola, suas disciplinas, séries, conteúdos e avaliações. Neste sentido, este Programa se apresenta como mais um passo no avanço histórico de construção de uma proposta para classes multisseriadas, que certamente não termina por aqui e é responsabilidade de todos. (MEC/2008)

È necessário o conhecimento da realidade. Mas é preciso também penetrá-la, estudar as diversas características e qualidade que a definem. Assim, o professor pode levar o aluno a observar o trabalho realizado pelo agricultor, seus métodos e suas dificuldades, mas conhecer os muitos processos através dos quais a planta nasce e se desenvolve e mais ainda os produtos químicos usados e seu impacto sobre o sempre aprofundando as informações e conceitos, para uma leitura da realidade cada vez mais crítica.

O mundo contemporâneo e suas novas tendências de país emergente trazem uma visão aos educadores de postura autônoma e intelectual com saberes científicos mensurados á diversidade humana com o rompimento dos paradigmas para nova forma de se fazer conhecimento que seja para os dias atuais.

O currículo escolar precisa estar voltado ao desenvolvimento do sujeito como um todo nas suas habilidades e que possa prepará-lo para a vida no mundo globalizado de hoje, e não engessá-lo numa reprodução de saberes alienatórios e que o direciona ao capitalismo em conhecimento emancipatório e sem autonomia intelectual.

Segundo a LDB (Lei de diretrizes e Bases), Lei 9394/96, a educação básica é para o aluno a sua “formação básica de cidadão”. No seu capítulo II art. 28, garante: “oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente”:

- I. Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III. Adequação à natureza do trabalho rural.

Assim a educação do campo deixa de ser um meio instrumental burocrático e com base nos “eixos estruturais da educação para a sociedade contemporânea”, cujas premissas vêm de encontro com as propostas da UNESCO dos pilares de sustentação da educação que são: “Aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver, aprender a ser”.

As novas alternativas de trabalho que se vem criando, ao quais não agrícolas e sim prestação de serviço na zona rural vêm retendo o processo de êxodo rural. Segundo as Diretrizes Operacionais para a educação do Campo, p.32:

O campo, hoje não é sinônimo de agricultura ou de pecuária. Há traços do mundo urbano que passam a serem incorporados no modo de vida rural, assim como há traços do mundo camponês que resgatam valores sufocados pelo tipo de urbanização vigente. Assim sendo é também a inteligência sobre o campo é também a inteligência sobre o modo de produzir as condições de existência em nosso país.

Para tanto o resgate das relações sociais, da relação com a natureza, da cultura através de atitudes de cooperação e comportamento, participação num trabalho coletivo e real, a escola torna-se um espaço de reflexão crítica para que se levantem as bases para elaboração de uma outra proposta de educação e de desenvolvimento no coletivo e de desenvolvimento para o meio em que está inserido.

Uma educação voltada para o homem do campo se torna um desafio para as políticas públicas em educação e a luta dos movimentos sociais e sindicais e produtores familiares em movimentos sociais e sindicais pela permanência no campo têm a educação como ponto estratégico para a afirmação da identidade dos mesmos e a mudança para um novo projeto social.

2.1 - Escola Ativa

Um grupo de técnicos da Direção Geral do Projeto Nordeste² e técnicos dos estados de Minas Gerais e Maranhão foram convidados no ano de 1996, pelo Banco Mundial, a participarem na Colômbia, de um movimento sobre a estratégia “Escuela Nueva – Escuela Activa”, elaborada por um grupo de educadores colombianos que, há mais de vinte anos, obtinha sucesso no enfrentamento dos problemas educacionais das classes multisseriadas daquele país. Esses técnicos foram capacitados na Colômbia para implantarem as mesmas estratégias por aqui. No ano de 1997, foi implantada no Brasil a estratégia metodológica Escola Ativa, com o objetivo de minimizar uma lacuna no sistema educacional brasileiro, qual seja a ausência de metodologias adequadas para o atendimento de escolas multisseriadas.

Tais classes multisseriadas foram discriminadas no Brasil, por serem de difícil acesso, ou seja, isoladas, com um único docente e heterogêneo. Eram localizadas, na maior parte das vezes, no campo.

Com o passar dos anos, a estratégia metodológica Escola Ativa, que a princípio foi uma adaptação de uma idéia colombiana, foi sendo adequada à heterogeneidade educacional, cultural, geográfica do contexto brasileiro, valorizando especificamente as pessoas e as ações voltadas para a melhoria das condições econômicas, sociais e educacionais das comunidades do campo.

Com base nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 o programa da Escola Ativa, enquanto Estratégias de organização do trabalho para o educador dando a ele subsídios para criar mecanismos pedagógicos na busca de estímulos, participação, colaboração na busca e elaboração de conhecimentos com base na realidade social daqueles discentes e suas diversidades como comunidade. O princípio gestão da Escola Ativa como escola pública e

² Projeto Educação Básica para o Nordeste – Ministério da Educação, 1996

democrática trata da participação da comunidade onde a escola está inserida, na elaboração do Projeto Político Pedagógico para definição das prioridades do currículo conforme a realidade local, seus anseios e problemas.

No ano de 1998 foi realizada a Primeira Conferência Nacional por Educação Básica do Campo na cidade de Luziânia, sendo aí o novo marco político que inicia debates sobre a Educação do Campo. A Conferência defendeu a Educação do Campo como "luta popular pela ampliação, acesso, permanência e direito à escola pública de qualidade no campo", através de estudo no lugar onde vivem e estudo do lugar onde vivem, conforme sua estrutura étnica e condição cultural e histórica.

Em agosto de 2004 ocorrem a II conferência Nacional Por uma Educação do Campo, em Luziânia/ GO, onde foi firmada uma agenda política para educação do campo. Assim pelas "demandas sociais do Campo" o Ministério da Educação em 2004 cria a coordenação-Geral de Educação do Campo que institucionalizou o GPT – Grupo permanente de trabalho da Educação do Campo e incentivou a criação de Comitês/ Fóruns e coordenações municipais e estaduais de Educação do Campo.

A estratégia metodológica Escola Ativa tem como meta a inclusão escolar e social dos alunos moradores do campo, pois trabalha com a valorização da identidade, da auto-estima e do respeito à diversidade social, cultural e étnica. Além disso, desenvolve ações para garantir a aprendizagem significativa, a valorização da cultura do campo e de sua população.

Segundo o Guia para formação de professores da Escola Ativa, publicado em 2007, a educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores e as atitudes, os conhecimentos e as práticas de pertencimento a terra. Ela estimula a recriação da identidade dos sujeitos na luta pela terra como um direito social, porque permite a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, proporcionando alternativas ao modelo de desenvolvimento rural.

Em síntese, a Escola Ativa é uma estratégia metodológica direcionada para a gestão de classes multisseriadas, suas concepções são baseadas na compreensão de que para melhorar a prática docente e conseqüentemente a aprendizagem dos alunos é preciso levar em consideração, segundo a aprendizagem ativa e centrada no aluno;

- A aprendizagem cooperativa
- A avaliação contínua e no processo
- A promoção flexível
- A periodicidade de cursos de formação para os professores e técnicos pedagógica

É preciso estimular a participação ativa dos alunos, para que adquiram o conhecimento por meio de situações reais, observando, manipulando, interagindo com seus colegas de sala, com o professor e com a comunidade, para, só assim, construir novos conhecimentos.

A metodologia Escola Ativa estabelece a relação ensino aprendizagem no contexto escolar e da comunidade, tendo como parâmetro os conhecimentos, os saberes da própria comunidade, dando às estes saberes já obtidos um conhecimento científico e pedagógico. É através do diálogo na sistematização desses saberes que serão levantados indicadores para que se faça a análise da realidade da comunidade.

2.2 - Escola Ativa: uma década de discussão participativa.

A Escola Ativa, nos seus dez anos de experiências, se fez necessário uma revisão e reformulação por meio de pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) com os professores e técnicos dos Estados do Norte, Nordeste e Centro - Oeste, o que resultou em capacitações por meio de encontros regionais com os atores da Escola Ativa.

A capacitação sobre a Escola Ativa no Estado do Tocantins aconteceu em Palmas em etapas destinadas às regionais. Com a presença do MEC, representado pela professora Gildete Dutra Emerek, de Brasília, que em sua palestra falou da expansão do Plano de Desenvolvimento Escolar e também sobre a Escola Ativa. Trata-se de um novo momento para

reflexão e discussão para atualização do novo contexto da Escola Ativa e Educação do Campo. Uma reflexão mútua e mais restrita, com base nas novas políticas como parâmetros a serem seguidos, um estudo que possa visualizar a real situação e as mudanças necessárias para alcançar os objetivos a que se propõe o programa.

Uma das capacitações aconteceu entre os dias 20 e 24 de outubro de 2008, onde por cinco dias estudou-se o Programa Escola Ativa, sua estrutura metodológica e os elementos de aprendizagem. Estando como participante no evento trouxemos para o presente trabalho conhecimentos que vieram solidificar a compreensão do que seja a Escola Ativa, a riqueza da metodologia para que haja mudança na situação do homem do campo, tendo como um dos princípios a valorização dos que ali residem e fazendo do campo elemento de integração com o urbano.

Ainda há uma resistência com a metodologia da Escola Ativa que persiste em salas multisseriadas onde se tem a concepção de que o aluno que mora no campo precisa apenas aprender a ler, escrever e fazer conta. São paradigmas que devem ser rompidos para uma nova visão e reabilitação da escola multisseriada num diálogo estreito entre Educação do Campo e Escola Ativa.

A resolução CNE/CEB nº2, 28 de abril de 2008 – Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo contemplam:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

Tal resolução define vários fatores das condições para um ensino de qualidade, no que tange a estrutura física, capacitação de professores e ampliação da execução do Programa para todas as regiões do Brasil, respeitando cada região, sua história e a forma de vida, que se diferenciam pelo trabalho que realizam e a cultura que promove e também pela forma de

trabalho, mas se assemelham tendo as mesmas carências, limitações econômicas, humanas e materiais e de acesso à cultura.

Os novos princípios filosóficos e pedagógicos da Educação do Campo procuram resgatar a dimensão sócio-política, na dimensão de se apropriar do conhecimento através do processo participativo, de “ação social, de transformação”, dialogando sociedade, desenvolvimento e educação. Pauta-se entre outros na educação, para transformar, libertar na interação de justiça e humanização social, a percepção da condição de humanização do sujeito como participação no trabalho o que traz realmente a condição de cidadania, em várias dimensões como detentor de história construída ao longo da vida.

É a educação para conceber-se como responsável na sua relação social, no que constitui atitudes, valores e conhecimentos adquiridos por meio do saber. A Escola Ativa busca resgatar, dentro da sala de aula, os saberes comunitários e relacioná-los com as diferentes áreas de conhecimento. A Educação do Campo tem a sala de aula como local da sistematização da educação na sua diversidade de local, pois ela se dá em todos os âmbitos sociais.

Desta forma, quando se fala de educação, parte-se do princípio e da idéia de que a escola está inserida na comunidade e assim, o fato de que o processo de educar e seus efeitos não devem se limitar à sala de aula ou aos muros da escola e sim refletir de maneira significativa na vida da comunidade da qual faz parte, a partir de uma educação ambiental popular como via de acesso à mudança de atitudes.

Um dos princípios filosóficos da Educação do Campo a destacar é a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável:

“O desenvolvimento sustentável pode ser pensado a partir do estudo da relação do ser humano com a natureza, da situação histórica particular da cada comunidade, e da análise dos recursos disponíveis, expectativas, anseios e necessidades dos que vivem no campo. O currículo do Programa Escola Ativa procura estimular a criação de novas relações entre pessoas e natureza, entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas, valorizando a vida, a saúde, e a sustentabilidade” [...]. Pensar a educação na relação com o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da idéia de que o local, o

território, pode ser reinventado através das suas potencialidades. Uma das formas de trazer à tona essas potencialidades está na revitalização da importância do coletivo como método de participação popular de gestão das políticas e das comunidades onde vivem. (educação do campo (CADERNO PE SUBSIDIOS, p.39,2004)

Desenvolvimento sustentável, por sua vez, não se limita apenas a uma dificuldade limitada de adequações ecológicas de um procedimento bem-sucedido, abrangendo, porém, uma estratégia ou modelo múltiplo para uma sociedade, que deve considerar tanto a viabilidade econômica quanto ecológica. Em outras palavras, a noção de desenvolvimento sustentável implica na necessidade humana e da natureza e, desta forma, numa transformação do próprio processo civilizatório.

A Escola do Campo precisa de processo participativo e de vivência democrática onde a comunidade escolar (educadores, educadoras, gestores e famílias) seja compromissada com as decisões coletivas, exercendo o compromisso individual nas ações coletivas na busca de soluções dos problemas da comunidade local.

O Programa Escola Ativa na sua abordagem do conhecimento e os saberes os têm como instrumentos para apropriação de conceitos através da interdisciplinaridade que questiona os elementos na visão compartimentada tendo como base a problemática levantada tornando assim o conhecimento em teoria.

A abordagem metodológica da Escola Ativa parte da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola na organização da gestão democrática, em que há a participação coletiva com toda a comunidade onde se insere a escola, articulando os objetivos, conteúdos e processos avaliativos no processo ensino-aprendizagem que venha se materializar em situações concretas na sala de aula. Sobre o processo ensino-aprendizagem é possível afirmar que:

O processo ensino-aprendizagem é potencializado pela metodologia problematizadora, que localiza a educadora/educador como condutor do estudo da realidade, percorrendo as seguintes etapas: I) Levantamento de elementos da realidade; II) problematização em sala de aula da realidade apresentada e dos conteúdos;;III) Teorização (pesquisa, estudo E estabelecimento de relação com o conhecimento científico); IV) Definição de hipóteses para solução das problemáticas

estudadas; V) proposições de ações de intervenções na comunidade. (Programa Escola Ativa: orientações Pedagógicas, p.24.Brasília , agosto de 2008).

A pedagogia da problematização tem como referencial teórico Paulo Freire que aplicado à metodologia da Escola do Campo – Escola Ativa tem como base o Método do Arco de Maguerez, o qual leva o aluno ao exercício da cadeia dialético ação-reflexão-ação, ou, seja é a relação entre a prática-teoria-prática. É uma metodologia de ensino para a Educação do Campo tendo como início a observação da realidade daquela comunidade, buscando as dificuldades, as carências, as necessidades que serão transformadas em problemas ou serão problematizados, em uma primeira visão ingênua que deverá ser voltada para os pontos chaves do assunto tratado par que posteriormente se vá a busca da teorização, sendo a interação da realidade e os pressupostos teóricos dando cientificidade a situação para buscar as possíveis soluções a serem aplicadas á realidade e assim promover a transformação.

É a busca da educação que vai libertar os sujeitos do processo bancário que apenas transmite os ideais da sociedade capitalista ”A educação libertadora, questiona concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens visando a uma transformação daí ser uma educação crítica.” (LIBÂNEO,1986, p.33).

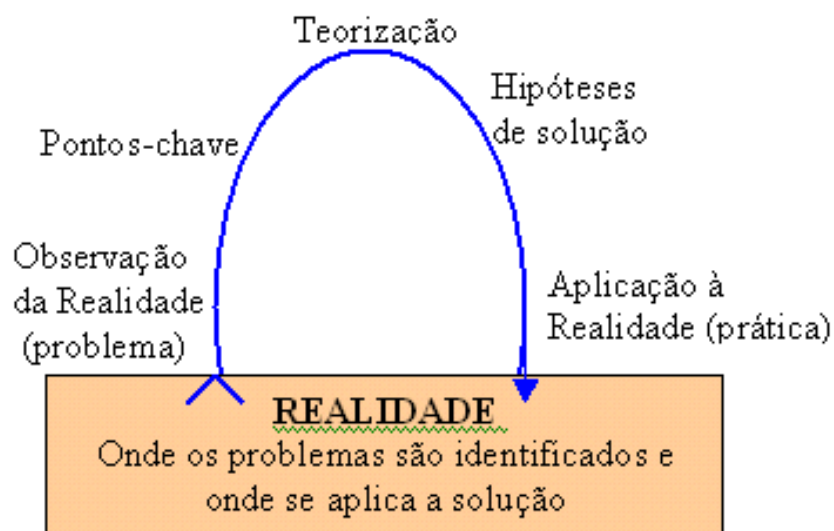


Figura 2 : O Arco de Maguerez
Fonte: A Metodologia dos Desafios. Brasília, 2002. p. 35.

A metodologia da Problematização possibilita que educador, educando e comunidade possam se inserir na sua realidade e levar mudanças com base nos pressupostos teóricos e explicativos pela ciência na intervenção desta mesma realidade, o que proporciona a consciência crítica, passando da condição de sujeitos passivos para agentes transformador da realidade com conhecimento de pressupostos teóricos de Paulo Freire (1996).

(...) educação não é sinônimo de transferência de conhecimento, pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e, em seguida, depositado nos educandos. O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Nesse sentido, a educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem.

A escola exige a promoção de ensino ativo, a participação, o pensamento crítico, a criatividade, o trabalho cooperativo e a educação personalizada, capaz de satisfazer a diferentes ritmos de aprendizagem e características individuais. O maior desafio consiste em articular a prática de ensino voltada para a possibilidade e o que os alunos precisam aprender e aplicar em suas vidas mais tarde, nos problemas que terão de enfrentar e a partir deles tentar solucionar à luz da ciência.

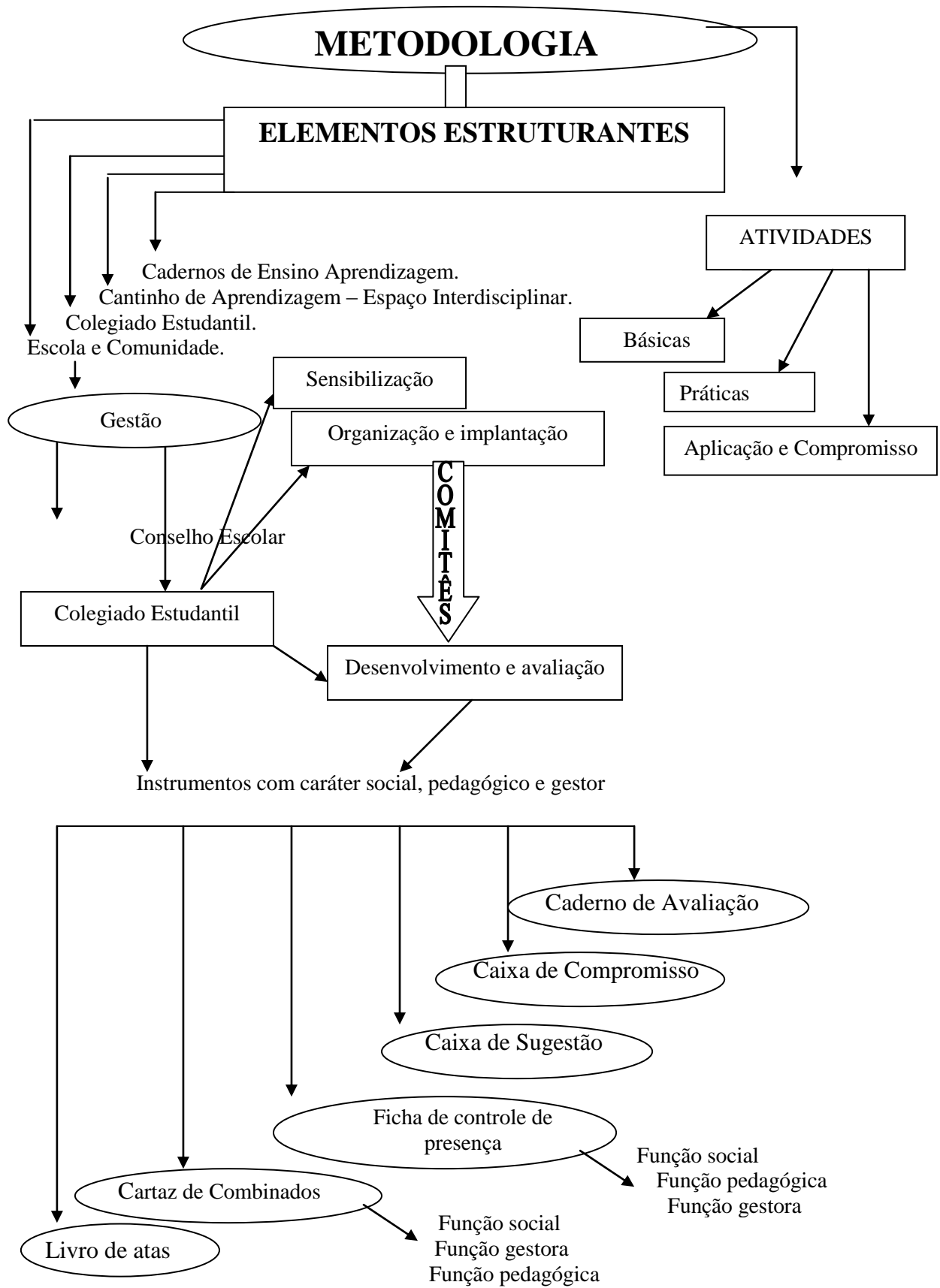


Figura 3 - Organograma da metodologia da educação do Campo
 Fonte: Dados da pesquisa, 2008

O Programa Escola Ativa propicia aos educadores estratégias metodológicas que auxiliam na construção de um projeto interdisciplinar que vem dar vida ao currículo. A proposta pedagógica da escola deve ser pautada pela “Ação-Reflexão-Ação”, tendo como referencial “a objetividade a Escola do Campo, nas dimensões: a realidade (a sociedade que temos/Escola que temos), a finalidade (a sociedade que queremos/ a escola que queremos), a mediação (como aproximar a sociedade/ escola que temos a sociedade/ escola que queremos)” (Programa Escola Ativa orientação Pedagógica, Brasília, agosto, 2008).

A Escola Ativa possui elementos estruturantes do processo pedagógico que vem definir suas estratégia e dar subsídios para os educadores da Escola do Campo. O programa é estruturado como instrumento de organização do trabalho do professor e da escola com classe multisseriada; seu objetivo é criar condições para a aprendizagem voltada para compreensão da realidade social na qual a criança está inserida. Para isto busca-se estimular vivências que objetivam: participação, colaboração, companheirismo, solidariedade, envolvimento com as questões sociais. A participação na gestão da escola pelos estudantes, pela comunidade e professores torna-se um instrumento vital para dinâmica escolar e para o desenvolvimento de uma relação viva com o contexto social. (BRASIL, MEC, Escola Ativa, Orientações pedagógicas para formação de profissionais do programa, 2008.)

O programa busca auxiliar o trabalho do professor em sala de aula. Para isto, propõem-se estratégias que, quando relacionadas entre si, dão vida ao currículo.

As estratégias seguem:

a) Cadernos de Ensino-Aprendizagem – São os livros específicos com orientação para que os estudantes realizem suas atividades seguindo as orientações dos mesmos, avançando assim no seu aprendizado sem a necessidade da participação direta do educador trazendo conteúdos conforme disciplinas do currículo. Não significa o livro didático e deve ser ampliado considerando a diversidade real da comunidade nas relações interdisciplinares. Os cadernos de ensino aprendizagem possuem uma estrutura para facilitar a aprendizagem do aluno em salas multisseriadas.

b) Cantinhos de aprendizagem: espaço interdisciplinar de pesquisa – É o local organizado pelos educandos, educador e comunidade com acervos diferenciados, objetos históricos e tudo

mais que seja relacionado com a realidade cultural e local, tendo recursos de fontes variadas das escolas, alunos, famílias, órgãos públicos, instituições religiosas, entidades agrícolas.

c) Escola e Comunidade A escola deve ser considerada como parte da comunidade onde está inserida e assim aprofundar esta relação, com atividades curriculares condizentes ao dia a dia ao ambiental natural e social, à vida política e condições reais da comunidade.

d) Colegiado Estudantil – é um “co-gestor da escola”. Tem como vivência a prática das ações coletivas envolvendo a comunidade escolar no planejamento execução das ações coletivas permite desta forma o desenvolvimento do sujeito como um todo. É necessária a conscientização dos envolvidos da responsabilidade trazida pelas funções de cada um conforme planejamento que terá parceria com a comunidade geral. Daí se forma os Comitês de Trabalho conforme a necessidade da escola e de sua realidade e necessidade da comunidade que irão trabalhar as temáticas propostas em consonância com o currículo, ampliando conhecimentos e a relação social e democrática. O Colegiado Estudantil se valerá de “instrumentos com caráter social, pedagógico e gestor”, que são:

- **Livro ata** é o documento de registro dos assuntos das sugestões compromissos e ações desenvolvidas pelo colegiado e que tratados nas reuniões gerais;
- **Cartaz dos combinados** é onde ficam expostos os acordos e normas que estabelece a convivência, valorização do ser humano, às regras e disciplinas a serem cumpridas pela escola.
- **Ficha de controle da presença** é um cartaz exposto onde cada aluno registra a sua presença e no final do mês os representantes do grupo apresentam ao professor o relatório, despertando no aluno a responsabilidade a auto-organização do processo ensino aprendizagem.

- **Caixa de sugestão** os representantes dos comitês têm a responsabilidade para coletar as sugestões da comunidade sugestões administrativa, pedagógico social.
- **Caixa de compromisso** é onde os compromissos assumidos para que sejam desempenhados que é registrado pelos representantes dos comitês no livro ata,
- **Caderno de auto-avaliação**, o educando registra sua participação percepção, inquietação, desejos, desafios envolvimento e avanços como produtores de sua aprendizagem. O colegiado estudantil oportuniza aos educandos desenvolverem habilidades de participação coletiva e se sentir incluído neste mesmo coletivo, de ser responsável na coletividade tanto como dirigente quanto subordinado.

As Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, na Resolução CNE/CEB nº1-de 3 de abril de 2002, destaca em seus art. 10 e 11 a importância da participação das famílias , da comunidade local dos movimentos sociais e sindicais na criação de espaço participativo, ainda reforça no seu art.2º:

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

e) Gestão Democrática A gestão democrática como princípio da educação tem como elemento estruturante metodológico da Escola Ativa “A escola e comunidade”, è a participação de diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção das ações a serem desenvolvidas conforme a necessidade localidade o rumo da aprendizagem com base na realidade sócio cultural e política .Os atores sociais da comunidade devem ser e estar inseridos no Conselho Escolar e no Colegiado Estudantil. Deve-se ter como eixo norteador das ações a participação ativa e co-responsável da comunidade, onde o diálogo entre escola e

comunidade promova a transformação social através da formação do ser humano conforme as necessidades e realidade da mesma.

f) O Conselho Escolar “O Conselho Escolar será voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político pedagógico” è um elemento de gestão democrática que deve envolver o maior número possível de representantes participando na sistematização e consolidação dos saberes inerentes á necessidade para o exercício da cidadania e na qualidade de vida. A Escola Ativa quanto ao projeto institucional das escolas do campo se define pelas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo tendo:

Art. 4º O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

A atividade metodológica da Escola Ativa no trabalho com classe multisseriada evolui o educando por ciclos dando condição de avançar conforme a aprendizagem e oportunizando o seguimento aos estudos do ponto em que pararam por determinado período e por motivos plausíveis na vida de sujeito e do campo com suas peculiaridades, tendo a organização de ciclo na organização do currículo que unifica os três primeiros anos do ensino fundamental no ciclo de alfabetização. (Caderno: conselhos escolares: uma estratégia de Gestão democrática de Educação Pública. p.34.)

O regime de progressão continuada, no programa Escola Ativa, a escola desenvolve seu currículo de forma contínua sem mecanismos de retenção, conforme o artigo 32, parágrafo3 da lei 9394/96:

Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série põem adotar no ensino fundamental o regime e progressão continuada, sem prejuízo de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema e ensino.

A viabilidade da aprendizagem com a técnica metodologia da Escola Ativa se dá pela estrutura que favorece através da pesquisa e problematização, que constrói conhecimentos com base na reflexão e diálogo partilhado como sujeito coletivo e individual formada em atividades seqüenciais sendo:

- *Atividade Básica:* é a provocação, a estimulação dos conhecimentos prévios para condução de novos conhecimentos. É a atividade de pensar, discutir, compartilhar, buscar novas opiniões para formatar novos contextos e alternativas na problematização e apropriar-se de novos conteúdos e conseqüentemente aquisição de aprendizagem.
- *Atividade Prática:* é a consolidação dos conhecimentos construídos e reconstruídos fazendo a relação entre a teoria e a prática, é a partir daí que com novos conhecimentos formula seus conceitos e propicia a sua formação integral.
- *Atividade de Aplicação e Compromisso:* é a partir do conhecimento adquirido por situação real da sua vida comunitária poder aplicar numa situação real no lugar que está relacionado com o mais próximo da sua história e dos que comungo a mesma realidade no dia a dia.

Como afirma Freire (1996) o homem não vive autenticamente enquanto não se acha integrado com sua realidade. Para esse autor a educação deve ser ética entendendo que educação ética não é a do mercado, mercoescola, é a ruptura é a história de homens que transformam, participam e fazem acontecer.

A concepção que fundamenta a proposta educativa da Educação do Campo através da Escola Ativa busca superar qualquer visão de que o ser humano é regido pela lei da natureza. Trabalha-se com um ser histórico e, portanto, social, que não nasce pronto. Ele se forma como, ser humano enquanto se relaciona com os outros e com as criações humanas. Na

medida em que produz sua vida, socialmente, em determinado contexto, modifica-se a si mesmo. É através da ação sobre o mundo que o ser humano se transforma se desenvolve e aprende. Aí sabemos que sem o acesso à educação qualquer tentativa de mudança será limitada.

CAPITULO III

A prática educativa é algo muito sério. Lidamos com gente, Com crianças, adolescentes ou adultos. Participamos de sua formação. Ajudamo-los ou os prejudicamos nesta busca. Estamos intrinsecamente a eles ligados no seu processo de conhecimento. Podemos concorrer com nossa incompetência, Má preparação, irresponsabilidade, para o seu Fracasso. Mas podemos, também, com nossa responsabilidade, preparo científico e gosto do ensino, com nossa seriedade E testemunho de luta contra injustiças, contribuir Para que os educandos vão-se tornando presenças marcantes no mundo”.

Paulo Freire

3-PRÁTICAS AMBIENTAIS E EDUCATIVAS NA ESCOLA RUI BARBOSA

Para desenvolver este trabalho, optamos pela pesquisa participante na concretização da pesquisa de campo, fundamental para alcançar os resultados postulados, empregando fontes primárias e secundárias e aportes teóricos para análises dos dados, especificamente partindo do método dialético.

A base conceitual da pesquisa está situada nos conceitos de educação ambiental educação do campo e metodologias da escola ativa. Os sujeitos da pesquisa serão dois professores que atuam na Escola Rui Barbosa do Projeto Real, educadores com formação de nível superior: Pedagogia e em Letras, sendo ambos moradores do assentamento. Participaram ainda da pesquisa nove famílias que fazem parte da comunidade escolar, do Assentamento REAL e dezesseis alunos matriculados na unidade escolar, portanto, foram 27 os sujeitos pesquisados.

Para um melhor andamento do trabalho a pesquisa foi subdividida em dois momentos: Primeiramente nos detemos no estudo de fontes secundárias, obtidas a partir de levantamento bibliográfico com pesquisa na literatura proposta, participação de capacitação, bem como

pesquisa documental que foi analisada e interpretada à luz do enfoque do estudo sugerido, que é interdisciplinar.

Mais tarde partimos para o trabalho de campo, realizando o levantamento de dados por meio da aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas, a partir de observação participante, reuniões com a comunidade escolar (professores, alunos, e as famílias responsáveis pelos educandos), efetuando visitas domiciliares visando desenvolver um olhar, não somente da pesquisadora enquanto observadora, mas também dos profissionais da educação entrevistados enquanto sujeitos ativos e integrantes do processo investigado, dentro de um diálogo constante.

Esse enfoque possibilitou a apreensão, interpretação e descrição das dificuldades apontadas pelos profissionais entrevistados e das ações aplicadas no processo de educação ambiental na escola, possibilitando ainda uma mediação entre os aspectos teóricos e as atividades práticas desenvolvidas ou propostas e a relação participativa da comunidade onde a unidade escolar está inserida.

A pesquisa documental na escola foi fundamental para averiguarmos a relação da teoria e a prática. Segundo Lüdke (1986, p. 38) “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Para tanto, foi realizado levantamento e análise do Projeto Político Pedagógico, dos projetos e programas educacionais, dos planos de ensino elaborados pelos professores, observando a prática em sala de aula e a interação com as famílias dos educandos e a comunidade local. Além dos instrumentos de pesquisa anteriormente citados, a coleta de dados também demandou por reuniões para trabalho de grupo, entrevistas semi-estruturadas e observação in loco, pois se objetivou saber como os mesmos percebem, reagem e respondem à representação do meio em que vivem, permitindo que os informantes manifestem livre e

espontaneamente as informações que consideram mais relevantes, segundo a sua percepção, sem dispersão do assunto e conteúdo a serem observados.

A grande vantagem da entrevista segundo Ludke (1986, p. 33) “é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informantes sobre os mais variados tópicos”.

A análise de documentos foi feita na escola e em gabinete tais como: a história do projeto de Assentamento Real, da Escola Rui Barbosa, o Projeto Político Pedagógico da Escola, a estratégia da Escola Ativa e os projetos das práticas educativas de questões ambientais disciplinares e interdisciplinares, os planos de disciplina e de aula. Para um estudo mais profundo sobre a Metodologia da Escola Ativa para educação do campo participamos do Curso de Capacitação e trocas de experiências das regionais de ensino de Araguaína, Porto Nacional e Colinas em período intensivo de uma semana na cidade de Palmas. O mesmo foi promovido pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura em parceria com o Ministério da Educação.

A análise qualitativa deve ter a preocupação com dados coletados dentro de um contexto de significação que seja útil na interpretação dos mesmos dados. A importância desta análise é o sentido em que os fatos se revestem, segundo Ludke, (1986, p.45), “analisar dados qualitativos significa ‘trabalhar’ todo material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e demais informações disponíveis”.

O método dialético foi utilizado por entendermos que se aplica a hipótese por acreditarmos que o processo está em constante mudança. Para Engels (POLITZER, 1979, p. 214 *apud* LAKATOS, 2007) a dialética consiste na idéia essencial de que o mundo não precisa ser acatado como um complexo de coisas acabadas, mas sim como um complexo processo, onde aparentemente as coisas parecem estáveis, “do mesmo modo que seus reflexos

intelectuais em nosso cérebro, as idéias passam por mudanças ininterruptas do devir e decadência, em que, finalmente, apesar de todos os insucessos aparentes e retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje”.

Para Lakatos (2007) a dialética como lei do pensamento assume três formas: a tese, como ponto de partida sendo uma proposição positiva; a antítese, como proposição que nega a primeira constituindo a segunda fase do processo e que por sua vez quando esta segunda é negada, obtém a terceira proposição ou síntese negando as duas fases anteriores á tese e antítese, utilizando uma proposição positiva superior, aquela obtida por meio da dupla negação.

Na dialética a dupla negação é característica de desenvolvimento do processo e quando restabelece o ponto de partida primitivo, faz-se em um nível mais elevado, podendo ser quantitativa ou qualitativamente diferentes (ou ambas). Deste modo quem fala sobre dialética, não fala só de movimento, mas, além disso, fala de autodinamismo (LAKATOS, 2007).

Enfrentamos algumas dificuldades na realização da pesquisa participante, tendo em vista que, assim como Brandão (1999, p. 8) entendemos que “o outro lado é constituído também por pessoas, sujeitos sociais quase sempre diferentes do pesquisador” e isso implica inúmeras variações e instabilidades. Ao mesmo tempo, entendemos que é exatamente aí que reside a nobreza das pesquisas em ciências humanas, lidamos com seres e não com objeto, que podem ser moldados e manipulados. Sendo assim, seguindo o autor citado anteriormente afirmamos que “o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu, o de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem” (BRANDÃO, 1999, p.13).

Brandão (1999) manifesta-se em relação à magia do contato com o outro:

Mas o limite da redefinição a alteridade tem acontecido, entre muitos de nós, pesquisadores, quando o outro, próximo, enquanto um sujeito vivo mas, provisório da 'minha pesquisa', torna-se o companheiro de um compromisso cuja trajetória, traduzida em trabalho político e luta popular, obriga o pesquisador a repensar não só a posição de sua pesquisa, mas também a de sua própria pessoa. A relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui igualmente a razão da pesquisa. Está inventada a pesquisa participante. (BRANDÃO, 1999, p. 13).

A pesquisa participante teve início na América Latina nos anos 1970, em função da conjuntura política, social e econômica da época, principalmente entre os militantes de esquerda se contrapunham às bases da pesquisa convencional e positivista. Nas palavras de Brandão (1999, p. 39) a pesquisa participante surge “conceitual e metodologicamente, no início da década de oitenta, quando a realidade de um número importante de sociedades latino-americanas se caracterizava pela presença de regimes autoritários e modelos de desenvolvimento manifestamente excludentes”.

Boterf (*apud* BRANDÃO, 1999) afirma que em uma pesquisa considerada tradicional, a população selecionada para a pesquisa é considerada passiva, contendo as informações necessárias para realização da pesquisa. Esta seria incapaz de se auto-analisar e procurar soluções para seus próprios problemas, a pesquisa seria dirigida exclusivamente por especialistas, sendo assim, os resultados obtidos com a pesquisa ficaria reservado aos pesquisadores e a população não chegaria a conhecer e discutir os referidos resultados.

A pesquisa participante, ao contrário, busca dar assistência à população envolvida, para que esta possa identificar em si mesma os problemas derivados da comunidade, a realizar a análise crítica destas dificuldades e a buscar as soluções apropriadas, dessa forma, a seleção das questões a serem estudadas e investigadas emergem da própria população, que os discute com especialistas adequados, não surgindo somente da decisão e inquietações dos pesquisadores.

Surge a partir da proposta de alfabetização com práticas e políticas pedagógicas conhecidas como pesquisa participante de Paulo Freire que criticou o método positivista por transformar as ciências sociais em instrumento de controle social.

Freire e Fals Borba (1981) criticaram o mito da neutralidade objetividade da ciência e propuseram uma ciência popular baseada no conhecimento empírico, fundado no senso comum, que teria sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade. Assim Freire (1981, p. 38), afirma que:

Simplemente não posso conhecer a realidade dos que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que sendo para eles, um conhecimento de um conhecimento anterior (o que se dá ao nível de uma experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares, estes grupos não podem ser meras incidências do meu estudo.

A pesquisa participante proposta por Freire e Fals Borba (1981) e outros recentemente, na qual nos incluímos, vai além de uma proposta metodológica, pois não busca apenas a condução de uma pesquisa voltada aos interesses das classes populares, mas de buscar junto com elas uma resposta efetiva para seus problemas, é nesse entendimento que realizamos reuniões com as famílias para levantamento das problemáticas ambientais ouvindo depoimentos e sugestões acerca do tema (FARIA 2007).

Ao realizar a pesquisa na comunidade constituiu-se uma configuração metodológica, dando início ao diagnóstico da localidade obtendo um levantamento censitário, a observação direta, visitas domiciliares, entrevistas reuniões nas casas os sujeitos do processo da pesquisa, histórias orais, registro fonográficos e fotográficos usando as técnicas de abordagem em grupos e das dinâmicas lúdicas tanto com grupos familiares quanto com os alunos da escola a ser pesquisada.

Utilizando o método dialético pela observação participante traçamos um cronograma de trabalho com suas técnicas e os instrumentos que entre si são compatíveis e complementares.

A fim de ser mais contundente e explicativo construiu-se um quadro contendo organograma dos procedimentos planejados para efetivação metodológica do trabalho a ser realizado.

QUADRO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Técnicas da Pesquisa	Instrumentos de coletas de dados	População – alvo
<ul style="list-style-type: none"> Levantamentos bibliográficos sobre educação ambiental, educação do campo suas diretrizes, técnicas metodológicas: Escola Ativa. Políticas Públicas da Escola do Campo. 	Participação em capacitação da Escola Ativa em Palmas com educadores do campo e equipe do MEC. Registros fonográficos e fotográficos e participação em grupo de dinâmicas em Palmas.	Representantes: do Ministério da educação e cultura, da Secretaria de Estado os coordenadores regionais e locais da educação do campo e professores que atuam nas escolas do campo e aderiram ao programa no Estado do TO.
<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de documentos referentes à caracterização histórica e geográfica do assentamento e do trabalho da Escola Rui Barbosa: PPP, Projetos, plano de disciplina e de aula. 	Visitas ao INCRA, RURALTINS IBAMA à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no PA Real e sede da Escola Rui Barbosa.	Supervisores dos órgãos citados e os professores da unidade escolar
<ul style="list-style-type: none"> Levantamentos socioambientais, econômicos, institucionais e históricos. 	Formulários com questões abertas	Lideranças da comunidade do assentamento
<ul style="list-style-type: none"> Entrevistas estruturadas e semi estruturadas 	Visitas domiciliares Visitas às roças Visitas à escola da comunidade	Representantes da comunidade escolar (famílias, professores e alunos) Alunos e professores da escola
<ul style="list-style-type: none"> Estudo das relações entre a escola/família /comunidade 	Dinâmica de grupo	Famílias dos educados, professores e alunos.
<ul style="list-style-type: none"> Observação participante, sistemática e assistemática . 	Regência em atividades escolares, através do lúdico.	Alunos e alunas
<ul style="list-style-type: none"> História oral 	Registro fotográfico e fonográfico	Grupos que compõem a comunidade escolar (informantes chaves).

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Como educadoras acredita-se que a educação seja o ponto de partida para mudanças e transformações das estruturas de uma sociedade. Brandão em sua obra “O que é educação”, (1999, p.82 e 83) cita Ortega y Gasset: “Se educação é transformação de uma realidade, de acordo com uma idéia melhor que possuímos e se a educação só pode ser de caráter social, resultará que pedagogia é a ciência de transformar a sociedade”.

É a garantia de uma ciência em busca de formação de sujeitos críticos e percussores das transformações que atingem o trabalho pedagógico na discussão dos dilemas emergentes com proposições dentro de um projeto social e emancipatório.

Para Brandão, a educação é um “investimento”, é ser “sujeito do processo” que vai além do conhecer e do fazer conhecer, é mudança de paradigmas e assumindo as obrigações sociais e políticas que podem transformar através de atitudes coerentes em relação homem e ambiente.

As coletas de informações relativas às questões socioambientais, econômicas, institucionais e históricas do assentamento, foram realizadas durante reuniões com as famílias no assentamento visitas *in loco*.

A foto abaixo (figura 4) registra uma experiência numa das roças de moradores que fazem parte da comunidade escolar.



Figura 4-Visita nas roças das famílias dos alunos da escola.
Foto: Cortesia de Auricélia Cruz, 2008.

Durante as visitas domiciliares e idas às roças foram momentos que proporcionaram oportunidade de identificar e testemunhar as condições de vida, a relação de conflito na história da organização da comunidade do Assentamento e que hoje pelo sentimento de pertencimento tem uma realidade distante do objetivo inicial do projeto de assentamento que era de bacia leiteira comunitária e caminhou para individualização e a relação do ter com as ações que levam ou não ao compromisso ético e moral com o ambiente e a natureza. Ficou bastante elucidado nos relatos de entrevistados que as diferenças de costumes e culturas regionais foi um ponto que provocou o desejo de divisão e individualização dos lotes no assentamento.

As fotos abaixo (figuras 5 e 6) ilustram os momentos da pesquisa em que se coletava os dados num trabalho de seminário.



Figura 5- atividades de sondagem.
Foto: Acervo da Autora, 2008



Figura 6 - reunião com as famílias dos alunos.
Foto: Acervo da Autora, 2008

As entrevistas estruturadas e semi-estruturadas foram feitas através de visitas domiciliares possibilitando de interação com os familiares responsáveis pelos alunos matriculados e freqüentes na escola da comunidade, para que pudesse construir o perfil da vida econômica, de comportamento frente às questões ambientais e a participação dos

projetos da escola tendo como princípio ser membro da comunidade escolar, pois a técnica metodológica da Escola Ativa propõe relações estreitas entre a escola e a comunidade visando a formação integral do aluno, oferecendo aprendizagens relacionadas à sua vida diária e ao seu ambiente físico e social, ser capaz de compreender a sociedade na qual vive, de participar ativamente e de transformá-la.

Através de dinâmicas de grupo com as famílias dos alunos da escola local, com os professores e os próprios alunos foi delineada com maior veracidade a relação entre escola/famílias/comunidade. A observação participante teve dois momentos: entre eles se demonstra através de registro fotográfico abaixo de atividade de observação e diálogo com os alunos.



Figura 7. Observação do trabalho pedagógico.
Foto: Acervo da Autora, 2008.



Figura 8- Trabalho realizado em sala de aula.
Foto: Acervo da Autora, 2008.

O primeiro foi em sala de aula apenas com observação do trabalho pedagógico que se realizava, a metodologia aplicada nos conteúdos em foco. Para complementação deste momento com autorização dos professores para coleta de informações conduziu-se um diálogo com os alunos referente aos hábitos familiares, pessoais e educacionais no que tange a

conduta em relação ao ambiente e sua preservação, o cuidado e destino do lixo os adubos orgânicos, o extermínio das pragas nos quintais e roça.

Os registros fotográficos abaixo ilustram momento da pesquisa junto com os alunos da escola feita através de momentos de atividades lúdicas direcionadas.



Figura 9 – Alunos em trabalho direcionado.
Foto: Acervo da Autora, 2008.



Figura. 10. Alunos em trabalho pedagógico.
Foto: Acervo da Autora, 2008.

No segundo momento, ficou-se com a regência da sala de aula num dia pedagógico em que os professores estavam em capacitação. Levou-se muito material para que pudesse se explorar ao máximo, informações sobre a relação escola/família/comunidade e suas ações voltadas aos projetos do ambiente. Esta relação individual e coletiva com o meio foi trabalhada de forma lúdica, é uma atividade prazerosa e através dela se pode chegar ao objetivo proposto. Para Vygostsky (1994, p.118)

"A criança começa com uma situação imaginária, que é uma reprodução da situação real, sendo a brincadeira muito mais lembrança de alguma coisa que realmente aconteceu, do que uma situação imaginária nova. À medida que a brincadeira se desenvolve, observamos um movimento em direção á realização consciente do seu propósito"

Para aquisição de dados que enuncie a compreensão do que seja natureza e como ela participa nas suas vidas, a professora efetiva foi substituída pela pesquisadora que trabalhou com conteúdos relacionados ao ambiente, tendo a participação de 16 alunos.

De início os alunos foram conduzidos para discussão sobre o mundo que os cerca: as coisas que mais gostam, sobre a família, a escola, o lixo, a paisagem, a natureza e o tratamento que dão a eles. A variedade de material didático fez com que os alunos usassem a criatividade manuseando carrinhos, jogos, encaixes, dominós, massa para modelar, tinta para pintura, livros de histórias, cartolina, tinta guaxe, lápis de cor, lápis cera, folhas, flores, para que construíram através de desenho o percurso que feito de casa até a escola os que para eles representam a natureza.

Para coletar dados através de metodologia de ludicidade os registros fotográficos vêm dar uma dimensão do trabalho feito durante a pesquisa.



Fig.11 - Aluna fazendo trabalhos de arte.
Foto: Acervo da Autora, 2008.



Fig. 12 – aluna em atividade de artes. Fonte a autora.
Foto: Acervo da Autora, 2008.

Após terminarem cada aluno fez a apresentação de seu trabalho, oferecendo elementos para subsidiar a concepção e a visão dos alunos em relação ao meio em que vivem, assim

como os valores e as concepções de que seja a preservação e o contexto educacional do ambiente e da vida no dia a dia. A representação do que entendem de ambiente das ações do homem como responsável pela vida do planeta e do lugar em que vivem como comunidade.

A montagem do trabalho realizado pelos alunos da Escola Rui Barbosa exposto abaixo, diz de forma artística a compreensão de ambiente e sobretudo o meio em que vivem no dia a dia.



Figura 13- Trabalhos das crianças com representatividade ambiental.
Foto: Acervo da Autora, 2008.

Os alunos da Escola Rui Barbosa representaram em seus trabalhos o ambiente e descrevem oralmente o que é natureza, assim descritas: árvore, vaca, cavalo, casa, bichos, mato, somente uma aluna se fixou no urbano dizendo que natureza seria as casas, a rua, o asfalto, os carros. Falaram que os professores ainda não ensinaram o que é o ambiente, só um aluno se diz parte da natureza.

Dois alunos apesar de terem a mesma idade tiveram visão diferenciada da caracterização do caminho que percorrem todos os dias para irem à escola. Um descreve na sua apresentação a distância que é longa, no trajeto diz ver: casas, gente, vaca, cavalo, onça, córrego, e se tivesse uma arma mataria a onça, o outro diz que não sabe o que é natureza, vê árvores, e encontra pela estrada peixes de brinquedo, aviãozinho.

Assim dois alunos dizem que ainda não aprenderam na escola o que é natureza acham que são as casas, o caminho, as árvores, as plantas, os bichos e que pintou as flores, a escola e as casas que reconhecem neste trajeto.

Através de diálogo com os alunos e questionamentos eles iam descrevendo como é a conduta dos membros da família com o ambiente, o lixo produzido em casa segundo os alunos tem como destino o mato, é queimado, joga no buraco. O fogo foi a solução mais comum dada para o destino do lixo. Quanto às pragas, o mato do quintal e da roça é usado veneno como: barragem mata- tudo mata lagarta, tordon.

A participação dos pais nas atividades da escola não acontece. Segundo eles os pais só vão à escola em dia de reunião para saber das notas. Um aluno conta que os pais dele só vão à escola quando a professora chama, porque estão *atentando*. (vocabulário usado para expressão indisciplina).

A história oral ou história de vida foi utilizada como recurso para caracterização da população que faz parte da comunidade escolar em momentos de reunião num domingo em que foi programado passarem juntos o dia todo e durante as atividades culinárias foi conduzido para diálogos e falácias que resgatassem a memória coletiva e individual a relação do grupo de pais dos alunos com a escola, com os professores e a participação do grupo familiar como comunidade no fazer a relação escola/família/comunidade nas relações com o ambiente.

3.1- Área de estudo: Escola Rui Barbosa

A Escola Rui Barbosa, a qual foi objeto deste estudo, está situada no assentamento Real, no município de Colinas do Tocantins. A Escola vem uma estrutura escolar desativada que foi transferida para o assentamento, cujo lugar para sua fixação foi escolha da comunidade, estando a mesma em lugar de aclive e afastada da vila comunitária. É um local descampado, de solo pedregoso.



Figura 14: Escola Rui Barbosa.
Foto: Acervo da Autora, 2008.

A Escola Rui Barbosa possui na sua estrutura uma sala de aula e uma cozinha bastante pequena onde é feito a merenda escolar para os alunos, os banheiros ainda estão em construção e esperam pessoas da cidade para que seja terminado. É uma escola do Campo que trabalha o pedagógico com a metodologia da Escola Ativa em classes multisseriadas.



Figura 15. Escola Rui Barbosa
Foto: Acervo da Autora, 2008



Figura 16. Escola Rui Barbosa
Foto: Acervo da Autora, 2008

O município de Colinas do Tocantins localizado no Estado do Tocantins o qual é integrante da Amazônia Legal, foi criado por força de lei nº. 4.117 de 23 de outubro de 1963. Localizado na 5ª mesorregião ocidental do Estado do Tocantins e da microrregião de Araguaína, de acordo com a regionalização do Brasil realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

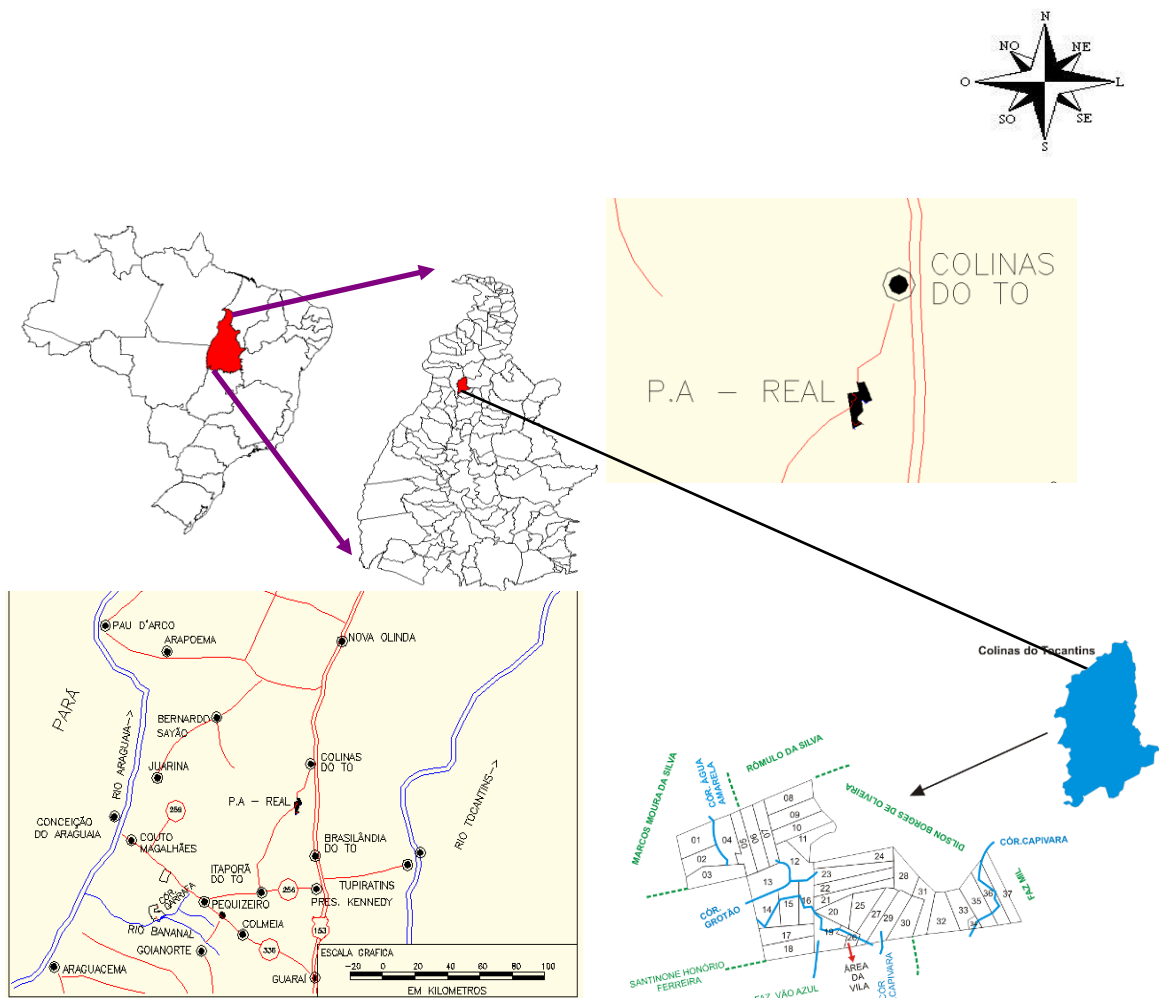


Figura 17 – Localização da área de estudo.
Fonte: IBGE, 2000

Colinas do Tocantins possui 28.467 habitantes e esta situada a 280 km de Palmas (capital do Estado)³. Tem 19 escolas municipais, das quais, 10 são urbanas e 04 rurais, 03 Centros Municipais de Educação Infantil, 02 conveniadas, distribuídos da seguinte forma: ensino infantil: 1.147 alunos, ensino fundamental zona urbana, 1º ao 9º ano: 2.347 alunos, zona rural 1º ao 8º ano: 121 alunos e educação de jovens e adultos 1ª a 8ª série: 282 alunos, totalizando 3.897 alunos na sua Rede⁴.

³ Censo 2006 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁴ Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Colinas do Tocantins - TO

Dentre as escolas municipais de ensino fundamental, localizadas na zona rural está a Escola Municipal: Rui Barbosa no Projeto Real, cuja pesquisa estará direcionada em busca de componentes que norteiem o trabalho e para que se possa ter uma visão das reais práticas educativas ambientais nesta escola, construindo uma crítica construtiva e levar a reorientação de propostas nestas práticas, segundo Pedrini (1998, p.9). "Criticando construtivamente práticas para estimular a reflexão dos educadores ambientais apresenta propostas factíveis, plausíveis de ajustamento a outros contextos. Cuidados metodológicos devem ser instalados, pois o objetivo das propostas é motivar novas propostas e/ou reorganizar ações em condições similares.

3.1.1-ASSENTAMENTO REAL

O Projeto de Assentamento REAL, objeto desta pesquisa, localiza-se no município de Colinas do Tocantins há 38 km do centro urbano, possuindo uma área de 844 km². Situado em latitude 08°03'33" sul e "longitude 48°28'30" oeste a uma altitude de 227 metros, na região norte do Estado do Tocantins. Possui clima tropical quente cuja temperatura varia entre 25°C a 30°C, com precipitação anual média de aproximadamente 1750 mm.

O registro fotográfico a seguir, figuras 18 e 19, dão uma visão do projeto de assentamento Real.



Figura -18 Assentamento REAL
Foto: Acervo da Autora, 2008.



Figura -19: visão da vila comunitária do assentamento
Foto: Acervo da Autora, 2008.

É geologicamente complexo cristalino e de bacias sedimentares, com tipo de solo de neossolos e latossolos vermelho e amarelo, o solo apresenta ph ácido, com elevado conteúdo de alumínio, baixa disponibilidade de nutrientes, como fósforo, o cálcio, o magnésio, o potássio, matéria orgânica, zinco, argila. A formação florestal é vegetação de cerrado (CERRADÃO) apresentando elementos xeromórficos (adaptações a ambientes secos) e caracterizam-se pela composição mista de espécies a este bioma, muitas dessas espécies apresentam queda de folhas (caducifólia ou deciduidade) em determinados períodos da estação seca, tais como Caryocar brasiliense (pequi), Kielmeera coriácea (pau santo) entre outras. A área do assentamento pode ser assim distribuída: Área aproveitável: 1.083,7267 hectares, Área de reserva legal: 50,0000 hectares, Área inaproveitável: 5,0000 hectares, Área destinada a construção da vila: 5,000 hectares. Área destinada ao cultivo comunitário: 1.077,762 hectares; Área total destinada ao parcelamento: 1.057,8144. Número de famílias assentadas inicialmente: 35 famílias, Número de famílias assentadas atualmente: 35 famílias.

A Hidrografia do Projeto de Assentamento Real está situada na bacia Araguaia/Tocantins tendo como principais rios o rio Juari e seus afluentes, o Capivarinha, o Gameleira, Sapo e outros. Para aquisição de informação o mais real possível fez-se uma

varredura da realidade citada pelos atores sociais pesquisados *in loco* para melhor ilustração da realidade ambiental da comunidade.

As fotos abaixo mostram um dos locais da bacia hidrográfica do assentamento que foram visitados para observação da pesquisa



Figura 20: Rio Capivara da bacia hidrográfica
Foto: Acervo da Autora, 2008.

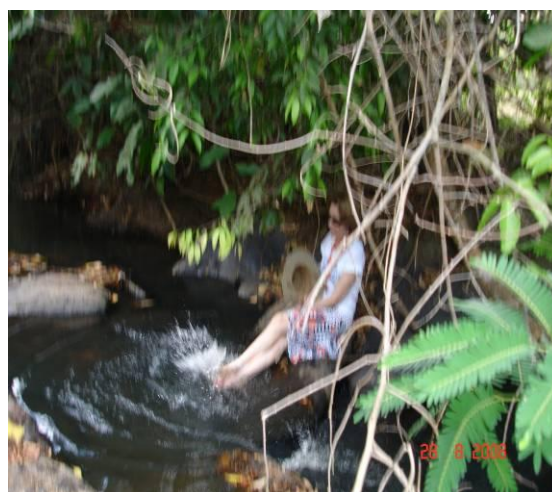


Figura 21: Rio Capivara da bacia hidrográfica do assentamento. Foto: Dilton Silva, 2008

Segundo um entrevistado, que é morador no assentamento, ele está reconstituindo a mata com árvores frutíferas, já plantou mudas de manga, goiaba, caju, cupuaçu, foi verificado a veracidade indo até as margens do Rio Capivara.

O projeto de Assentamento situa-se a 40 km da sede do Município de Colinas do Tocantins, sendo 15,8km pela BR 153 e 24,2km pela estrada cascalhada e distante da capital do Estado a cidade de Palmas a 310 km.

O projeto de assentamento REAL nasceu da luta de agricultores sem terra, sindicalistas e técnicos representantes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A então antiga Fazenda Real, após desapropriação em 1998 assegura assentamento de 35 famílias, em um sistema de trabalho coletivo e somente em março do corrente ano houve a ocupação das mesmas no projeto. Segundo os dados do Censo

Demográfico da FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2000, a população rural 1.187 e população urbana 24.114, população total do município 25.301. População por sexo masculina 12.580 e feminina 12.721 em 2000.

Em 1997 em Colinas do Tocantins um grupo de trabalhadores rurais, que não tinha terra, participou do Movimento Sem Terra (MST), tendo como líderes seu Napoleão, D. Maria de Lourdes e Pedro Vieira que não conseguindo terras no município de Pequiizeiro onde foram assentadas famílias do movimento, entraram em contato com o proprietário da Fazenda REAL, Sr Alano Cardoso o qual estava disposto a vender suas terras ao INCRA para que fosse efetivado o projeto de assentamento. Montada a estratégia da venda combinada que o grupo exigiria a desapropriação das terras, o que foi efetivado, o INCRA fez a desapropriação, cadastrou as famílias e as assentou.

Conforme avaliação dos técnicos do Instituto de Colonização, pelo relevo da área, que é muito acidentada, foi projetado para aquele lugar, o assentamento coletivo com a finalidade de se tornar uma bacia leiteira, sendo a área desmatada e formada em capim próprio para bovinos. Assim os projetos seriam coletivos tendo a produção, mão de obra e lucros partilhados com as famílias ali assentadas.

Em 1998, assim que foi delimitada a área de construção da vila, um trator fez a limpeza e as famílias foram chegando, construíram um barracão de madeira coberto de lona plástica e iniciaram as atividades agrícolas. “O começo foi muito difícil”, é o que relatam os moradores que até então permanecem no PA Real e fazem sua história, “as famílias que chagavam iam se alojando no barracão coberto de lona de plástico”.

Afirmam que a convivência parecia boa, todos animados, contavam histórias, causos, piadas durante a noite no clarão do fogão de lenha improvisado e durante o dia o trabalho era árduo com seus lotes delimitados, iam para as matas cortar madeira e palhas para construção de seus barracos.

As comissões escolhidas como representantes da comunidade eram a senhora Maria de Jesus, seu Pedro Vieira, seu Napoleão, seu Sivaldão e dona Maria de Jesus que exerciam o papel de coordenadores. Os moradores do assentamento Real receberam do Governo Federal, assistência técnica do LUMIAR (projeto de apoio aos assentados) e depois de várias reuniões, ainda em 1998, criaram uma associação cujo nome era José Santana Filho e seu o primeiro presidente o Sr. Valmir Pereira dos Santos, eleito pela comunidade com mandato de 1 ano.

As contradições de pensamentos e divergências de convivências fizeram com que no final de 1999 a metade das famílias ali assentadas resolvesse deixar de trabalhar em comunidade. Assim, dividiram suas terras em lotes menores, de 6 alqueires cada, o que contribuiu para que todos os assentados dividissem seus respectivos lotes em áreas menores, criando, já em 2002, a Associação dos Pequenos Agricultores.

Esta decisão provocou uma atitude mais cautelosa e descrédito nas autoridades como INCRA, Prefeito José Santana Neto e Vereadores, mesmo assim conseguiram dar andamento na legitimidade da nova Associação.

Abaixo, um trecho da fala de um morador do assentamento Real, pai de quatro alunos da escola Rui Barbosa:

Assim fala seu Domingos, um dos primeiros moradores: Olha dona menina, foram dias muito difíceis, a gente veio porque tinha o sonho de ser dono de um pedacinho de terra, pra deixar de trabaiá nas terá dos otros. Eu era peão da fazenda vizinha, do seu Marcos Moura. Lá eu fazia de tudo, principalmente lida com gado. Vim pra cá e ficamo debaixo de barracão coberto de lona depenndo da ajuda , de cesta básicas pra comê. Mas não me arrependo não. Hoje tenho minha terrinha e o que faço é pra minha família e o restante vendo na rua ora ter um dinheirinho pra comprar o que a gente não produiz .A gente era tudo junto e não foi dando certo ,pois tinha quem não concordava e fazia corpo mole aí a gente resolveu cada um dividir seu pedaço de terra e cada um trabaiá pra si. Foi difícil o INCRA não queria aceitar e começou exigir e nois se reunia e dava um jeito de fazer. Quando eles chegavam dizia que não acreditava que a gente já tinha conseguido. E isto foi estrada, ponte...vendo que nois não ia ceder eles resolveram mandar benefícios para nós individuais.(fala do pai de aluno ,dia 21/09/2008).

O projeto de assentamento destinava-se ao uso comunitário e para coleta da produção da bacia leiteira. Então, os financiamentos federais eram destinados para aqueles que permaneceram na comunidade e, no final de 1999, o INCRA liberou, através da Associação

Jose Santana Filho, financiamento para a construção das casas e logo depois para os banheiros das mesmas.

Essas casas foram construídas na vila para os 18 assentados que permaneceram em sistema comunitário, em lotes residenciais de 2.400 m² com os lotes perfilados em ambos os lados que formaram uma rua. Os demais assentados, que se desligaram da Associação José Santana Filho, não receberam o benefício das moradias, e em seus lotes iam morando como podiam.

No ano de 2000, os 17 assentados restantes reuniram-se e decidiram pela criação de uma nova associação batizada como “Pequenos Agricultores do Projeto Real”. O Projeto LUMIAR achou precipitada a decisão, alegando que uma associação paralela iria ser desfavorável ao crescimento do assentamento. Foram muitas conversas e controvérsias, mesmo assim, o líder do grupo deu entrada para regulamentação da mesma.

A Associação José Santana Filho perde espaço e a nova Associação, através de seu presidente, consegue junto ao INCRA, financiamento para a construção de casas, e assim, em 2000 constroem suas casas em suas terras.

A existência de duas Associações começou a dificultar o processo de desenvolvimento do assentamento. Em outubro de 2000 o INCRA, em reunião com os assentados para definir quem seria o órgão técnico de acompanhamento que permaneceria dando assistência aos assentados, resolve que o RURALTINS, que detém a preferência da comunidade, passa a dar assistência e acompanhamento técnico ao projeto Real, dissolvendo assim o Projeto LUMIAR e a Associação dos Pequenos Agricultores do Projeto Real.

A partir da extinção do Projeto LUMIAR, os parceleiros⁵ começaram a vender seus lotes, e os proprietários de lotes coletivos fizeram a divisão de seus lotes, em lotes unitários, muitos já com interesse na venda dos mesmos. Assim com o fim do LUMIAR e as vendas de

⁵ Parceleiros refere-se àquele que tem a posse de uma parcela de terras em assentamento

lotes deu-se início à decadência da associação José Santana Filho que, perdendo força e tendo na época a presidente Maria de Lourdes, que esmorecendo, faz com que os associados passem para os Pequenos Agricultores tendo o Senhor Pedro Vieira com presidente.

A associação dos “Pequenos Agricultores”, juntamente com a RURALTINS e seus técnicos que assistiam o PA-REAL passou a cuidar para que os parceiros recebessem financiamentos do PRONAF, do Governo Federal. Foram 14 associados agraciados pelo financiamento no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para construir cercas, comprar 06 reses e um boi, um cocho e uma capineira para alimentação do gado.

Em 2002 o Projeto ENERGIA PARA TODOS, do Governo Federal, contempla a comunidade com energia elétrica de sistema trifásico, própria para uso de máquinas pesadas. A agrovila foi contemplada com redes de tensão rebaixadas e de alta voltagem e ainda, postes tipo padrão, em condições de pagamento de prestações muito acessíveis que podiam ser pagas junto com a conta mensal de energia elétrica.

Com apoio da Sra. Maria de Lourdes, um grupo de jovens do assentamento resolve reativar a Associação José Santana. O grupo leva em frente projetos que trariam melhorias para a comunidade. Assim colocaram luminárias nos postes de iluminação pública, conseguiram formar grupos para trabalhos coletivos, faziam prestação de contas, trazendo assim credibilidade para o grupo, traziam e faziam palestras informativas e montaram o jornal com as ações da associação e a construção da estrada. Os pequenos Agricultores também continuam com projetos para receber recursos para a comunidade dos agricultores de forma individual.

Os quadros abaixo apresentados sistematizam os dados atualizados, levantados durante as visitas no assentamento para realização deste trabalho, possibilitando a visualização didática dos atores sociais da comunidade e suas decisões de realizarem o trabalho de forma

individual, sem vínculo com a comunidade nas suas decisões e trabalho como de forma coletiva dentro do padrão de coletividade.

QUADRO 2. IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTAMENTO INDIVIDUAL

Lote	Chefe	Idade	Sexo	Naturalid.	Relações	Atividade	Chegad.
1	Valdirene R. da Costa	26	Fem.	TO	Esposo Filho Filho Filho	Pecuaría	2004
	Flávio	35	Masc.	SP			
	Júlio César	9	Masc.	TO			
	Weslane	8	Masc.	TO			
	Adrielle	1	Fem.	TO			
2	Artur	62	Masc	MG	Sobrinho	Pecuarista	1998
	Osvanir	38	Masc	MG			
3	Reserva						
4	Onair M Santos	47	Masc	GO	_	Pecuarista	1998
5	Itamar	71	Masc	GO	Esposa	Agricultor	1998
	Maria Inácia	60	Fem	MG			
6	José Maranhense		Mas	MA		Pecuarista	1998
7	Julio Guedes	67	Masc	PI	Esposa	Lavrador	1998
	Maria de lourdes	63	Fem	PI			
8	João Maranhense		Masc	MA	Esposa Filho	Pecuarista E lavrador	
	Maria		Fem.	TO			
	Filho		Masc	TO			
9	Pedro		Masc		Esposa Filho Filho	Pecuarista	1998
	Divina		Fem				
	Ismael	4	Masc				
	Pedro	3	Masc				
10	José Irineu	38	Masc	GO		Agricultor e pecuarista	1998
11	Ailton Gomes Baese	40	Masc	MG	Sozinho	Lavrador	2004
12	Pedro Vieira		Masc			Pecuarista	
13	Hamilton	33	Masc	MG	Esposa Filho Filho Filho Filho Filho	Agricultor	1998
	Mª Aparecida		Fem	To			
	Amanda	14	Fem	To			
	Blenda	13	Fem	PA			
	Aline	06	Fem	TO			
	Maria Clara	04	Fem	TO			
	Gabriel	01	Mas	TO			
14	Maria Tereza	49	Fem	TO	Esposo Irma Sobrinha	Pecuarista	2004
	José Quirino dos Santos	49	Masc	GO			
	Margarida	39	Fem	To			
	Marina	06	Fem	TO			
15	Roberto						
16	Roberto	56	Masc	GO -	Esposa	Agricultor	2004
	Corina		Fem	TO			
17							

18	Expedito	46	Masc	CE	Esposa Filho Filho Filho Filho Filho	Agricultor Pecuarista	2002
	Antonia Rodrigues		Fem	CE			
	Macros	07	Masc	TO			
	Mateus	05	Masc	TO			
	Elias	14	Masc	TO			
	Elenilson	13	Masc	TO			
Elizângela	15	Masc	TO				

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

QUADRO 3. IDENTIFICAÇÃO DO ASSENTAMENTO – COLETIVO

LOTE	CHEFE	idade	Sexo	Naturalid.	Relação	atividade	Morador
20	Alécio	37	Masc.	PR	Filho Filho filho	Agricultor	2004
	Bill	20	Masc	TO			
	Alécio Junior	11	Masc	TO			
	Laine	8	Fem	TO			
21	Dilton	59	Masc.	BA	Esposa Filho Filho	Agricultor Professora	1998
	Mª do socorro Silva	44	Fem.	PE			
	Sebastião	6	Masc.	TO			
	José Francisco	7	Masc.	TO			
22	Ana Maria	61	Fem.	PE	Filho	Agricultor Professor	1998
	Francisco Reginaldo	28		CE			
23	Gilson						
24	Ludiê		Fem				
			Masc				
			Masc				
			Fem				
25	Maria de Lourdes	49	Fem.	MA	Esposo Filho Filho Neto Neto	Agricultor	1998
	Antonio	31	Mas.	CE			
	Valtemir	25	Masc.	TO			
	Jaciane	14	Fem.	TO			
	Valter	5	Masc	TO			
	Caio	3	Mac	TO			
27	Maria Barbosa	51	Fem.	TO	Func. Púb Esposo Filho Filho Filho Filho Cunhado	Agricultor	1998
	Lourival	59	Masc.	TO			
	Lourival Junior	23	Masc.	TO			
	Carlos Eduardo	24	Masc.	TO			
	Janilson	17	Masc.	TO			
	Janislene	19	Masc.	TO			
	Ermilson	84	Masc.	MA			
28*	João Mesquita	64	Masc.	MG	Esposa	Agricultor	1998
	Divina Teixeira	50..	Fem.	MG			
29	Pantaleão	59	M	PI	Nora Filho Neto Neto	Agricultor	1998
	Maria Aaprecida	21	F	TO			
	Cleuber	26	M	TO			
	Natália	1	F				
	Helen	4	F				
30	Irineu				Mora só		
31	João batista	26	M	TO	Mãe Pai	Lavrador	1998
	Maria Divina da Silva		F	TO			
	Manoel Carneiro de Brito	52	M	TO			

32	Reinado				Mora só		
33	Sebastiana						
34	É a sede São três alqueires	--	--	--	--	--	--
35	Cláudio				Mora só		
36	Ailtom silva						

Obs. os três últimos moradores não foram encontrados no período da pesquisa.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

Analisando os quadros 2 e 3, podemos observar que houve, na história do assentamento Real, uma rotatividade bastante considerável tendo em vista ser o programa da reforma agrária um projeto que tem por objetivo fixar os assentados no campo de modo que possam fazer da terra sua fonte de trabalho e de sobrevivência. Observa-se, através da análise dos dados pesquisados *in loco*, que apenas 15 famílias permaneceram no assentamento. As demais adquiriram seus terrenos através de compra em datas que vão de 2001 a 2004.

A principal ocupação dos homens baseia-se na pecuária, agricultura ou lavoura e as mulheres, normalmente, trabalham nas atividades domésticas, como merendeira ou ainda como professora.

O processo de liderança familiar aponta para mudanças, nas quais as mulheres vêm se tornando chefes de família, o que ocorre em oito famílias dentro do assentamento. As naturalidades são variadas (TO, MG, GO, SP, PI, CE, BA, PE PR) e as idades estão entre 20 e 60 anos.

A maioria das crianças que lá vivem é de parentesco próximo às famílias. Quando não são filhos, são enteados netos ou sobrinhos que estão sob a responsabilidade das mesmas.

A Figura 22 abaixo dá maior visão da realidade vivida pela comunidade do assentamento Real e sua história através de dados representativos que facilitam a interpretação da situação atual desde a desapropriação da área do assentamento.

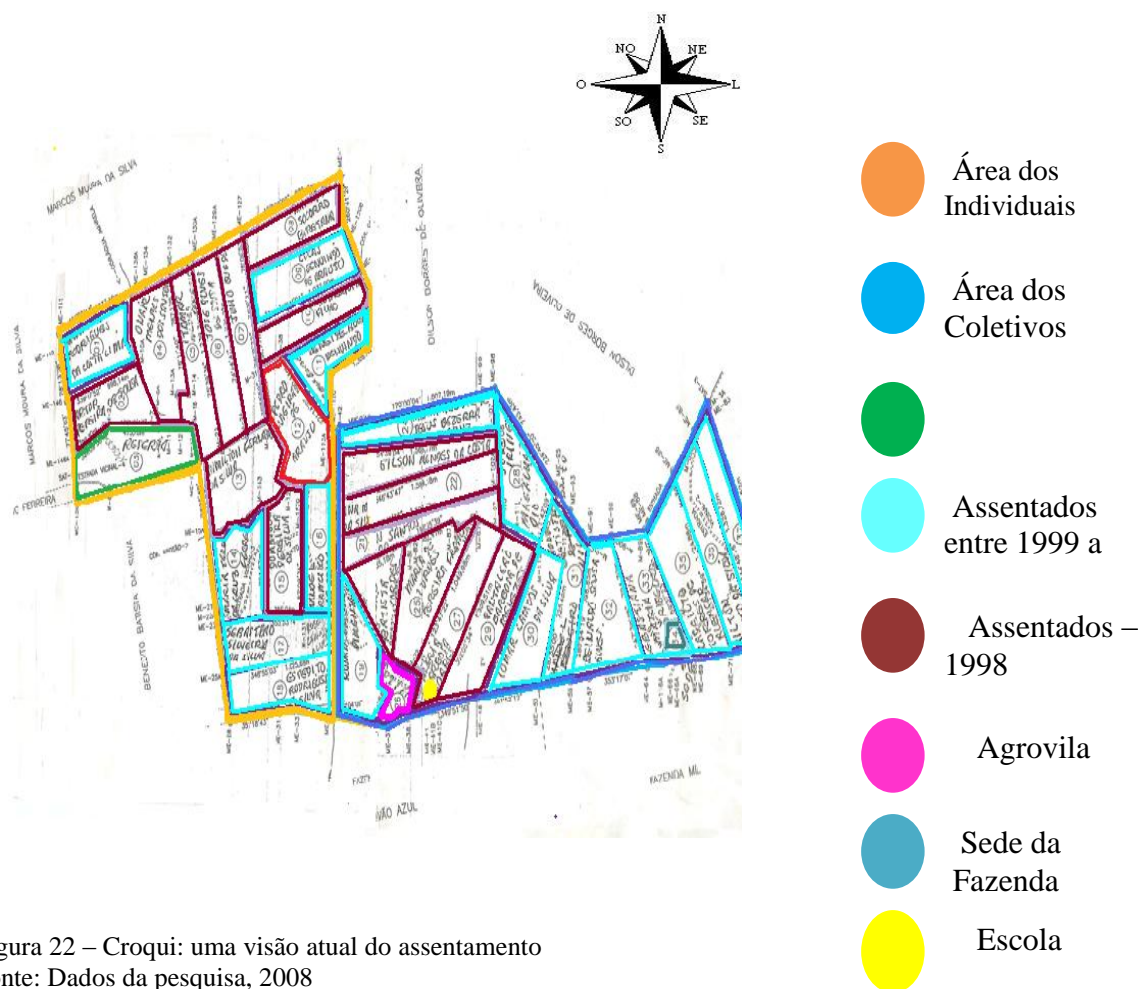


Figura 22 – Croqui: uma visão atual do assentamento
 Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Conforme cronograma de identificação da situação atual dos moradores do Assentamento, e da disposição dos lotes, esse croqui busca visualizar, através de diferentes cores, uma noção mais exata para análise da realidade e o rumo dado a um projeto de bacia leiteira e comunitária em que os atores sociais mudaram a história previamente delineada no planejamento dos órgãos competentes e responsáveis na viabilização da reforma agrária.

A maioria das famílias dos assentados era católica e obtiveram a assistência espiritual do Pe. Martin Keveny, pároco da igreja São Sebastião do setor Novo Planalto de Colinas, assim desde 1998 é celebrada missas uma vez por mês e os casamentos e batizados são realizados uma vez por ano. A comunidade evangélica também tinha assistência espiritual por pastores que visitavam o assentamento esporadicamente.

Ainda no ano de 1998 dá-se o início na preparação da primeira turma de catequese tendo a professora Maria do Socorro como catequista.

As festas religiosas eram freqüentes e comemoradas em grande estilo, como as festas juninas, comemoradas no dia 24 de junho em louvor a São João, no dia 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, dia 25 de dezembro é o dia de Nossa Senhora das Graças, a padroeira do Assentamento e no Natal a festa natalina com celebrações de fé.

No ano de 1999, o então prefeito de Colinas Sr. José Santana Neto, constrói a sede da Escola Municipal Rui Barbosa. Situada em local descampado e alto, a escola foi inaugurada com festas e a presença de autoridades municipais no dia 20 de fevereiro de 1999. Era um ano de muita fartura na agricultura e para a inauguração da escola foi realizada, em ritmo de mutirão, uma grande festa regrada a pamonhas, apresentações culturais. Este ano foi o que mais teve alunos matriculados, num total de 54 alunos, o que fez ser necessária a contratação de um professor auxiliar, por nome de Francisco, que à época estudava o Curso de Letras na Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins.

Atualmente a Escola Municipal Rui Barbosa tem 22 alunos matriculados, segundo dados oficiais da Secretaria Municipal de Educação, dos quais três alunos são de fazendas vizinhas e os demais fazem parte das famílias que moram do assentamento.

As famílias destes alunos são em número de nove com as quais pode-se traçar suas identidades, através de visitas domiciliares, aplicação de entrevista semi-estruturadas, conversas informais voltadas na construção da história de cada um no assentamento, tendo como técnica registro fotográficos e fonográficos.

O quadro a seguir faz a identificação das nove famílias que fazem parte da comunidade escolar, registrando a história de cada uma.

QUADRO 4 - Identificação das famílias

Lotes	Morador	Chegou em	Profissão anterior	Ao chegar como era a terra
01	Valdirene	2004	Garçonete	Igual agora
13	Hamiltom	1998	Juquireiro ⁶	Já formada em pasto
14	Maria Tereza	2004	Lavradora	Era toda em pasto
15	Domingos	1998	Vaqueiro	Era pasto
16	Manoel Francisco	2004	Vaqueiro	Era pasto
18	Expedito	2002	Vaqueiro	Era pasto
21	Dilton	1998	Juquireiro	Era pasto
25	D. Maria	1998	Vaqueiro	Era pasto
36	Ailton	2002	Em Boteco ⁷	Era pasto

Fonte: Dados da Pesquisa, 2008

O quadro acima contém dados coletados através de visitas *in loco*, de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais, as quais foram gravadas, e demonstraram as características das famílias que fazem parte da comunidade escolar sendo ela identificada e referenciada pela Secretaria de Educação, tendo como objetivo uma gestão democrática com a participação das famílias de todos os funcionários da escola e da comunidade onde está inserida.

Dos nove chefes das famílias, deste grupo específico, temos três mulheres e seis homens, evidenciando que as mulheres estão assumindo seu papel de chefe familiar. Dos nove chefes de famílias apenas quatro participaram do processo de assentamento no ano de 1998, três deles compraram seus lotes de outros assentados no ano de 2004, e os demais chegaram em 2002.

No quesito da profissão, que exercia antes do assentamento, temos sete deles que trabalhavam como em fazendas, como empregados exercendo a profissão de vaqueiro, uma era garçonete, e outro tinha um bar.

⁶ Expressão regional que identifica o lavrador que trabalha especificamente roçando mato

⁷ Expressão utilizada pela comunidade para bar de pequeno porte

Todos os assentados afirmaram que a vegetação encontrada era de pasto formado quando de sua chegada ao local do assentamento.

As fotos abaixo são registros que demonstram a existência quase que total de pastagem na área do assentamento Real área bastante acidentada o que fez com que fosse executado um projeto de bacia leiteira, o delimita as atividades de cada família pesquisada.



Figura 23: Vista dos pastos
Fonte: Acervo da autora, 2008



Figura 24: Pastos do assentamento
Fonte: Acervo da autora, 2008

QUADRO 5 – Atividades realizadas no assentamento

Lte	Atividade mais forte que realizam	Falta no assentamento	Participa da associação	A importância p/ comunidade
01	Cria bovinos	Pessoas mais unidas	Não	É importante e não funciona
13	Cria bovinos.	Estrada, posto de saúde, telefone e transporte	Sim	É importante p/ financiamento
14	Cria bovino	Estrada e transporte	Sim	Sim par muitas coisas
15	Cria bovino	Estrada	Sim	É importante ,mas é devagar
16	Cria bovino	Estrada	Não	É importante e desorganizada
18	Cria bovino	Transporte	Sim	Sim para financiamento

21	agricultura	Falta muita coisa	Sim	Dar força e união ao grupo
25	Cria bovino	Alta muita coisa	Sim	Sim mas não funciona
36	Cria bovino	Transporte e estradas	Não	Sim, é desorganizada

Fonte: Dados da pesquisa, 2008



Figura 25: Evidência do gado
Fonte: Acervo da autora, 2008



Fig. 26: O gado nas propriedades
Fonte: Acervo da autora, 2008

Pode-se verificar, pela análise das figuras 25 e 26, que os moradores que pertencem à comunidade escolar, seguem atividades comuns da região como criação de gado. Segundo eles é uma poupança para uma emergência e que se torna um trabalho menos pesado e obtém-se um lucro mais rápido, considerando ainda que a região é de pecuária, e que, com a criação de gado pode-se variar a renda através do leite, o queijo e outros derivados do leite. Observa-se que todos acham importante a organização social e a sua participação na mesma, embora encontrem descontentes com o que existe na comunidade, afirmando que é desorganizada, que não funciona e que a sua importância seria para estar em acordo com o INCRA para buscar financiamento e fortalecer o grupo.

A seguir um quadro que trata de que forma os pesquisados interagem com o ambiente que fazem parte de seu cotidiano.

QUADRO 6 - INTERAÇÃO COM O AMBIENTE

lote	Fez curso sobre ambiente	Atitudes que prejudicam o ambiente	Desmatamento, teve orientação	Faz uso de agrotóxico
01	Não, nunca fiz	Nenhuma	Não tive	Não eu queimo
13	Não fiz ainda	Nenhuma	Não tive	Não, eu roço e queimo
14	Não	Falta banheiro	Teve e não participei	Não eu queimo
15	Nunca fiz	Nenhuma	Sim do INCRA	Só queimo
16	Não fiz ainda	Nenhuma	Não nunca	Uso e queimo
18	Ainda não	Nenhuma	Não, nunca	Sim e queimo também
21	Fiz, usaram a sede da escola.	Desmatamento	Sim, da RURALTINS, LUMIAR e COOPTER.	Faço desmato e queimo.
25	Fiz na sede da escola	Uso veneno	Sim do INCRA	Uso agrotóxico
36	Não fiz ainda	Queimada e veneno	Não nunca.	Roço e queimo

Fonte: Dados da pesquisa, 2008.

As fotos a seguir (figuras 27 e 28) ilustram a prática dos atores sociais da comunidade em relação às práticas indevidas com o ambiente fazendo uso constante de agrotóxicos.



Figura 27: bomba de pulverizar veneno nas roças
Fonte: Acervo da autora, 2008



Figura 28: agricultor pronto para trabalho de pulverização
Fonte: Acervo da autora, 2008

A comunidade não tem conduta adequada para com o ambiente, é constante o uso do agrotóxico e das queimadas. Segundo depoimentos, houve poucas palestras de conscientização sobre a conduta adequada com o ambiente para que sejam menos desastrosas as atividades realizadas no que refere ao trabalho executado com a terra. São seis, as pessoas que nunca participaram de alguma capacitação sobre as atitudes que vem sendo comum desde muito tempo que é a queimada e o uso de agrotóxico, havendo uma contradição quando garantem que não possuem práticas que prejudicam o ambiente e ao responder que usam veneno e fazem queimadas. A Associação tem de ser fortalecida para que traga orientação no processo de sustentabilidade, sem uso da devastação do meio em que vivem e de onde tiram seu sustento.

A seguir, o quadro construído dá uma visão do papel que a Associação dos moradores do projeto de assentamento Real vem desenvolvendo junto aos moradores da comunidade.

Quadro 7 - RELAÇÃO ASSOCIAÇÃO E AMBIENTE

Nas reuniões de Associação		
Item	Assunto discutido	Sobre o ambiente
01	Não sei	Nada
13	Assistência técnica	Nada
14	Mensalidades e organização	PRONAF
15	Não sei	Nada
16	Não sei	Nada
18	Não participo	Nada
21	Financiamento, projetos e bem o estar.	Nada
25	Problemas, assistência, financiamento.	Nada
36	Não sei, não participo.	Nada

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Nas reuniões da Associação, com discussão em pauta referente à trajetória da história do assentamento, a maioria dos assentados não participa, onde apenas quatro apresentaram assuntos referentes à comunidade. Foi ainda mais contundente no que se refere aos assuntos ambientais e seus problemas do meio.

Levantamento efetuado junto a SEMEC traz uma visão dos alunos que freqüentam a escola Rui Barbosa.

Quadro 8 - ALUNOS MATRICULADOS 2008

Série	Qde	Sexo	
Jardim II	06 alunos	03	03
1º ano	08 alunos	06	02
2º ano	03 alunos	02	01
3º ano	01 aluno	01	-
4º ano	04 alunos	03	01
Total	22 alunos	15	07

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

Os alunos da Escola Rural Rui Barbosa são crianças de pouca idade com predominância do sexo masculino. As séries oferecidas vão do jardim II até o 4º ano, das quais a turma de maior número de alunos é a do 1º ano, sendo 08 alunos regularmente matriculados.

Para uma das coordenadoras da educação do campo com quem conversamos, a implantação da Escola Ativa na comunidade pesquisada provocou a evasão de muitos alunos, pois muitos pais preferiram se sacrificar a transferirem os filhos para a cidade onde iam freqüentar a escola tradicional.

As figuras 29 e 30 a seguir ilustram o recreio dos alunos da Escola Rui Barbosa e o convívio com o ambiente através da natureza que pode ser trabalhada nas diversas dimensões no currículo da escola



Figura 29: Alunos da escola Rui Barbosa
Fonte: Acervo da autora, 2008



Figura 30: Alunos no pátio da escola.
Fonte: Acervo da autora, 2008

A vitalidade das crianças que freqüentam a escola do assentamento revela a necessidade e se planejar atividades que possam ser do interesse dos alunos, partindo do princípio de que os mesmos possuem conhecimentos empíricos que devem ser conduzidos para a teoria, e fazer a relação entre os dois numa construção de conhecimentos da própria criança.

O ambiente em que vivem é propício para que se faça um planejamento interdisciplinar voltado para a exploração das atitudes em relação à vida e à natureza como meio de sustentabilidade e preservação.

As figuras 31 e 32 abaixo dão uma dimensão de como é trabalhado o ambiente na escola, tendo em vista a falta de projeto que leve os alunos a se comprometerem com a conservação e manutenção do pátio de escola.



Figura 31- Pátio da escola Rui Barbosa
Fonte: Acervo da autora, 2008



Figura 32- Pátio da Escola Rui Barbosa
Fonte: Acervo da autora, 2008

A Escola foi construída com placas de cimento e possui uma sala e uma pequena cozinha com uma pia, fogão, mesa, geladeira e armário.

Não há arborização ou vestígio de trabalho relacionado com ambiente: horta, plantas, e mesmo cuidado com o pátio e sua conservação.

Em visitas realizadas na escola deparamos com o pátio da mesma sem nenhum cuidado com o elemento natureza, pois havia lixo e muito material indevido que polui o ambiente, como litros, sacos plásticos com evidência da falta de orientação para com o meio ou projetos de conservação ambiental.

As figuras 33 e 34 abaixo trazem uma idéia da estrutura física da escola no que se refere aos banheiros.



Figura 33- Banheiros da escola.
Fonte: Acervo da autora, 2008



Figura 34: Os banheiros da escola.
Fonte: Acervo da autora, 2008

Os banheiros estão em fase de construção, ainda não foram concluídos por problemas técnicos. Perguntamos por que os pais não se reuniam e em mutirão concluíssem a construção, percebeu-se a falta de participação na vida escolar dos filhos. Os alunos usam banheiro de fossa.

A educação ambiental abrange a saúde e o registro fotográfico abaixo faz um paralelo entre o natural e o artificial utilizado na merenda escolar.



Figura 35: Cajueiro do quintal.
Fonte: Acervo da autora, 2008



Figura 36: Saco de polpa industrializada.
Fonte: Acervo da autora, 2008

É época da frutificação do caju, sendo de grande abundância nos quintais das casas da vila do assentamento e percebe-se que o suco servido no lanche para os alunos foi feito de polpa industrializada. É a evidência de atitudes inadequadas numa instituição de educação onde os profissionais que ali atuam devem ser os percussores do conhecimento da vida saudável e na prática da sustentabilidade e qualidade de vida, na produção de alimentos saudáveis, produzidos no próprio ambiente, assim como a limpeza do pátio e ações que tragam qualidade de vida para os alunos e para o trabalho de educador.

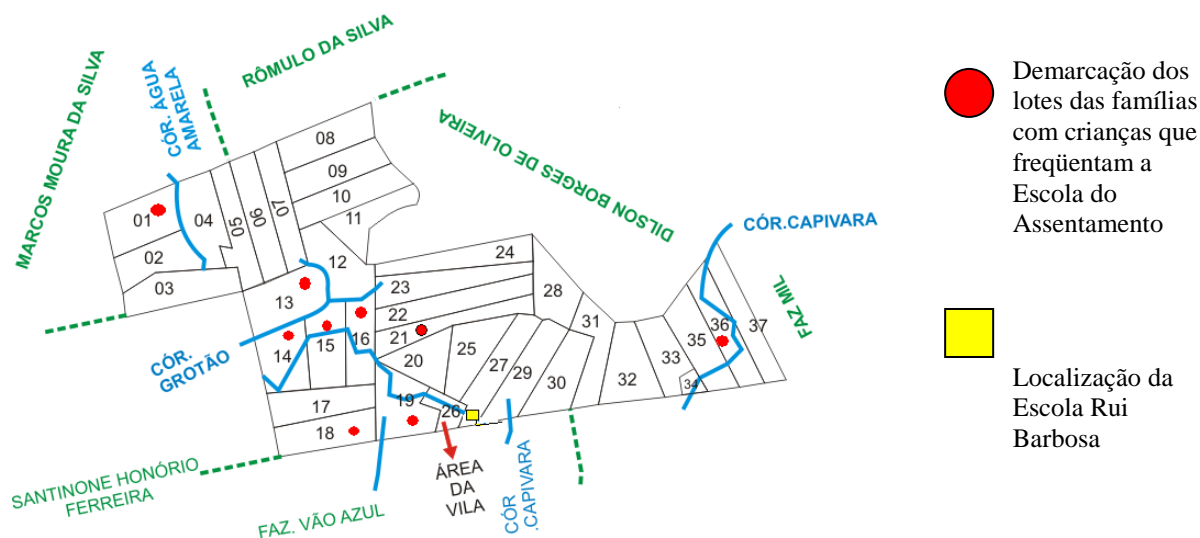
É através da elaboração do calendário agrícola e da observação da natureza que podemos ter estes elementos como objetos que nos permitem planejar atividades práticas com

os alunos, fazendo uso de instrumento do programa da Escola Ativa, partindo da realidade da comunidade em busca do conhecimento científico. É um acontecimento que reflete a vida da natureza e que possui grande conteúdo para que o professor tenha a competência de transformar em habilidades práticas, levando o aluno a refletir sobre atitudes que enriqueçam a si próprio, valorizando o ecossistema e resguardando o planeta da destruição, pois são parte desta mesma natureza.

Conforme o quadro 9 abaixo, é grande a distância que separa os lotes residências dos assentados do local designado para a escola. Dessa forma é quase inviável a locomoção sem que haja transporte escolar.

O transporte escolar é feito utilizando-se uma camioneta a gás, bastante velha e necessitando de reparos urgentes, mantida pela Prefeitura de Colinas do Tocantins.

Quadro 9 - LOCALIZAÇÃO ENTRE ESCOLA/RESIDÊNCIA DOS ALUNOS



Fonte: Dados da pesquisa, 2008

As figuras 37 e 38 abaixo mostram o despreparo do poder público para com o transporte escolar do Assentamento e, por outro lado, a aceitação passiva dos alunos.



Figura 37: Transporte utilizado pelos alunos.
Fonte: Acervo da autora, 2008



Figura 38: Alunos a espera do transporte escolar
Fonte: Acervo da autora, 2008

O transporte escolar, quando necessário e indispensável deve cumprir os requisitos das normas do Código Nacional de Trânsito e da Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008 diretrizes complementares.

No dia em que foram feitas as visitas nas casas das famílias dos alunos da comunidade pudemos presenciar os mesmos no ponto à espera do transporte para irem á escola (Figura 38) e neste dia o carro não passou, além de não freqüentarem as aulas, foi tirado o direito de uma educação de qualidade, o direito a educação.

O mapeamento das questões emergentes na sociedade atual nos depara com complexos desafios, como a necessidade de estabelecer termos comuns, a partir dos quais novas perspectivas de comportamento possam se formar, sem que haja a possibilidade de se fazer uso de um único e inquestionável estoque de conhecimentos. O futuro passa a ser entendido como um cenário a ser traçado por decisões, cuja complexidade e quase infinidade de fatores que nelas exercem influencia central impedem de predefini-lo com precisão.

Assim sendo, parece ser consenso que a formação dos professores responsáveis pela efetivação dessas inovações apresente como sendo essenciais para o processo, tendo em vista que os mesmos deverão ser agentes transformadores de sua própria ação pedagógica nas

escolas, trabalhando com a realidade e assim a escola tem vários e riquíssimos objetos de estudo para serem explorados pelos alunos.

Mas os professores da Escola Rui Barbosa afirmam que não utilizam tais objetos para verificação da realidade em relação ao ambiente.

“Nós, não saímos com as crianças para explorar a realidade ambiental Não fazemos porque achamos que, é muita responsabilidade e não tem a participação dos pais. A gente até que fazia, ia ver quando havia as cheias, mas hoje é só aqui na vila” (fala do Prof. Reginaldo, da Escola Rui Barbosa)

O programa Escola Ativa foi implantado em Colinas como estratégia metodológica da educação do Campo e os professores foram convocados para serem capacitados na cidade de Palmas por uma semana com término dia 05 de fevereiro de 2000.

“A Educação do Campo e a implantação da metodologia escola ativa tem como estratégia educacional que se integra ao projeto de emancipação política, cultural, econômica e social dos povos do campo [...]” “É de fundamental importância a consideração da comunidade que a escola encontra-se inserida. O princípio da gestão democrática da escola ativa como ensino público corresponde a participação da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola, na definição das prioridades e na organização de tarefas administrativas e gestão de recursos da própria unidade escolar”.(Declaração da Coordenadora Estadual da Educação do Campo, 24/10/2008)

É a participação e responsabilidade dos atores sociais diante da produção do conhecimento partindo da própria realidade até então construída. É a experiência extra-escolar vinculada à educação, comunidade e o ambiente, onde se insere a história da sociedade que deve ser o ponto de partida na organização interdisciplinar dos conteúdos curriculares que vai estabelecer experiências com conhecimento teórico.

Para tanto a implantação da técnica metodológica Escola Ativa deve seguir fases com envolvimento de toda comunidade sendo que na comunidade onde está inserida a Escola Rui Barbosa, a sensibilização com participação de toda comunidade através de ações que tragam o entendimento da política pública para educação do campo.

Segundo a professora Maria do Socorro, da unidade escolar, não houve a preparação da comunidade para que fosse favorável a implantação da metodologia da educação do campo ressaltando a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em que afirmou:

“Sim... veio um aviso para estar em Palmas tal dia. E aí a escola ativa já estava implantada. Como eu não tinha aquela visão, tive muita dificuldade. Foi uma revolução dos pais que não aceitavam a escola ativa. Precisa de mais capacitação e acredito que se as autoridades se dispuserem a ouvir os professores não tinha chegado ao choque que chegou aqui na comunidade entre os professores e a comunidade escolar. Mas a supervisão do programa achava que a gente tinha que praticar a escola ativa e não podia usar outra metodologia. Não teve acompanhamento das autoridades”(entrevista dia 26/09/2008).

Na *Organização e implantação* da metodologia da Escola Ativa, com planejamento sistemático de caráter social, pedagógico e administrativo, estabelecendo funções conforme as ações planejadas pelo coletivo da comunidade escolar, e tendo esta parceria para que seja um construir contínuo de conhecimentos científicos com objetivos, estratégias e cronograma com previsão de execução de cada ação, no depoimento dos professores que atuam na escola Rui Barbosa, não houve a execução das etapas de implantação, o que resultou de momentos de grandes conflitos tornando muito difícil a convivência entre escola e famílias que não aceitaram a nova metodologia e quiseram até o fechamento da escola e troca dos professores. A professora Maria do Socorro afirma:

A Escola Ativa não foi bem aceita por falta de preparo e conscientização da comunidade, talvez pelo tempo em que ela foi implantada que foi muito curto. Foi necessário intervirmos para algumas sugestões que a Secretaria nos deu como colaboração, livros didáticos diversos entre outros. Tivemos muita dificuldade de adaptação à Escola Ativa, uma metodologia realmente um pouco difícil de adaptação e por falta de conscientização dos pais que não se sentem como parte da comunidade escolar. o processo de avaliação da metodologia que não adere provas e exercícios, é voltada mais para dinâmicas e brincadeiras que facilitavam a aprendizagem da criança.(entrevista .dia 26/09/2008).

Para o *Colegiado Estudantil* a afirmação dos professores foi de que a avaliação na escola é feita de maneira específica respeitando as habilidades desenvolvidas de cada educando, eles avaliam pelo conhecimento adquirido pelo aluno, mas a nota é uma exigência dos pais e que na metodologia da Escola Ativa avalia-se através de conceitos. Ainda predomina entre as famílias a concepção de avaliação feita através de provas uma avaliação certificativa, uma forma mais punitiva e classificatória do que evolutiva.

A metodologia procura resgatar a vida do campo, seus valores, sua história de vida, da cidadania e o diálogo entre escola e comunidade só dará ao alcançar o objetivo de realização participativa de reuniões, de visitas nas famílias, participação de eventos sociais na conquista da credibilidade do programa.

Estes grupos organizados têm como objetivo a conscientização do verdadeiro papel que a escola pode exercer na comunidade com elementos da realidade local. A relação escola comunidade também tem a partir do estreitamento da relação escola/ professor/ família e o conhecimento do educador da realidade do contexto de vida no dia a dia do educando. A professora Maria do Socorro afirmou que não efetua visitas nas famílias dos alunos, que não é freqüente sua ida a casa das famílias de seus alunos.

Perguntada sobre detalhe sobre o quintal da residência de um dos seus alunos, afirmou que nunca havia estado lá e por isso não podia responder.

A ficha familiar é um instrumento que promove processo de interação escola e comunidade, pois contém informações sobre as famílias de forma geral, dando ao professor informações que podem ser usadas para atividades em prol da comunidade.

Os professores responderam ao questionamento que tem a ficha familiar e foi pedido para analisá-las e as mesmas não foram encontradas para que pudessem ser verificadas como processo de análise.

O calendário escolar, calendário agrícola e o croqui geográfico da comunidade são instrumentos da Escola Ativa, e os professores da escola pesquisada, admitiram que não tinham e nem confeccionaram tais instrumentos em parceria com a comunidade, e afirmaram que trazer a comunidade até a escola é difícil, pois não há compromisso das famílias no processo educacional, que têm dificuldades de entender que faz parte do processo educativo a responsabilidade para com a escola e que se convidados para um mutirão de limpeza, por exemplo, alegam ser responsabilidade da prefeitura.

Para *caixa de sugestão, caixa de compromisso e caderno de auto-avaliação*, durante as primeiras visitas que foram feitas na escola esses instrumentos não foram encontrados, apesar de os professores afirmarem que foram confeccionados.

Estes instrumentos são de grande importância pela função que exercem na Escola Ativa, pois configuram uma realidade contrária ao processo educacional.

Os comitês de trabalho, com função de organização do processo educacional, como elemento do colegiado estudantil, a escola pesquisada não organizou e os professores disseram que não estão funcionando. São os comitês que estabelecem o planejamento de caráter social, pedagógico e administrativo cujas ações devem ser exequíveis pelos educandos em parceria com a comunidade, organizações sociais e instituições, conforme as necessidades estabelecidas no planejamento.

3.2 - Metodologia Escola Ativa e participação das famílias

Em 21 de Setembro de 2008 aconteceu uma reunião com as famílias assentadas para executar atividades diversas, as quais foram programadas com antecedência tendo a presença dos professores e alunos que resultaria em dados para o trabalho de pesquisa. A dinâmica utilizada foi de grupo e apresentaram através de seminário onde cada um teve a oportunidade de se expressar.

Os pais que se encontravam presentes foram questionados a cerca do que achavam da escola, se participavam das atividades de questões ambientais executadas pela escola e as respostas foram de desconhecimento das atividades escolares, dos projetos relacionados ao ambiente existentes na escola.

A Educação do Campo, metodologia Escola Ativa, usada pela unidade escolar deveria ter como base de sua organização princípios filosóficos que referenciam o trabalho pedagógico e a participação efetiva da família como parceira no fazer uma educação de

qualidade. É a nova maneira de pensar a educação e observar os princípios organizacionais da gestão da escola. A gestão escolar de Escola Ativa é democrática, participativa e abrange a escola e a comunidade.

O que se pode verificar nas colocações dos entrevistados é que a metodologia da escola não interage com a comunidade. É uma escola que caminha sem a comunidade, pelas afirmações dos pais.

Pra mim tá bom até demais, um menininho daquele ali (aponta para o filho) já faz o nome todinho e tem 6 anos, depois que mudou o jeito e as crianças pararam só de brincar aí começaram a aprender e ficou melhor.Quanto participar de projetos da escola , não conheço nenhum projeto, tem que vê com a professora se desenvolvem pois nunca vou na escola quem participa mais é a mulher, mas agora vou começar a participar, é preciso,a gente já teve palestras sobre o ambiente mas foi da associação mesmo com pessoal que vinha aí pra fala pra gente.Falar da escola ,eu não conheço bem mesmo porque não participo eu vou começar a participar. To entrando agora só sei que os meninos é de casa pra escola e da escola pra casa, aí agente acha que ta tudo bem e fica por fora [...] Tem que conhecer. Não tava indo, agora precisa ir e conhecer [...] eu como mãe não vou na escola, nunca fui convidada e eu sou assim..., só vou nos lugar quando me convidam , é chato a gente,, por exemplo não ser convidado e ir nos lugares, por isso eu não vou. (entrevista dia 21/08/2008)

A *metodologia* da escola ativa é desconhecida por parte dos pais dos educandos e afirmaram ainda que tem dificuldades de aceitar a metodologia da Educação do Campo. A escola, como parte da comunidade, deve procurar aprofundar sua inserção na mesma, por meio de atividades curriculares relacionadas à vida diária, ao ambiente natural e social, à vida política e as condições materiais do educando, seus familiares e da comunidade.

Eu não conheço a escola ativa não, não entendo bem, quase não participo. Se participar direto a gente vai entender. Não vou, pois nunca recebi reclamação do meu filho na escola, a gente fica despreocupada [...] mesmo sem a gente conhecer eles implantaram e só aí que soubemos mais ou menos, acho que precisa ter mais acompanhamento. Logo descobrimos e eu não gostei não, os alunos não sabiam nem o que era um O, a gente queria que acabasse com essa forma de estudar. Aí mudou a metodologia, pois houve muita reclamação dos pais aí a secretária abriu espaço para usar outros livros e jeito de trabalhar os meninos melhoraram, mas a gente não quer que volta a escola ativa.Nem nota os meninos tem e como pode saber se aprendeu ou não eu mesmo não achei graça na Escola Ativa (entrevista dia 16/09/2008).

A *escola sonhada para seu filho* foi um questionamento feito com o objetivo de fazer com que os pais se envolvessem na construção de um espaço representativo na vida de seus

filhos e que se estreitassem as relações entre escola e comunidade, repensando as atitudes diante da realidade ambiental e das necessidades do assentamento.

Como se diz, eu quero que eles aprendam um pouco de tudo, para saber se defender. Tem que ir pra frente ir aprendendo e sobre o ambiente tem que saber mais, pois do jeito que as coisas vão precisa preservar, o costume é passar por cima das coisas que teria que preservar também educação pra mim é saber respeitar os outros, assim: chega alguém e pergunta do pai é falar com educação que ele foi a tal lugar. Eu não gosto de menino malcriado. (entrevista dia 21/09/2008).

Perguntou-se como são trabalhados os projetos de educação ambiental na escola, se as famílias participavam e considerando que a área ambiental era muito peculiar para que eles pudessem discutir o dia-a-dia, verificando a necessidade de preservação dos rios e matas, de cuidar da natureza e dos animais.

Dialogando com os pais e observando suas considerações, concluiu-se que há certa falta de vivência coletiva, que permitiria estimular o sujeito a uma maior organicidade e, conseqüentemente, maior compreensão e interação com o meio e com o próprio grupo.

A experiência demonstrou que esta participação contribui para que os estudantes compreendam as diversas formas existentes de compromisso com a sociedade, os mecanismos da participação e gestão e pode promover assim a aprendizagem cooperativa.

Não temos conhecimento de como se faz com este assunto, mas é importante se falar sobre o meio ambiente, porque estamos dando fé do que acontece e do jeito que vai as coisas a gente tem que dar exemplo o que a gente aprende nas palestras da associação porque só lá que o pessoal vem falar sobre a preservação, como cuidar, usar o fogo. A escola tem que ir em frente, pois a gente não sabe o que é melhor e o ambiente tem que aprender mas a gente nunca participa e nem sabe dos projetos da escola. Achamos que falta planejamento. É só falar que a gente tem de ir só vamos se convidados. (entrevista dia 21/09/2008)

A Metodologia da Educação do Campo, através da Escola Ativa, tem como requisito fundamental a comunidade escolar presente e comprometida com os conteúdos a serem estudados e de que forma será a busca desses conhecimentos para amenizar a devastação da natureza. Infelizmente, os familiares dos alunos são ausentes e partem do princípio de que “o

problema da educação, do ensino, da escola e da limpeza é especificamente dos funcionários da escola”.

Por falta de conhecimento há uma negação de identidade quando os familiares dos alunos afirmam que “*para estar presente na escola tem de ser convidado*”, o que aponta para indícios de um sentimento de transferência de responsabilidade da vida acadêmica dos filhos para a escola.

A escola, a família e a comunidade têm saberes os quais devem ser instrumentos de reflexão e de mudanças de atitudes individuais e comunitárias com o compromisso na vida e pela vida, como sistema, conforme preconizado dentro dos elementos estruturantes da Escola.

Paulo Freire (1996) estabelece que o papel da escola se assemelhe a um maestro:

O educador ou o coordenador de um grupo é como um maestro que rege uma orquestra. Da coordenação sintonizada com cada diferente instrumento, ele rege a música de todos. O maestro sabe e conhece o conteúdo das partituras de cada instrumento e o que cada um pode oferecer. A sintonia de cada um com outro, a sintonia de cada um com o maestro, a sintonia do maestro com cada um e com todos é o que possibilita a execução pedagógica. Essa é a arte de reger as diferenças, socializando os saberes individuais na construção do conhecimento generalizável e para a construção do processo democrático.

A discussão sobre o *destino do lixo doméstico* e orgânico, as famílias de assentados têm noção de que precisa ter um devido destino, conforme sua composição, mas as atitudes contrariam os saberes, uma vêz que usam agrotóxicos, fazem queimadas, apesar de afirmarem que “*tem de aprender mais*”

Quando faço meu roçado, deixo secar e ponho fogo, mas é preciso fazer mutirão para que o fogo não passe para o roçado ou pasto do vizinho, no quintal da casa, se deixar as folhas das árvores como fica muito sujo e feio aí rastela e põe fogo, pois não sabemos o que fazer, deixar não pode, aí tacamos fogo. Às vezes a gente joga em buracos os plásticos e você pode ver que nem todos fazem, tem muito plástico jogado pelos pastos e faz mal pro gado se ele comer. Se a gente não usar veneno na horta e na roça as pragas abafam a plantação e tem também as pragas, aí se usa veneno que é batido com a bomba. (entrevista dia 21/09/2008).

A efetivação de uma escola participativa, onde seus membros são comprometidos com a construção dos saberes teórico-científicos, através da gestão democrática, é um dos

princípios da escola ativa, é a gerencia, é o coordenar um processo de organização das pessoas no interior da escola buscando a convergência dos interesses dos vários sujeitos e a superação dos conflitos deles decorrentes. O professor assistente Sr. Reginaldo, da Escola Rui Barbosa, afirma na sua entrevista que:

“Não desenvolvemos projetos ambientais, ainda não temos o apoio dos pais que não participam das atividades escolares. A concepção deles é que a responsabilidade toda é da escola assim não temos apoio para realizamos atividades que requer saídas da sala e aula para irmos a loco verificar a realidade que temos e o que poderíamos fazer. Sair com os alunos sem a participação de pais é muita responsabilidade, assim quando trabalhamos o meio, o ambiente fazemos na sala com textos e diálogo. Falta incentivo por parte da secretaria de educação para que possamos realizar projetos que sejam relevantes, portanto ficamos só com datas programadas. Trabalhar a educação ambiental é muito importante, porque a educação não é a solução de todos os problemas, mas é a base da aprendizagem. Para que se possa mensurar a responsabilidade das famílias com a educação de seus filhos e a participação, muitos usam as folhas dos cadernos de atividades de seus filhos para fazerem cigarro. A gente sonha com a comunidade na escola e através da escola ativa se pode definir as prioridades nas questões ambientais. Temos problemas de erosão e muito, a poluição dos rios ,o desmatamento principalmente a mata ciliar.(entrevista dia 26/09/2008).

Assim, configura-se uma realidade que é recorrente nas escolas. Quanto à educação ambiental, há projetos sem configuração interdisciplinar, que são realizados em datas específicas ou em momentos soltos para cumprimento das exigências curriculares impostas pelo MEC.

Faz-se necessário que estes desafios da inclusão da Educação Ambiental sejam impulsionados por uma reflexão mais contundente dos profissionais de educação no seu papel como formador de opinião e de construtores de conhecimento, juntamente com sua comunidade escolar. Os problemas existentes na comunidade em relação ao ambiente precisam ser discutidos para que se possam planejar as ações que serão trabalhadas em torno de objetivos comuns.

A professora Ruth Rodrigues, Supervisora do MEC, em entrevista feita dia 15/10/2008 no curso de capacitação sobre a Escola Ativa, fez seu posicionamento quanto ao trabalho da metodologia no que se refere às práticas do dia-a-dia, dentro do contexto e do acontecer das relações escola x comunidade em relação aos problemas:

Com relação ao programa escola ativa e a sua relação com a comunidade, percebem-se que dentro do programa um dos princípios é justamente trabalhar a relação escola-comunidade, fazer interação voltada para o desenvolvimento sustentável. O próprio currículo aborda a relação entre pessoas e a natureza, o ser humano e os demais seres do ecossistema, valorizam a vida, a saúde, a sustentabilidade. Então o programa facilita esse trabalho de conscientização, portanto é fundamental este trabalho do desenvolvimento sustentável, afinal a educação do campo é propiciar a transformação das pessoas e o programa Escola Ativa contribui nesse sentido. Família, escola, aluno, professor, todos envolvidos num processo de transformação e a melhoria da comunidade em que eles estão inseridos.

É nessa perspectiva que surge a concepção da questão ambiental como um problema de responsabilidade solidária, no sentido de tornar a gestão dos problemas e conflitos social e ambiental de forma democrática e participativa, de todos os envolvidos enquanto co-responsáveis pelas medidas necessárias à preservação da natureza.

A prática da Educação Ambiental depende da concepção de meio ambiente que se tem, e seu ponto de partida é conhecer as representações do mesmo, das pessoas envolvidas no processo pedagógico, partindo do pressuposto do diálogo entre escola, aluno e comunidade.

Desta forma, questões de valores, como ética, atitudes, solidariedade, responsabilidade são intrínsecas à educação ambiental, cabendo então aos professores a responsabilidade de propiciar para seus alunos o usufruto e a construção do conhecimento dentro de uma visão de respeito à vida, ao ser humano e à natureza.

Assim sendo, o desenvolvimento de um processo de educação ambiental de qualidade implica na implantação de políticas públicas, destinadas a melhorar não apenas a formação inicial do professor, mas gerar condições de que estes professores, de maneira contínua, possam ter a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e, com isso, adquirir novas condutas e diferentes atitudes, bem como novas ações.

Na análise da documentação pedagógica da escola, verificamos a inexistência do projeto político pedagógico da escola Rui Barbosa, que vem, assim, trabalhando com a Prévia

Proposta Curricular da Escola Ativa, construída pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Colinas do Tocantins, em maio/2005.

O programa escola ativa no município de Colinas tem como objetivo elaborar a qualidade do ensino nas escolas do campo com salas multisseriadas e, dar oportunidade ao aluno de construir o conhecimento com base nas experiências de vida, possibilitando a vivência em um processo de gestão democrática. A Escola Municipal Rui Barbosa trabalha com o método Do Programa Escola Ativa regulamentada pela Resolução nº026/2003 do CEE/to. Possuindo também um regime padrão, aprovado pela Resolução nº 67, de 26 de março de 2004.

A nova pedagogia da Escola do Campo propõe inovações em termos de metas educacionais e os novos valores propostos pelo projeto político pedagógico das escolas de Colinas têm como objetivo o respeito às características individuais e o desenvolvimento coletivo centrado nas atividades escolares tendo como eixo central as atividades do professor e da escola. (SEMEC, Adm. 2005/2008)

O artigo 50 da proposta curricular da Escola Ativa o Município de Colinas define os deveres do professor como: I - desenvolver a estratégia metodológica da escola ativa na íntegra. (...) IX - Promover atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

A prévia da Proposta Curricular Escola Ativa da Secretaria Municipal de Educação de Colinas apresenta às duas escolas do Campo as fichas complementares para o professor com os conteúdos curriculares a serem trabalhados e os mesmos trazem conteúdos das diversas áreas contemplando assuntos e textos referentes ao ambiente e todo seu contexto, a cultura e suas várias expressões através de gêneros textuais e populares. Analisando a proposta pudemos verificar o contexto ambiental de todo currículo apresentado.

Os *relatórios da SEMEC*, em que se referem ao funcionamento da Escola Rui Barbosa e seu trabalho com a Escola Ativa, os seus professores e suas atuações a análise dos documentos da Secretaria Municipal da Educação relacionados á Escola Rui Barbosa segundo os relatórios “Relatório de Avaliação do Programa Escola Ativa no Ano 2000 em Colinas do Tocantins-TO”, de 24 de novembro de 2000, assinado pela Monitora e pela Secretária Municipal contém:

[...] a professora, participou apenas de uma capacitação no início do ano [...] a mesma não ficava satisfeita em ter que sair de sua residência [...]A professora ainda

não confeccionou o Livro de Confidências”. A Caixa de Compromisso: esse instrumento do governo estudantil não é usado pelos alunos.

Ainda consta nos relatórios da Secretaria da Escola Rui Barbosa, datados de 19/02/2002, em seu item I-situação encontrada:

A professora dessa escola, segundo a supervisora que trabalhou com esse município o ano passado, é problemática, não aceitava metodologia da Escola Ativa e faz de tudo para que a comunidade também não aceite a Nova Metodologia [...] A senhora secretária conversou com ela e deu um ultimato e resolveu dar uma nova chance, porém ela está avisada de que está sendo observada por todos e que deve vestir a camisa da nova Metodologia.

Analisando os relatórios do trabalho pedagógico da escola Rui Barbosa verificou-se dificuldade que a professora encontrou para aplicar a metodologia da Escola Ativa. (Relatório de agosto de 2002 da SEMEC).

[...] Outro problema desse município encontra-se na Escola Rui Barbosa. Como já foi citado em vários relatórios a professora dessa escola não vestiu a “camisa” da Escola Ativa. Essa professora só aponta para a comunidade pontos negativos, para ela não existe ponto positivo na metodologia da Escola Ativa”.

As orientações deixadas para esta escola pela supervisora do FUNDESCOLA, que sentou com a professora Maria do Socorro e orientou-a no seguinte: conforme relatório. (SEMEC)

Trabalhar de forma correta com os guias e junto com os guias a Ficha de Avaliação
 Confeccionar a ficha Controle de Presença
 Confeccionar o Cartaz dos Combinados
 Montar de acordo com a estratégia os Cantinhos da Aprendizagem e expor os mesmos as atividades realizadas pelos alunos
 Trabalhar com os alunos o Livro de Confidências
 Convidar os alunos e a comunidade para confeccionar o Croqui da Comunidade
 Preparar os alunos para a realização do Grêmio estudantil
 Realizar com a participação dos alunos e da comunidade a horta.

Nas atividades realizadas para coletas de dados da presente pesquisa, os professores afirmaram que a Metodologia da Escola Ativa com a aprovação da secretaria municipal de educação foi colocada de lado, tendo em vista os problemas e descontentamento da comunidade.

A metodologia está no papel, nas atividades do dia a dia estão sendo usadas metodologias tradicionais.

Entrevistou-se uma das coordenadoras do departamento da Educação do Campo da SEMEC que nos confirmou sobre o não sucesso da Escola Ativa na Escola Rui Barbosa do PA Real. A falta de conhecimento e a dificuldade na aceitação de mudanças, a metodologia da escola do campo não está sendo utilizada.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para a educação do Campo – Escola Ativa, num olhar mais apurado para que as propostas metodológicas sejam efetivadas e possam alavancar a consciência das pessoas inseridas no contexto das questões ambientais. Que o campo saia da letargia em que muitos se encontram na busca de condições e melhoria para subsidiar as políticas garantindo-lhes o direito de não serem capazes de ter o olhar voltado só para o consumismo e tenha como princípio básico de suas ações a qualidade de vida, vida participativa e coerente no que tange a educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o comportamento do homem frente ao ambiente, se faz necessário reforçarmos a todo instante a relevância de fazer educação ambiental com seriedade e urgência, pois a educação é uma das alternativas políticas e sociais que pode contribuir para a conscientização do homem frente às problemáticas que se vem detectando em relação ao destino dos ecossistemas do planeta terra.

As escolas do Campo que trabalham a metodologia da Escola Ativa encontram em suas metodologias e nos elementos estruturantes, a possibilidade de trazer para escola a oportunidade de execução de projetos na área ambiental, tendo a participação efetiva da comunidade ao perceber que é parte integrante da história daquele grupo.

Tais sujeitos devem compreender que a natureza é um bem comum e que precisa ser preservada, conservada e respeitada, tendo em vista que desequilíbrio e catástrofes são conferidos no mundo atual e vem crescendo dia-a-dia.

Quanto aos conteúdos/temas abordados e projetos desenvolvidos na prática educativa sobre as questões ambientais, certificando que os mesmos são desenvolvidos dentro da escola em atividades disciplinares obedecendo ao conteúdo curricular a ser cumprido. Os professores encontram dificuldades de efetivar projetos ambientais que sejam relevantes e alegam a falta de incentivo da SEMEC para realizá-los e acham muita responsabilidade sair com os alunos para atividades ambientais extraclasse.

Os conteúdos sobre ambiente são abordados através de conversas e textos didáticos, portanto, mesmo sendo uma escola do campo a filosofia escolar é do meio urbano separando-se casa e trabalho.

Embora muito se discuta a importância do processo educativo para conscientização dos sujeitos do seu papel como agente transformador da realidade ambiental procurou-se identificar as metodologias e práticas educativas sobre as questões ambientais para a escola.

Nesta perspectiva, a educação do campo é concebida pela relação social dos sujeitos da comunidade escolar, buscando resgatar, dentro da sala de aula, os saberes comunitários e relacioná-los com as diferentes áreas do conhecimento.

A metodologia da Escola Ativa visa a participação da comunidade escolar no seu planejamento e construção do plano de ação pautado no interesse e na realidade da comunidade local, tem, portanto em seus princípios norteadores a interdisciplinaridade e pedagogia da problematização que leva o aluno ao exercício da cadeia dialético entre a teoria-prática-teoria com base na realidade e problemas vividos pela comunidade.

Tais metodologias não foram encontradas na escola do campo Rui Barbosa do P.A REAL. Poucos tiveram a percepção das práticas prejudiciais ao ambiente como roçar na beira do córrego, tirar madeira e vender, o assentamento não possui banheiro, desmatamento, queimada, utilizar veneno na plantação, e a escola ali inserida usando metodologia proposta para a educação do campo e tendo as famílias como parceiras possam elaborar e executar medidas de intervenção que possa reverter às práticas ambientais até então realizadas.

Torna-se inegável, portanto, a seriedade da atuação efetiva da escola no desenvolvimento da educação ambiental. A consciência ambiental encontra-se distante de ser uma atividade tranqüila, acolhida e desenvolvida, mesmo sendo recomendada por conferências internacionais e exigida pela Constituição. Isso porque ela implica mudanças profundas no comportamento pessoal, atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes conseqüências sociais.

As escolas do Campo, que trabalham a metodologia da Escola Ativa, encontram em suas metodologias e nos elementos estruturantes a possibilidade de trazer para escola a

oportunidade de execução de projetos na área do ambiente tendo a participação efetiva da comunidade ao perceberem que é parte integrante da história daquele grupo.

Tais sujeitos devem compreender que a natureza é um bem comum e que deve ser preservada e respeitada, tendo em vista que desequilíbrio e catástrofes são conferidos pelo desequilíbrio do meio ambiente, do qual fazem parte.

Com ressalva das orientações passadas pela TV, técnicos do INCRA e cursos oferecidos nas escolas, os moradores assinalam que não recebem e nem receberam orientações sobre desmatamento, com isso, a grande maioria não fez reflorestamento.

Não houve implantação de tal método, o que trouxe momentos de conflitos entre escola e famílias, que, por desconhecimento, não aceitaram a nova metodologia e quiseram até o fechamento da escola e troca dos professores. Como a metodologia da escola ativa foi totalmente rejeitada pelas famílias, elas não participam do programa e não vêm à escola para participarem das atividades, o que inviabiliza as propostas da Educação do Campo.

É possível verificar que ao analisar a interação escola/comunidade para execução dos projetos ambientais, muitas coisas ficam a desejar, pois os professores da Escola Rui Barbosa afirmam que não desenvolvem projetos sobre meio ambiente, dificultando assim a aproximação com a comunidade, acarretando falta de compromisso e alienação das famílias dos educandos.

Então, considera-se importante mencionar que a aproximação da comunidade com a Escola é um dos meios mais eficazes para conscientização dos sujeitos, no sentido de serem críticos em relação a sua realidade e melhora de vida.

Por fim, espera-se que este estudo, possa contribuir para o despertar do senso crítico da comunidade e da escola do Assentamento Real, que por meio dos recursos que o próprio campo fornece, criando um ambiente de crescimento individual e coletivo, voltado para as questões ambientais da comunidade.

Assim, espera-se que, através de projeto de intervenção com ações que contemplem desde a sensibilização das populações assentadas até o real entendimento das questões ambientais, que tais atitudes possam trazer uma visão crítica da importância da Política Educacional para o Campo na busca da transformação e da qualidade de vida das comunidades contempladas.

Considerou-se no decorrer desta pesquisa ser importante o incentivo na escola para um trabalho coletivo, que possa desencadear reflexões e ações, objetivando a conscientização do sujeito no sentido de compreender a importância das questões relativas ao ambiente.

Para tanto sugere-se:

- Reunião com a Secretária Municipal da Educação para discutir os pontos estranguladores da execução das políticas públicas para a educação do campo e apresentação do trabalho realizado tendo propostas que venham contribuir para que se possa ter uma sociedade mais justa e preocupada com o planeta em que vive firmando compromisso de:
- A construção do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar com a comunidade local;
- Ter um olhar mais apurado no perfil do educador da Escola Rui Barbosa, não deixando que seja uma escolha política partidária;
- Compromisso na escolha do coordenador da Educação do Campo, para que não haja tanta rotatividade no cargo, pois as capacitações envolvem tempo e dinheiro destinados para este programa de ensino;
- Visita mensal do coordenador à comunidade e escola;
- Promover intercâmbio entre as Escolas do município que trabalham com a metodologia Escola Ativa;

- Que se estabeleça uma relação mais estreita entre escola-comunidade, através de encontros de sensibilização e decisões de temas geradores para Educação do Campo;
- Que se estabeleça o Comitê do Ambiente na Comunidade;
- Buscar parcerias com órgãos ambientais para execução de propostas de intervenção nos problemas detectados.

Acredita-se que as práticas educativas ambientais nas escolas do campo só serão efetivadas a partir da interação escola-família-comunidade, que, como grupo, poderão traçar metas pautadas na ciência, com base em princípios éticos e morais para a preservação do ambiente em que vivem, garantindo assim, o futuro do planeta terra para as futuras gerações..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. Escola, cidadania e participação no campo. **Em Aberto**, Brasília: INEP, v. 1, n. 9, 1982.

BOVO, M.C. **Escola e meio ambiente**: uma abordagem do tema transversal no ensino. Maringá: Massoni, 2005.

BOTERF, G.L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. – São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 51 - 81.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 33ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. – São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 de outubro de 1988.

_____. Ministério da educação e do Desporto. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília : MEC, 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9. 384/96 - LDB. Brasília: Senado Federal, 1997.

_____. Lei Nº6938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 31 de agosto de 1981.

_____. Lei Nº9795, de 27 de abril de 1999, Brasília, 27 de abril 1999.

_____. **ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3ª. ed. – Brasília: MMA, DF, 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente saúde. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Escola Ativa**: diretrizes para implantação e implementação da estratégia metodológica Escola Ativa. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Escola Ativa**: guia para a formação de professores da Escola Ativa. Brasília, 2007.

COSTA, A.M.F.C. Educação Ambiental no ensino formal: necessidade de construção de caminhos metodológicos. In: PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **O contrato social da ciência**: unindo saberes na educação ambiental. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DIAS, G.F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. –São Paulo: Gaia, 2004.

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. CNE/MEC, Brasília, 2002.

FARIA, I.F. Ecoturismo indígena: Multiculturalismo, Sustentabilidade e Participação: Princípios para Autonomia. São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Geografia Física) Universidade de São Paulo – USP.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

_____. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 6. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, M. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 6. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora**. São Paulo: Cortez, 2006.

LUDKE, M. e ANDRÈ, M. E. D. A. **Pesquisa em ação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. -2º ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

MEDINA, N.M. **Conceito de educação ambiental**. 1998. (www.ealatina-e@pacu.mma.gov.br. Acesso em julho de 2008)

_____. Formação de multiplicadores para educação ambiental. In: PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **O contrato social da ciência**: unindo saberes na educação ambiental. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 69 - 90.

MINC, C. **Ecologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2005.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. – 12.ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF, 2007.

RAMOS, M.N.; MOREIRA, T.M., SANTOS, C.A. dos (Coord.). **Referência para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – ISSN 1517-1256, 1998

SILVA, L.H. da. A educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura. In: BOF, A.M. (Org.) **A educação no Brasil rural**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

ANEXOS

Anexo A: Termo de Aprovação do Conselho de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0256.0.115.000-08, intitulado: **“Educação do Campo: Práticas Educativas na Perspectiva Ambiental”**, tendo como Pesquisadora Responsável Joana Margarida Borges Azevedo.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 17 de dezembro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Comitê de Ética em Pesquisa CEP / UFAM

Prof. MSc Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico e/ou Mestrado Profissional

QUESTIONÁRIO PROFESSORES

- 1- Escola _____
- 2- Classes: () seriadas – () multisseriadas
- 3- Quais as séries que a escola possui?-----
- 4- Há quanto tempo você trabalha na educação como professor? E na Escola Rui Barbosa?

- 5- Formação profissional:
Ensino Médio _____
Graduação na área _____ Ano
de conclusão _____
Pós-graduação em _____
Está estudando atualmente? _____ Em que área? _____
- 6- Quantos alunos estão matriculados na escola? _____
- 7- Qual a idade dos alunos por série? _____
- 8- Sexo dos alunos: _____ masculinos _____ femininos
- 9- Todos os alunos residem no assentamento Real? _____
- 10- Tem alunos que moram em fazendas vizinhas: _____
Quantos alunos são de fazendas vizinhas? _____
Fazem que série? _____
- 11- Vêm para escola de que forma:

- 12- A escola desenvolve projetos na área ambiental com seus alunos?

13- Com que frequência a escola trabalha o Tema Ambiente:

- Diariamente
- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Mensalmente ()
- Bimestralmente
- Semana do meio ambiente
- outros. _____

Quais? _____

14- Atualmente quais os projetos que estão desenvolvendo?

15- De que maneira você aborda o tema Ambiente?

- textos
- aulas expositivas
- pesquisas
- outros

Quais? _____

16- Quais as dificuldades encontradas pelos professores para desenvolverem os projetos ambientais?

- falta de material didático
- orientação pedagógica
- participação dos alunos
- participação das famílias
- participação da comunidade
- outros

Quais? _____

17- A escola possui apoio integral das famílias e da comunidade a que pertence?

Por quê? _____

18- Quais os incentivos que vocês professores recebem para realizarem projetos em EA?

19- Você acha importante trabalhar Educação Ambiental na escola? Por quê?

20- Existe a participação das famílias nos projetos de EA? De que forma se dá esta participação?

21- Trabalhar EA você entende que deve ter conhecimento prévio em:

- terra, solo, água, ar
- flora e fauna

poluição assuntos da atualidade

questões sociais processo físico-químicos-biológicos

Outros _____

22- Classifique sua avaliação nos conhecimentos sobre as temáticas abaixo relacionadas:

P- pouco, B- bom, E - excelente.

terra, solo, água, ar flora e fauna

poluição assuntos da atualidade

questões sociais processos físico-químicos-biológicos

Outros _____

23- Quais as atividades que a escola desenvolve com seus alunos:

horta área arborizada espaço próprio para plantio ou realizar trabalho em educação ambiental visitas a espaços referentes ao assunto ambiente.

24- Qual o destino do lixo produzido na escola? _____

25- Qual o maior problema ambiental no entorno de sua escola?

desmatamento poluição dos rios uso de agrotóxicos nas plantações

lixo a céu aberto queimadas e _____

26- A educação ambiental é desenvolvida na sua aula de forma:

nas aulas de ciências como disciplina específica aulas de geografia

de forma interdisciplinar de acordo com os PCNs

Ou _____

27- A Secretaria de educação a que pertence sua unidade escolar oferece cursos de capacitação em EA ?

Com que frequência? _____

Eles atendem à suas expectativas? _____

28- Você utiliza livros didáticos em EA? Quais? _____

29- A escola utiliza os vários locais fora da sede da escola para fazer EA? Quais?

rios e nascentes plantios e roças horta comunitária

criação de animais Outros _____

30 - Como se dá a participação das famílias dos alunos, nos projetos a serem executados em EA na escola?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico e/ou Mestrado Profissional

Entrevista dos atores sociais Escola Rural Rui Barbosa
Familiares dos educandos.

Quantos filhos vocês tem que estudam na Escola da comunidade?

• Qual a série que eles estudam?

• Como vocês vêm a escola de seus filhos.

• Sabem que a escola desta comunidade tem o Programa da Escola Ativa?

• Vocês sabem o que da escola Ativa?

• E a técnica de ensino da Escola Ativa, vocês sabem como funciona?

• -Vocês costumam dar opinião sobre o que gostariam que seus filhos aprendessem na escola?

• Acham melhor essa técnica metodológica? Os alunos desenvolvem melhor? Por quê?

• Seus filhos melhoraram a aprendizagem com a Escola Ativa?

• -Estão sempre presentes na escola ou quando solicitados.

• Participam na execução dos projetos pedagógicos...

- - Fazem algum trabalho voluntário na escola? Qual?

- - Que trabalho voluntário vocês realizam na escola.

- E a técnica de ensino da Escola Ativa, vocês sabem como funciona?

- Açam melhor essa técnica metodológica? Os alunos desenvolvem melhor? Por quê?

- Seus filhos melhoraram a aprendizagem?

- Quem decidiu a mudar para Escola Ativa?

- Vocês participaram da decisão da utilização da Escola Ativa?

- Foi em reunião com a secretaria ou com os professores que vocês participaram da decisão sobre a escola ativa

- Açam importante uma escola voltada para realidade da comunidade?

- A técnica metodológica da Escola Ativa, usada na escola, vocês conhecem.bem com funciona?..

- Vocês têm participado das reuniões de pais?

- Além do desenvolvimento escolar de seus filhos, quais os assuntos que vocês discutem..

- Falam dos problemas que vocês vivem na comunidade..

- Vocês conhecem os projetos que a escola desenvolve..

- Conhece os relacionados com a educação ambiental...

- O que vocês acham importante ser discutido na escola...
 - ✓ -água
 - ✓ -plantas
 - ✓ -lixo
 - ✓ -receitas
 - ✓ -música
 - ✓ -lendas
 - ✓ -e...

- Os filhos comentam sobre o que aprendem sobre a natureza (ar, água, lixo...) em casa?

- Como vocês ficam sabendo o que seus filhos aprendem na escola?

- Falem o que sentem em relação a seus filhos e sua escola.

- Eles estão sendo preparados para dar continuidade ao projeto familiar do campo?

- Falem o que sentem em relação a seus filhos e sua escola.

- - Como vocês querem a escola de seus filhos...



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico e/ou Mestrado Profissional

Entrevista com os alunos

- Vocês sabem por que estão aqui.

- Gostam de estar aqui...

- O que vocês mais gostam da escola...

- A hora do lanche o lanche como é...

- Ah! A lixeira!!!

Pra que...

- Vai para onde...

- E os saquinhos plásticos e garrafas peti...

- E na sua casa o que vocês fazem...

- E a sua família...

- O que tem no seu quintal de casa: árvores, flores, horta, animais...

- E na roça...

- E para matar as pragas das plantas vocês e seus pais usam ...

- Papai ou mamãe participam das reuniões da escola...

- Eles gostam de participar...

- Vocês trazem os pais quando vão fazer atividades especiais como o dia da árvore, semana do meio ambiente...

- Como vocês gostariam que fosse sua escola...

- Como seria o pátio de sua escola...

- O que mais teria: árvores, flores, parquinho, horta...

- E as atividades dadas na escola vocês aprendem?

- Gostam de como a professora ensina?

- Como você acha que sua professora teria que trabalhar ou ensinar sobre o ambiente da sua comunidade

- Fale sobre a natureza e o que ela representa para você



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico e/ou Mestrado Profissional

Formalização da autorização para pesquisa na instituição escolar Rui Barbosa do Projeto de Assentamento Real :

Ilmos. (a) Sr. (a).

M.D. Responsável pelo aluno desta unidade escolar:

Senhor, (a)

Apresento-me como aluna de pós-graduação *Stricto Senso* (Mestrado Profissional) pela UFAM - Universidade Federal do Amazonas em convênio com a FECOLINAS – Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins. Tenho como proposta a intenção de desenvolver trabalho de pesquisa voltada à Educação no Campo – Escola Ativa, com objetivo de analisar as metodologias usadas na prática da educação nas questões ambientais na escola rural Rui Barbosa do Projeto de Assentamento Real e a interação da comunidade em especial as famílias.

Gostaria de contar com o apoio de vossas senhorias para a concretização da presente pesquisa, cujos resultados gerarão novos conhecimentos para comunidade escolar da educação no campo, da escola rural Rui Barbosa de Colinas do Tocantins, contribuindo com o aprimoramento de conhecimentos na temática: **educação e ambiente**.

Na pesquisa, pretendo realizar as seguintes atividades:

1. Coleta de informações básicas do funcionamento da U. E.
2. Entrevistar os dois professores que ali trabalham;
3. Entrevistar 08 famílias que têm filhos matriculados na U. E. por meio de reuniões marcadas antecipadamente e visitas domiciliares.
4. Analisar documentos:

- Educação do Campo – referências para uma política nacional – MEC;
- Escola Ativa – Orientações Pedagógicas para formação de profissionais do programa – MEC.
- Referências bibliográficas utilizadas na área de Educação Ambiental
- PPP da U.E
- Planos de aula dos professores que evidenciam a Educação Ambiental.

5. Observar e/ou participar de execução de projetos na área de educação ambiental.

Após ler este termo de autorização, e aceitar a realização da pesquisa, solicitamos a assinatura do mesmo em duas vias, ficando uma em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimentos acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelo telefone (63) 3476-1855, celular (63) 81112720 ou pelo e-mail joanapae@hotmail.com.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,
fui informada sobre a pesquisa: “PRÁTICAS EDUCATIVAS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO” realizada pela aluna do programa de Pós-graduação em Ciências do ambiente JOANA MARGARIDA BORGES AZEVEDO, orientada pela professora Dra. Ivani Ferreira de Faria, e autorizo a realização da mesma nesta Unidade Escolar.

Colinas do Tocantins, ____/____/____

Assinatura do responsável

Joana Margarida Borges Azevedo
Mestranda do curso Ciências do Ambiente – UFAM

Anexo D: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (DEPARTAMENTO E/OU UNIDADE) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro(a) Senhor(a)

Eu, Joana Margarida Borges de Azevedo pesquisador da UFAM, residente à Rua Elias Lopes da Silva, 1297, e-mail joanapae@hotmail.com cujo telefone de contato é (63) 3476-1486, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é **“Práticas Educativas Ambientais na Perspectiva da Educação do Campo”** . Necessito da participação de seu filho, como aluno da escola municipal Rui Barbosa, devendo ocupá-lo(a) por alguns minutos, para obter respostas e informações sobre atividades realizadas como ações pedagógicas na escola freqüentada por ele. A participação do(a) seu (sua) filho(a) nesta pesquisa é voluntária e não determinará qualquer risco ou desconforto, pois não mantereí qualquer contato com ele(a), ficando a coleta dos dados restritos a esta entrevista. A participação do (a) seu sua) filho(a) não trará qualquer benefício direto, mas proporcionará um melhor conhecimento à respeito da educação ambiental, que poderão beneficiar outras crianças ou, então, somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício. Informo que o Sr (a). Tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), Rua Teresina, 495 – Adrianópolis, em Manaus – AM, fone/fax: (92) 3622-2724, email cep@ufam.edu.br. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outras crianças, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes.

O Sr(a). tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas e caso seja solicitado, darei todas as informações que solicitar. Não existirá despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, assim como compensação financeira relacionada à participação do(a) seu(sua) filho(a). Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a identificação do(a) seu(sua) filho(a).

Consentimento Pós-informação

Acredito ter sido suficiente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: **“Práticas Educativas Ambientais na Perspectiva da Educação do Campo”**, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS Eu discuti com o(a) pesquisador(a) Joana Margarida Borges Azevedo sobre a minha decisão em permitir a participação de meu(minha) filho(a) nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que a participação do (a) meu (minha) filho(a) é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo voluntariamente em permitir a participação do (a) meu (minha) filho (a) deste estudo e

poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ Data ____/____/____
Assinatura do pai (mãe) ou responsável

Nome: _____

Endereço: _____

RG. _____

Fone: () _____

_____ Data ____/____/____
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Nome da criança: _____